



2020

RELATÓRIO ANUAL

• COMPLETO •



PDF navegável: clique nos ícones ao longo do documento para interagir.

Índice





MENSAGEM DA DIRETORIA



MENSAGEM DA DIRETORIA

DESEMPENHO ECONÔMICO 2020 E PERSPECTIVAS 2021

O ano de 2020 ficará marcado na história como um período em que a humanidade e os mercados ao redor do mundo enfrentaram talvez o maior desafio do último século, tanto em termos humanitários como em termos econômicos. O período começou com otimismo, na esteira da aprovação da primeira fase do acordo comercial entre EUA e China, em dezembro de 2019, e boas expectativas de crescimento para as economias. Os conflitos geopolíticos entre Irã e EUA mudaram o rumo dos bons ventos e tais ventos se transformaram em furacão nos mercados quando o novo Coronavírus se tornou emergência de saúde pública e, depois, pandemia mundial. Países se fecharam, o comércio mundial despencou, governos decretaram severas medidas de restrição de mobilidade para suas populações e as economias dos países sucumbiram. Os mercados operaram em pânico, as bolsas despencaram ao redor do globo e a liquidez migrou para o porto seguro dos títulos dos países desenvolvidos. Como resposta, em uma ação coordenada jamais vista em intensidade e velocidade, Governos e Bancos Centrais implementaram gigantescos pacotes de estímulos fiscais e monetários para tentar amenizar os impactos, mesmo sem saber o quão intensos poderiam ser.

Ao longo do ano, pouco a pouco, tanto a população quanto os mercados foram se adaptando à nova realidade, sem, no entanto, Governos e Bancos Centrais abandonarem seus programas de estímulos fiscais e monetários, à espera da descoberta da vacina. Ainda em meio a muita volatilidade, os preços dos ativos começaram a se recuperar, influenciados pela enorme liquidez e baixas taxas de juros, e em resposta à percepção que a queda da atividade dos países poderia não ser tão profunda quanto se esperava (embora ainda fossem severas).

Assim, o ano terminou com a batalha da pandemia ainda em curso, mas com a esperança renovada após 9,89 milhões de pessoas terem sido vacinadas até 31 de dezembro. Mesmo em meio a alguns países ainda adotando lock-down, as sucessivas medidas fiscais e monetárias foram cruciais para a recuperação da atividade global e dos mercados. As bolsas ao redor do mundo registraram recordes e o S&P 500 (índice da bolsa dos EUA) encerrou o ano em seu maior nível histórico de fechamento com valorização de 16,3%, enquanto o MSCI (índice de bolsa global) registrou alta de 14,06%.

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2020

A economia doméstica iniciou o ano de 2020 com boas expectativas de crescimento, mas os dados divulgados nos primeiros meses geraram frustração e, mesmo que não prejudicassem a retomada da economia, desautorizavam cancelar uma recuperação mais forte. E se não bastasse as frustrações com a atividade econômica, os mercados domésticos também não passaram incólumes à pandemia e à queda da atividade global. Além disso, atrapalharam também ruídos no campo político e a dificuldade de implementação da agenda das reformas estruturais fundamentais para o país, ainda mais em um cenário em que a resposta às crises sanitária e econômica tornaram-se primordiais. Nesse sentido, as medidas de auxílio à economia e ao controle da pandemia se estenderam por todos os entes federativos e, também, o Banco Central.

Do lado fiscal, em resposta conjunta do governo federal e do Congresso Nacional, o país destinou cerca de 8,5% do PIB em medidas direcionadas ao combate à pandemia – percentual que supera a média dos valores destinados pelos países em desenvolvimento e da América Latina. O Banco Central também atuou e, além de derrubar a taxa Selic para 2% ao ano, proveu suporte à liquidez (17,5% do PIB) e suporte ao crédito (20% do PIB). Em conjunto, essas medidas foram essenciais para diminuir os impactos da crise e geraram ao país a possibilidade de projetar uma queda de seu PIB em 2020 ao redor de 4%. Do mesmo modo que os mercados mundiais, o mercado doméstico sucumbiu no mês de março e passou a se recuperar a passos lentos nos meses subsequentes. Infelizmente, o lado negativo dos auxílios é o aumento da dívida interna e a sua dinâmica, preocupação que passou a fazer parte da atenção dos investidores e que impossibilitou uma maior recuperação dos mercados.



Em suma, a dinâmica da economia e do mercado domésticos foi muito parecida com a de grande parte dos países, sendo em um primeiro momento severamente afetados pela pandemia, queda da atividade e medidas de restrição impostas à população e, após isso, ao longo do ano, recuperando-se pouco a pouco e com grande ajuda do fluxo de recursos estrangeiros nos últimos meses. Como dito, a situação fiscal do país foi um fator decisivo para uma maior recuperação e será, sem dúvida, um dos principais desafios em 2021.

RENDA FIXA

O mercado de renda fixa, mesmo com a grande volatilidade e as relevantes perdas registradas em março e abril (nesse segundo mês mais concentrado nos títulos privados), teve mais um ano com boa performance. Todos os índices tiveram retornos positivos, com o IRF-M, que reflete a rentabilidade dos papéis prefixados, obtendo alta de 6,69% e o IMA-B, que reflete os títulos atrelados ao IPCA (NTN-B), registrando ganho de 5,50%. Apesar desse resultado, o ano se encerra com as taxas dos títulos longos demonstrando as preocupações com a situação e a dinâmica fiscal do país, de forma que a curva de juros brasileira foi a que mais ganhou inclinação junto a 19 mercados emergentes (ou seja, as taxas dos títulos longos estão consideravelmente mais altas dos que as dos títulos curtos).

RENDA VARIÁVEL

O mercado de renda variável também gerou ganhos para os investidores, embora mais tímidos dos que os observados na renda fixa. A volatilidade também foi excessivamente alta e houve momentos de pânico, com 6 Circuit Breakers no mês de março e queda de 45% no pior momento (pior mês do Ibovespa em 22 anos). Diante disto, é até digno de comemoração que o principal índice da Bolsa de São Paulo tenha ultrapassado a marca histórica dos 120 mil pontos durante o último pregão do ano, encerrado 2020 com alta de 2,92%.

DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DA ENERPREV

Com todos os acontecimentos citados, a Diretoria da Enerprev trabalhou para minimizar os impactos destes acontecimentos nas rentabilidades das nossas carteiras. Levou ao Conselho Deliberativo uma proposta de alteração da Política de Investimentos, de forma que pudesse ter mais flexibilidade e possibilidade de atuação. Por outro lado, os indicadores econômicos que medem a inflação no Brasil, e que norteiam as metas atuariais e objetivos de rentabilidade dos nossos planos e perfis mostraram oscilações atípicas, principalmente o IGP-DI, que fechou 2020 com uma variação de 23,08%, levando assim as metas atuariais das submassas do plano PSAP em torno dos 29%. Este efeito econômico conjuntural impactou os resultados deste plano, de forma que o déficit deste plano cresceu significativamente, mesmo as carteiras deste plano rendendo acima dos 12% no ano.

No Plano I e Plano II, oriundos do Espírito Santos, por terem suas metas atreladas ao INPC, que teve uma variação em 2020 de 5,45% e a meta em 10,32%, foram melhores, com um retorno das carteiras de investimentos em 10,17% para o Plano I e 9,74% para o Plano II ALM, muito próximos da meta.

Os perfis acompanharam a volatilidade do mercado fechando o ano um pouco abaixo dos objetivos, mas todos com rentabilidade positiva.

PLANO II

Perfil FIX

O perfil FIX tem como objetivo ser o perfil mais conservador do Plano II. Portanto este perfil permite apenas a alocação de ativos do segmento de Renda Fixa, os quais correm menor risco quando comparados com os demais segmentos do mercado. Este perfil contou, em 2020, com o retorno gerado pelos Empréstimos, definidos como Operações com Participantes, e pelo retorno dos fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa. O perfil buscou atingir como meta o CDI e gerou rentabilidade de 1,55%.

Perfil MIX 15

O perfil MIX 15 tem como objetivo ser o perfil moderado do Plano II. Este perfil tem como alvo a alocação de 85% de seu patrimônio em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 15% nos demais segmentos, sendo sua maior parte no segmento de Renda Variável. Este perfil aloca também nos fundos de investimentos passivos em Bolsa. Por ter segmentos com alta volatilidade, como o de Renda Variável, o perfil tem maior limite de risco quando comparado com o perfil FIX. Durante 2020, o perfil apresentou rentabilidade acumulada de 5,27%, percentual superior à sua meta que era de 4,03%.

Perfil MIX 30

O perfil MIX 30 tem como objetivo ser o perfil mais agressivo do Plano II. Este perfil tem como alvo a alocação de 70% de seu patrimônio em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 30% nos demais segmentos, sendo sua maior parte em Renda Variável. Por ter maior alocação no segmento de Renda Variável, quando comparado com os demais perfis, o MIX 30 sofrerá maior volatilidade e, portanto, tem um limite de risco superior aos demais perfis. Durante 2020, o perfil apresentou rentabilidade acumulada de 2,29%.

PLANO ENERGIAS

Perfil FIX

O perfil FIX tem como objetivo ser o perfil mais conservador do Plano Energias. Portanto este perfil permite apenas a alocação de ativos do segmento de Renda Fixa, os quais correm menor risco quando comparados com os demais segmentos do mercado. Este perfil conta com o retorno gerado pelos Empréstimos, definidos como Operações com Participantes, e pelo retorno dos fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa. Durante 2020, o perfil gerou rentabilidade de 3,27% – exatamente o mesmo percentual da meta definida.

Perfil MIX 15

O perfil MIX 15 tem como objetivo ser o perfil moderado dos Plano Energias. Este perfil tem como alvo a alocação de 85% de seu patrimônio em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 15% nos demais segmentos, sendo sua maior parte em Renda Variável. Este perfil, assim como o perfil FIX, aloca em fundos de investimento exclusivos de Renda Fixa e, também, em fundos de investimentos passivos em bolsa. Portanto este perfil sofrerá maior volatilidade do que o perfil FIX, uma vez que será impactado pelo risco gerado no segmento de Renda Variável. O perfil apresentou em 2020 rentabilidade acumulada de 2,62%.

Perfil MIX 30

O perfil MIX 30 tem como objetivo ser o perfil mais agressivo do Plano Energias. Este perfil tem como alvo a alocação de 70% de seu patrimônio em Renda Fixa e Operações com Participantes (Empréstimos) e 30% nos demais segmentos, sendo sua maior parte em Renda Variável. Portanto tem um limite de risco superior aos demais perfis. Este perfil apresentou em 2020 rentabilidade acumulada de 2,71%.



EXPECTATIVAS PARA 2021

O ano de 2021 ainda será um período de maior volatilidade, com a vacinação da população mundial contrabalançando as medidas de restrição impostas por vários países, em resposta à segunda onda da Covid-19. Ainda que a melhoria da economia ao redor do globo demore mais, frustrando expectativas, a liquidez abundante e o baixo custo de oportunidade devido às baixas taxas de juros favorecerão os ativos de risco, os quais deverão apresentar boas performances. Porém, mesmo em um ambiente com viés positivo, as incertezas ainda são grandes, o que trará volatilidade e possibilidade de cenários adversos. No Brasil, o risco fiscal ainda é nosso maior desafio, no entanto, o cenário base do mercado no início do ano ainda é que o governo manterá o teto dos gastos e cumprirá a lei de responsabilidade fiscal. Assim, mesmo com períodos de maiores ruídos e dúvidas sobre o futuro, os ativos de risco deverão ser beneficiados pelo baixo custo de oportunidade, além da recuperação econômica.

Na Renda Fixa, conforme comentado acima, a curva de juros nominal está muito inclinada e, se o cenário base ocorrer, há relevante prêmio para ser capturado. Do mesmo modo, se o país mantiver a disciplina fiscal, há possibilidade de as taxas dos títulos longos atrelados ao IPCA não se movimentarem (não parece haver muito espaço para queda), o que resultará um bom ganho para eles (sempre lembrando do maior risco inerente às duas estratégias). O mercado de Renda Variável também deve apresentar boa performance, em resposta ao excesso de liquidez e à recuperação econômica.

REALIZAÇÕES DE 2020

ENERPREV: TRANSFORMAÇÃO E RESILIÊNCIA RESUMEM 2020

2020 foi um ano transformador. Diante do forte impacto causado pela pandemia de Covid-19, procuramos nos unir e agir, trabalhando intensamente, colocando-nos próximos e à disposição de todos, apesar do distanciamento necessário.

Em março, precisamente no dia 30, tivemos uma importante mudança na Enerprev, que passou a ser conduzida por Marcelo de Oliveira Figueiredo, novo Diretor Presidente, comprometido a dar continuidade aos trabalhos de controle, qualidade e desenvolvimento da Entidade, procurando torná-la cada vez melhor.

Reunimos, a seguir, algumas das muitas realizações ocorridas ao longo do desafiador ano de 2020.

ALÍVIO FINANCEIRO

Foram muitas as iniciativas ao longo do ano para proporcionar alívio financeiro aos Aposentados e Pensionistas.

A Enerprev antecipou a primeira parcela do 13º salário, no mês de abril. Foram agilizadas as solicitações de benefícios, portabilidades, assim como os novos pedidos de empréstimo, flexibilizando-os por meio digital.

PROTEÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Visando aumentar a proteção dos investimentos da Entidade neste período de pandemia, foram aprovadas, junto ao Conselho Deliberativo, algumas medidas para aumentar a proteção do patrimônio, tais como:

- Intensificação da frequência do monitoramento dos investimentos.
- Novos limites de tolerância ao risco.
- Exigência de maior cautela dos gestores terceirizados na hora da escolha dos títulos que compõem nossa carteira de investimentos.

Para os planos CV, foi mantida a estratégia conservadora. Vale sempre destacar que a Enerprev possui uma perspectiva de longo prazo. Por isso, os investimentos não devem ser pontuados por movimentos do mercado de curto prazo.



ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO

Em agosto, a Enerprev obteve a aprovação da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) as alterações do Regulamento do Plano Escelsos II. Com isso, foram implementadas algumas vantagens para os Participantes, destacadas a seguir:

- Permissão para que as alterações de percentual da Contribuição Básica e do percentual de recebimento do benefício por renda financeira ocorram a qualquer tempo.
- Possibilidade para que o Aposentado ou Pensionista por Renda Financeira realize Contribuição Facultativa e/ou porte recursos para o Plano.
- Ajuste na regra da antecipação do saldo após a requisição da aposentadoria para que haja o parcelamento, até completar o limite de 25%.
- Revisão da faixa de percentual de recebimento, no caso da Renda Financeira, que passa a ser de 0% a 2%.
- Criação do benefício de Renda Mensal de Valor Monetário Constante.

Para conhecer as mudanças detalhadamente, acesse:

<https://www.enerprev.com.br/alteracao-do-regulamento-plano-escelsos-ii/>

ENERPREV MAIS DIGITAL

Tanto nos momentos de crise quanto na retomada, seguimos focados no maior propósito da Enerprev: cuidar do futuro dos nossos Participantes.

Queremos estreitar este relacionamento e temos trabalhado muito para isso. Passamos, ao longo de 2020, por um processo de alinhamento da comunicação, que incluiu muitas novidades, entre elas:

- Identidade visual mais atrativa e interessante.
- Linguagem simples em todos os nossos canais.
- Lançamento das redes sociais Facebook e Instagram.



INSTITUCIONAL



INSTITUCIONAL

A Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocínada e que administra planos de benefícios de natureza previdenciária em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor.

HISTÓRIA

A Enerprev foi instituída em 2006, passando a oferecer aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil, um plano na modalidade de Contribuição Definida, denominado como Plano Energias do Brasil.

Em 2008, em função da incorporação da Fundação Escelsos, ocorreu a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Escelsos I e do Plano de Benefícios Escelsos II, nas modalidades de Benefício Definido e Contribuição Variável, respectivamente, e, em 2011, passou a administrar o Plano PSAP/Bandeirante, oriundo da Fundação Cesp.

Com exceção do Plano Energias do Brasil, todos os demais planos estão fechados a novas adesões.

MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS



Missão

Administrar planos de benefícios previdenciários com alto padrão de qualidade, adequados às expectativas dos participantes e patrocinadoras, de forma eficiente, flexível e transparente, num ambiente organizacional dinâmico e com respeito à legislação que rege a atividade.



Visão

Ser reconhecida como uma Entidade de Previdência Complementar altamente comprometida com a satisfação de seus participantes, por meio de uma gestão idônea e competente dos planos de benefícios, tendo por meta alcançar rentabilidade que venha a propiciar aos beneficiários melhores condições de aposentadoria.



Objetivos

Estabelecer relacionamento sólido, transparente, respeitoso e proativo com os participantes, beneficiários, patrocinadoras, órgãos reguladores e fiscalizadores e instituições financeiras.

- Garantir o sigilo e a integridade das informações dos participantes;
- Manter a qualidade dos serviços prestados, a serem desenvolvidos com comprometimento, transparência e competência;
- Garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de aposentadoria administrados, por meio de uma estrutura ágil, eficiente e enxuta, com baixos custos administrativos;
- Estabelecer canais de comunicação adequados e de fácil acesso aos participantes e beneficiários.

GOVERNANÇA DA ENERPREV

Os órgãos estatutários da entidade são responsáveis pela administração e fiscalização da Enerprev, sendo compostos pelos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da entidade.

Entre as responsabilidades dos conselheiros e dirigentes, destacam-se a de estabelecer normas e práticas que promovam o desenvolvimento institucional, a excelência no cumprimento das obrigações legais e administrativas e o atendimento dos interesses das patrocinadoras, participantes e assistidos.

Além dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, a entidade pode constituir outras instâncias de decisão, como conselhos consultivos e/ou comitês (de investimento, de risco, entre outros), observados seu porte e o número de planos e de patrocinadores.

É importante destacar que a Enerprev é uma das poucas Entidades Fechadas de Previdência Complementar brasileiras cujos Conselhos, além dos membros eleitos pelos participantes e assistidos (correspondem a 1/3 das vagas), possuem entre os membros que representam os patrocinadores (2/3 das vagas), conselheiros independentes, todos eles atendendo a rigorosos critérios e requisitos de qualificação que constam na legislação vigente, no Estatuto Social e no Regimento Interno da Entidade.

Os conselheiros independentes, embora escolhidos pelos patrocinadores, não têm vínculo com estes, nem com os planos de benefícios, por isso estão integralmente comprometidos com o propósito específico da entidade. A sua escolha é baseada na seleção de profissionais qualificados que atuam há muito tempo no segmento de previdência complementar, ocupando cargos de governança nos maiores fundos de pensão nacionais patrocinados por empresas privadas.

ORGANOGRAMA



COMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA

posicionada em 31 de dezembro de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo de Oliveira Figueiredo	Diretora Presidente ⁽¹⁾
Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade ⁽²⁾

Habilitação pelo órgão regulador

⁽¹⁾Dirigente Máximo | ⁽²⁾Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs
Carlos Emanuel Baptista Andrade (Presidente do Conselho) ⁽³⁾	Daniel Shem Cheng Chen ⁽³⁾
Fernanda Nascimento Pires Carsughi	Fernando Peixoto Saliba ⁽³⁾
Sérgio Tadeu Nabas ⁽³⁾	José Roberto Pascon ⁽³⁾
Nélia Maria de Campos Pozzi ⁽³⁾	Luis Carlos Gouveia Pereira ⁽³⁾
Julio Galvão de Araújo Junior ⁽⁴⁾	Paulo Roberto Zibetti Jorge ⁽⁴⁾
Edson Wilson Bernardes França ⁽⁴⁾	Luciana Martins de Assunção ⁽⁴⁾

CONSELHO FISCAL - TITULARES

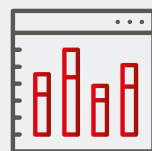
Leandro Carron Rigamonte (Presidente do Conselho) ⁽³⁾	Renan Silva Sobral ⁽³⁾
Geraldo de Assis Souza Junior ⁽³⁾	Laércio Gomes Proença Junior ⁽³⁾
Israel de Moraes ⁽⁴⁾	José Geraldo Nunes ⁽⁴⁾

⁽³⁾Membros indicados pela Patrocinadora | ⁽⁴⁾Membros eleitos no Processo Eleitoral de 2019





NÚMEROS DA ENERPREV



NÚMEROS DA ENTIDADE

PATROCINADORAS

Patrocinadora é a empresa ou grupo de empresas de direito privado ou entes de direito público, que oferecem aos seus empregados ou servidores, planos de benefícios de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar.

A Enerprev, que administra os planos de previdência que são oferecidos aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil, possui as seguintes patrocinadoras.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE (1)	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Bandeirante (2)	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A	02.302.100/0001-06
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A	02.302.100/0001-06
			EDP - Energias do Brasil S.A.	03.983.431/0001-03
			Instituto EDP Energias do Brasil	03.456.121/0001-56
			Lajeado Energia S.A.	03.460.864/0001-84
			Companhia Energética do Jari	03.581.989/0001-62
			EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.	02.154.070/0001-20
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	04.149.295/0001-13
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
			Enerpeixe S.A.	04.426.411/0001-02
			EDP Renováveis Brasil S.A.	09.334.083/0001-20
			Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	08.976.495/0001-09
			Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	13.746.853/0001-19
			Investco S.A.	00.644.907/0001-93
			Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.	17.200.920/0001-56
			EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (3)	21.813.721/0001-36
			Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	10.661.303/0001-09
			EDP - Comercialização Varejista Ltda.	28.630.316/0001-86
			EDP - Soluções em Energias S.A.	94.788.809/0001-73
Empresa de Energia São Manoel S.A. (4)	18.494.537/0001-10			
EDP Transmissão S.A.(5)	04.705.039/0001-65			
EDP Ventures Brasil S.A.(6)	31.364.489/0001-04			
EDP Transmissão MA II S.A (7)	27.821.761/0001-60			
EDP Transmissão MA I S.A (8)	27.821.764/0001-02			
EDP Transmissão Aliança S.C S.A (9)	27.831.352/0001-45			
EDP Transmissão SP-MG S.A (10)	27.821.748/0001-01			

NOTAS:

(1) Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

(2) Gerencialmente o Plano PSAP/Bandeirante é composto pelas submassas: BD (Benefício Definido), CV (Contribuição Variável), BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) e Pecúlio.

(3) Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. comprou a EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas, cuja a retirada de Patrocínio foi aprovada em 31/01/2020, sendo que em 05/02/2020 a empresa compradora efetuou o último repasse relativa a competência de Janeiro/2020.

(4) No dia 23 de abril de 2019, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa de Energia São Manoel S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 419/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001893/2019-75.

(5) No dia 25 de junho de 2019 foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da empresa EDP Transmissão S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota Nº 433/2019/PREVIC e do Processo Nº 44011.001739/2019-01.

(6) No dia 12 de agosto de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Ventures Brasil S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC nº 578/2021.

(7) No dia 18 de setembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão MA II S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC nº 637/2021.

(8) No dia 24 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão MA I S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC nº 818/2021.

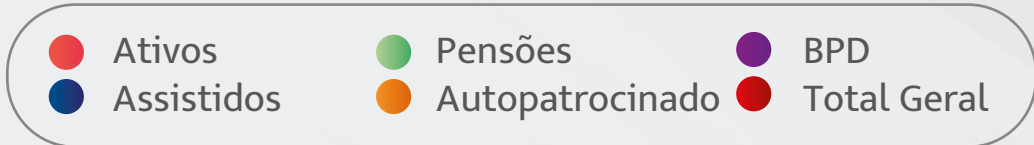
(9) No dia 24 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Aliança SC S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC nº 816/2021.

(10) No dia 27 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão SP- MG S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC nº 829/2021.

NÚMEROS DA ENTIDADE

Participantes e Assistidos

Por Plano e Vínculo (EM 31/12/2020)



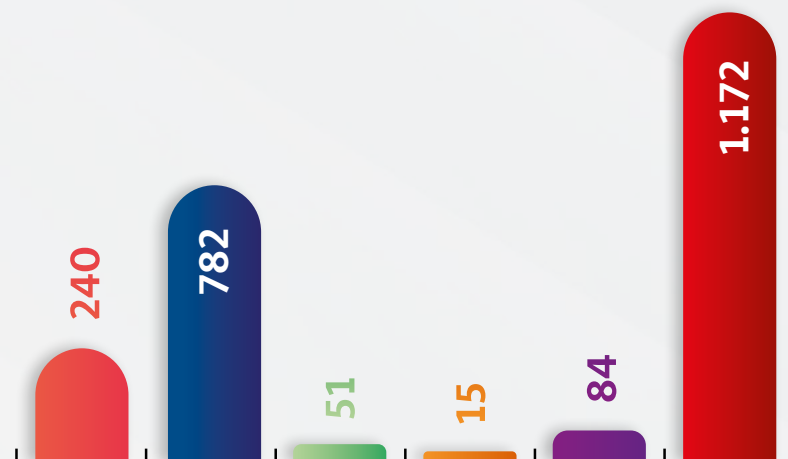
Energias do Brasil



Escelsos I



Escelsos II



PSAP/Bandeirante BD



Total



PARTICIPANTE

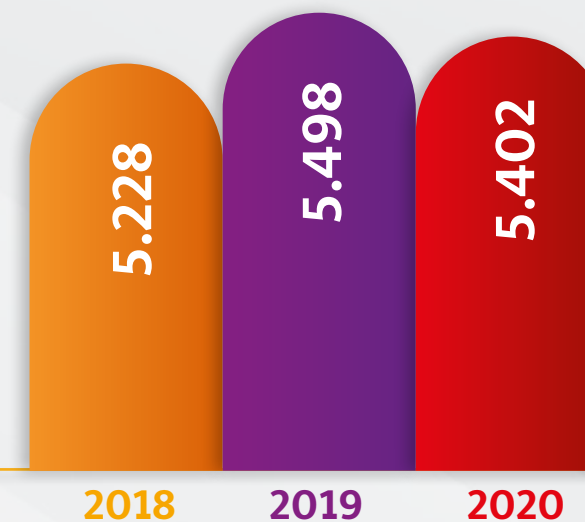
Participante é a pessoa física que, vinculada a um patrocinador ou instituidor, adere a plano de benefício de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complstão enquadrados aqueles participantes que estão vinculados aos Planos como Ativos, autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido – BPD.

ASSISTIDO

Pode ser o participante ou o seu beneficiário que esteja recebendo complementação de aposentadoria ou de pensão, ou seja, as pessoas que estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.



Veja a evolução do número total de participantes da Enerprev nos últimos 3 anos.



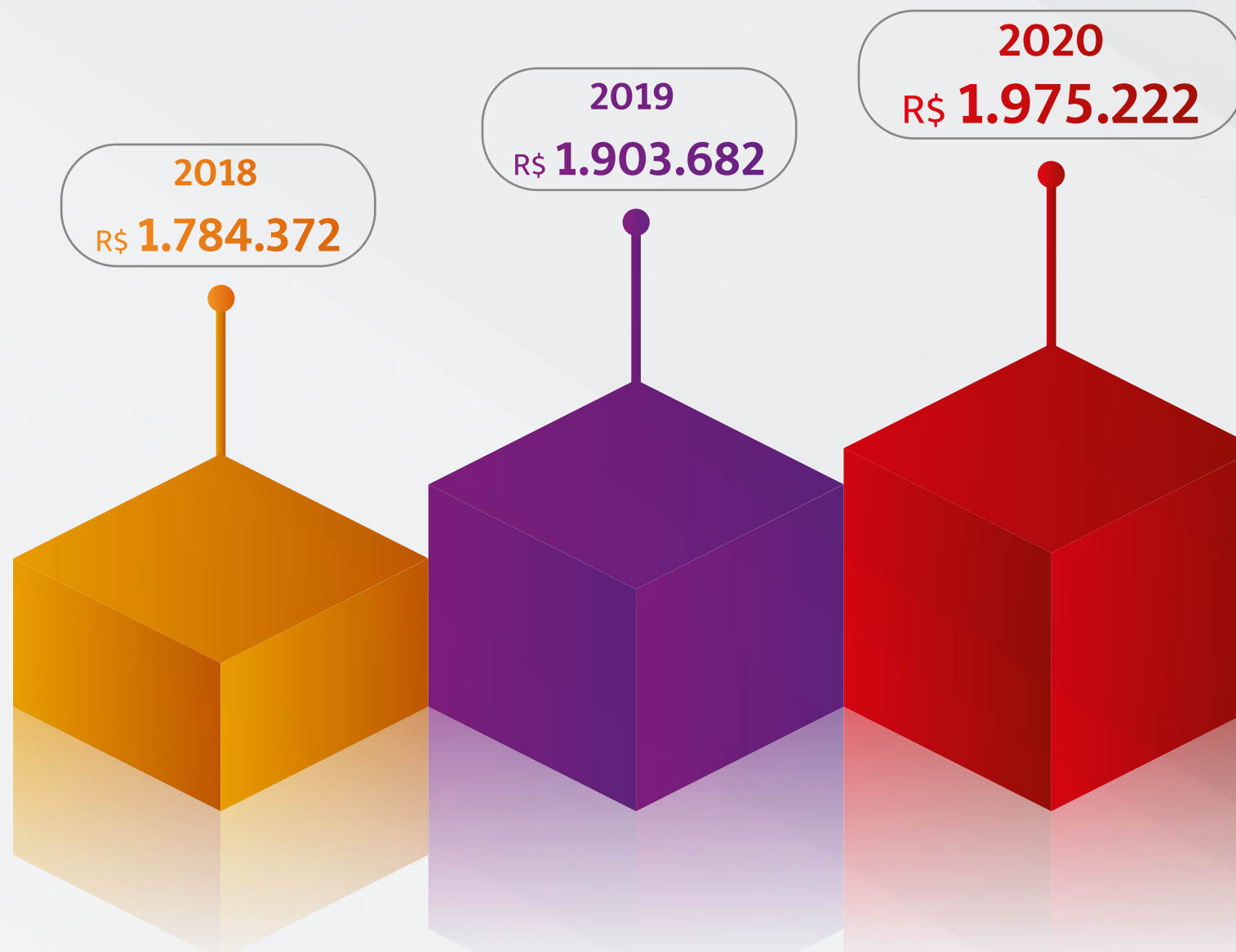
PATRIMONIO (em R\$ Mil)

A Enerprev encerrou o ano de 2020, administrando um patrimônio de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão.

Este valor representa o somatório das reservas previdenciárias, que servem de base para o cálculo e pagamento dos benefícios aos participantes e assistidos dos 4 Planos de Benefícios administrados pela Entidade, sendo eles: Planos Escelsos I, Plano Escelsos II, Plano, PSAP Bandeirante e Plano Energias do Brasil.

O resultado alcançado nos traz uma prova de que a Entidade está seguindo a direção certa para fornecer mais tranquilidade para os quase 5.500 participantes e assistidos dos planos que administra.

CONHEÇA A EVOLUÇÃO DO NOSSO PATRIMÔNIO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS:

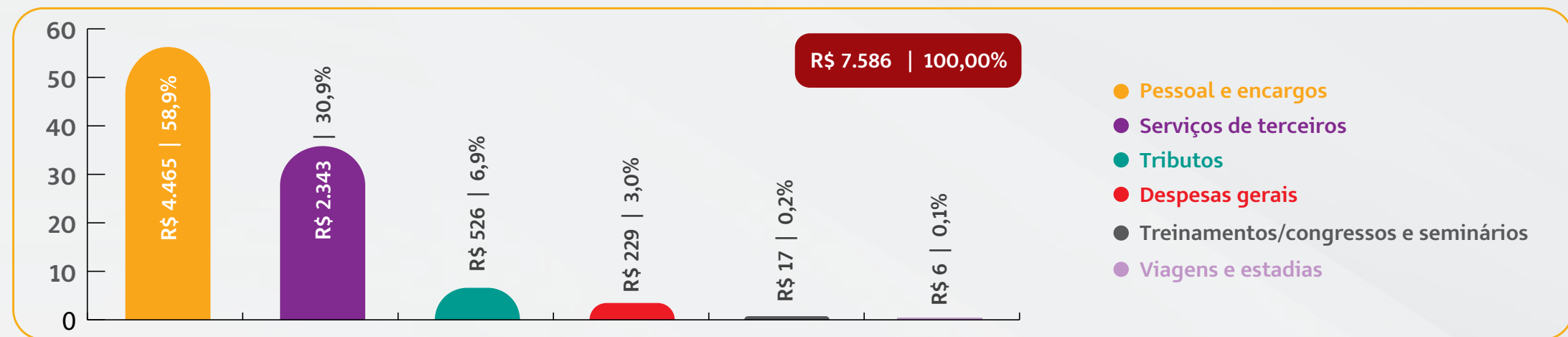


Total da reserva acumulada pelos participantes e patrocinadoras para pagar os benefícios futuros de cada um.

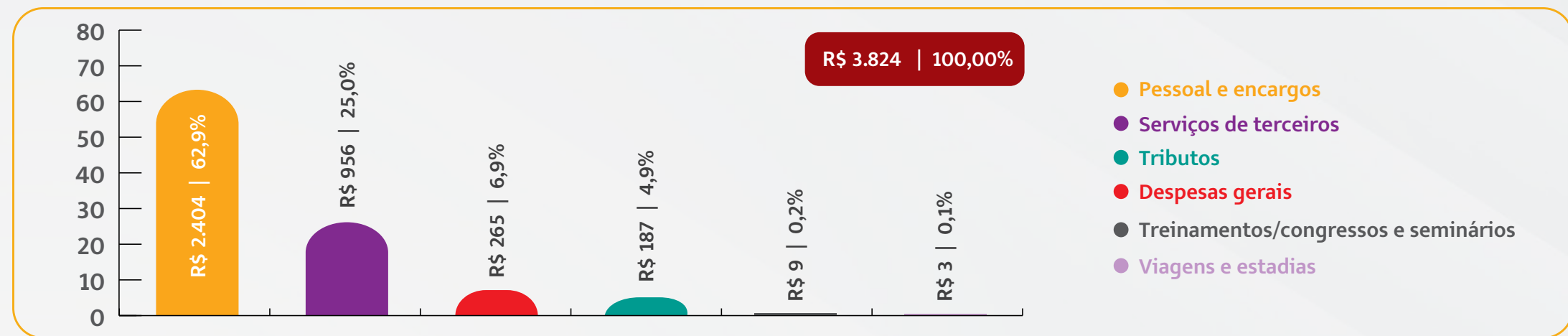


DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Administração Previdencial | em milhares de reais



Administração dos Investimentos | em milhares de reais





EDUCAÇÃO FINANCEIRA



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Teste: você é organizado financeiramente?

Você tem conseguido cumprir suas metas financeiras? Se a resposta for não, está na hora de rever seu orçamento e entender para onde, efetivamente, está indo o seu dinheiro!

Pense e responda: acredita que tem cuidado bem do seu orçamento? Confira as dicas aqui e avalie se você é organizado financeiramente.

Planilha de orçamento em dia

Há quem controle mentalmente todas as contas a pagar, gastos, receitas, saldo bancário, investimentos, definindo-se como organizado. Essa estratégia é arriscada, pois não garante uma visão clara da sua saúde financeira e dificulta bastante seu planejamento.

Mais complicada é a situação de quem recebe o salário, vai pagando as contas e, quando chega o fim do mês, sente que faltou dinheiro. Não sabe exatamente quanto ganha, muito menos quanto gasta, e perde oportunidades de poupar para realizar seus sonhos, porque nunca sobra nada.

Há ainda os que têm planilha de orçamento, mas não a utilizam: mal olham para ela, muito menos atualizam as informações.

Planejamento: adote este hábito

Ser organizado financeiramente exige disciplina e dedicação. O objetivo da planilha de orçamento é estabelecer um controle de suas finanças. Caso não tenha, elabore a sua!

Com suas contas em dia, você pode conduzir seu planejamento financeiro com mais tranquilidade, traçando suas metas e realizando-as passo a passo.

Não adie essa tarefa. Quanto antes você começar, melhores serão os resultados alcançados. Além de controlar a planilha de orçamento, você precisa acompanhar suas contas bancárias, saldos de investimentos, faturas de cartão de crédito etc. Todas as informações financeiras devem ser monitoradas, de forma a fechar, mensalmente, um diagnóstico fiel de suas contas.

O planejamento financeiro é uma estratégia bem ampla, que vai além do orçamento. Inclui a revisão de hábitos de consumo, a definição de metas a serem atingidas e o hábito de poupar e de investir, pensando nas suas metas de curto, médio e longo prazos.

Tornar o planejamento um hábito é fundamental para você conseguir cumprir as tarefas do dia a dia, pagar suas contas, arcar com seus compromissos e aproveitar o momento presente, sem deixar de poupar para o futuro e realizar sonhos, priorizando sempre a qualidade de vida. Pense nisso!

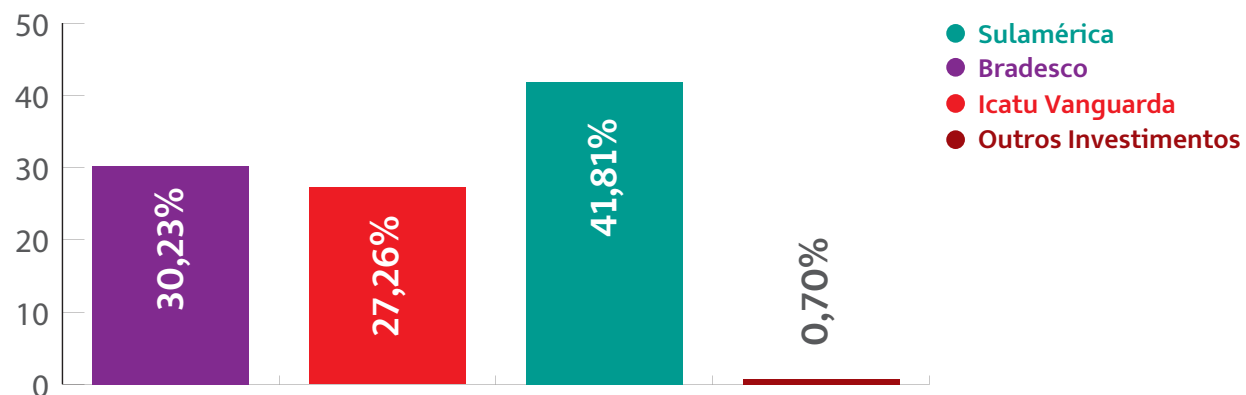




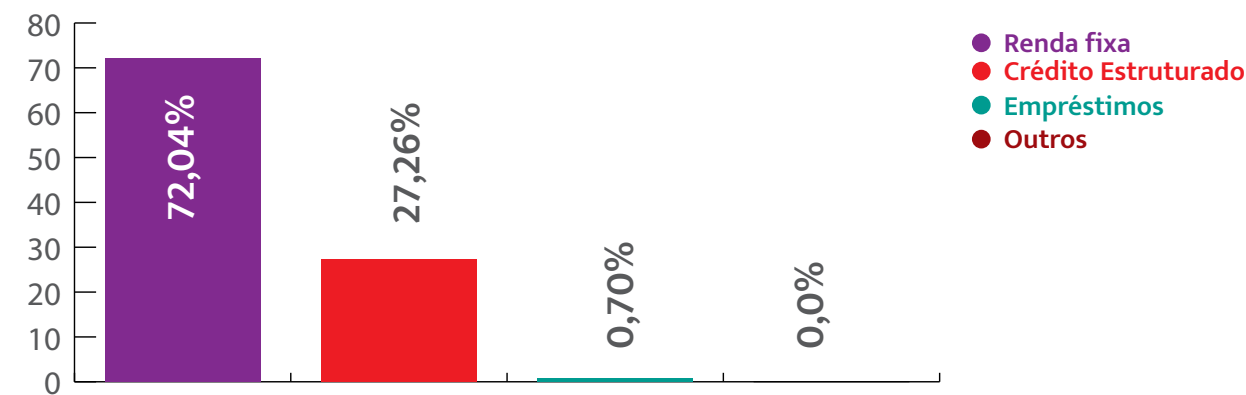
RENTABILIDADE

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL FIX | DEZEMBRO DE 2020

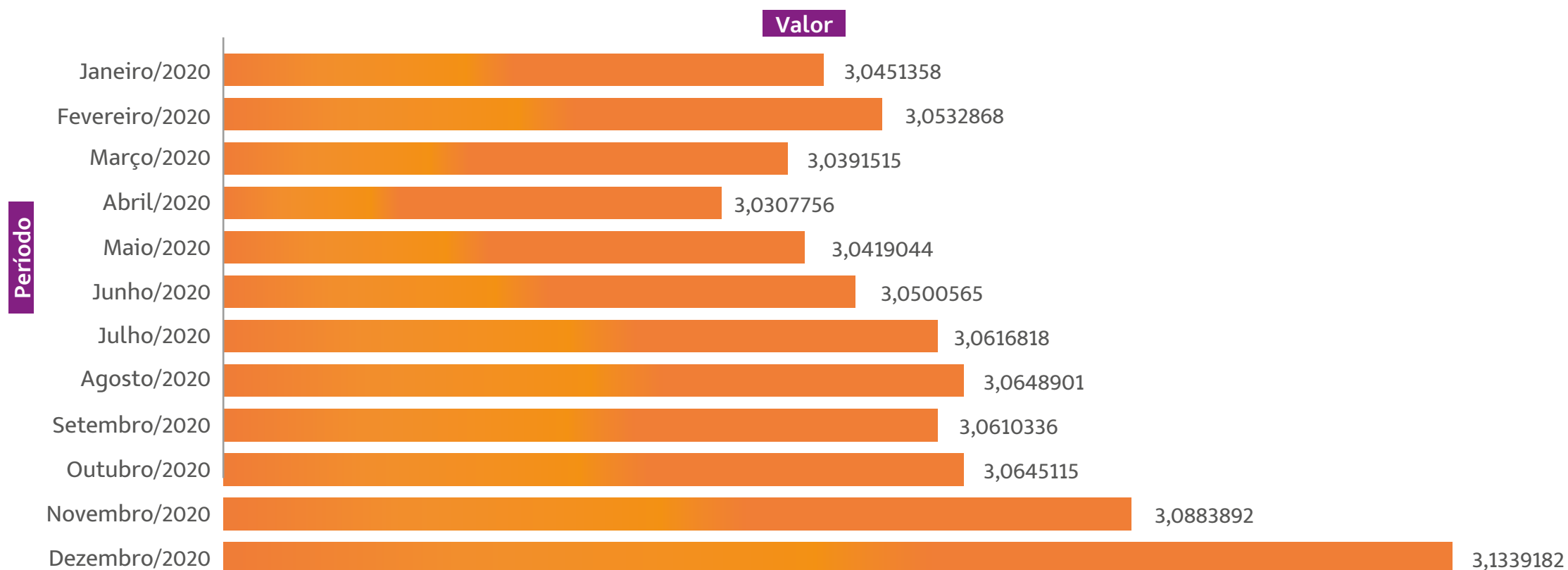
Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



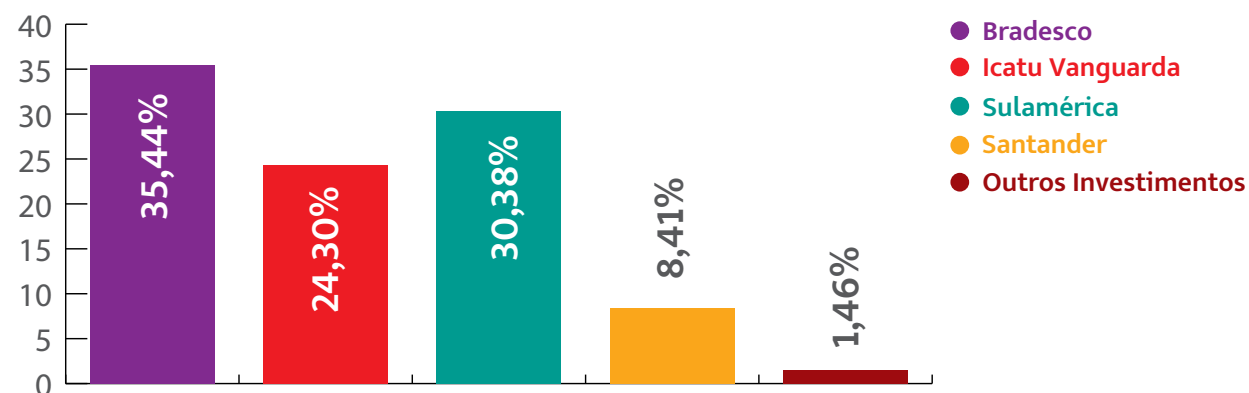
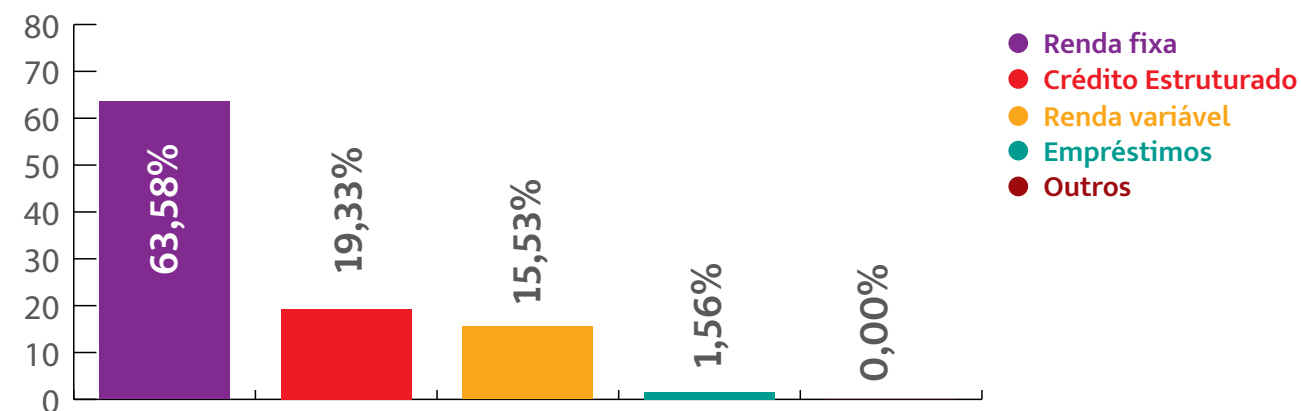
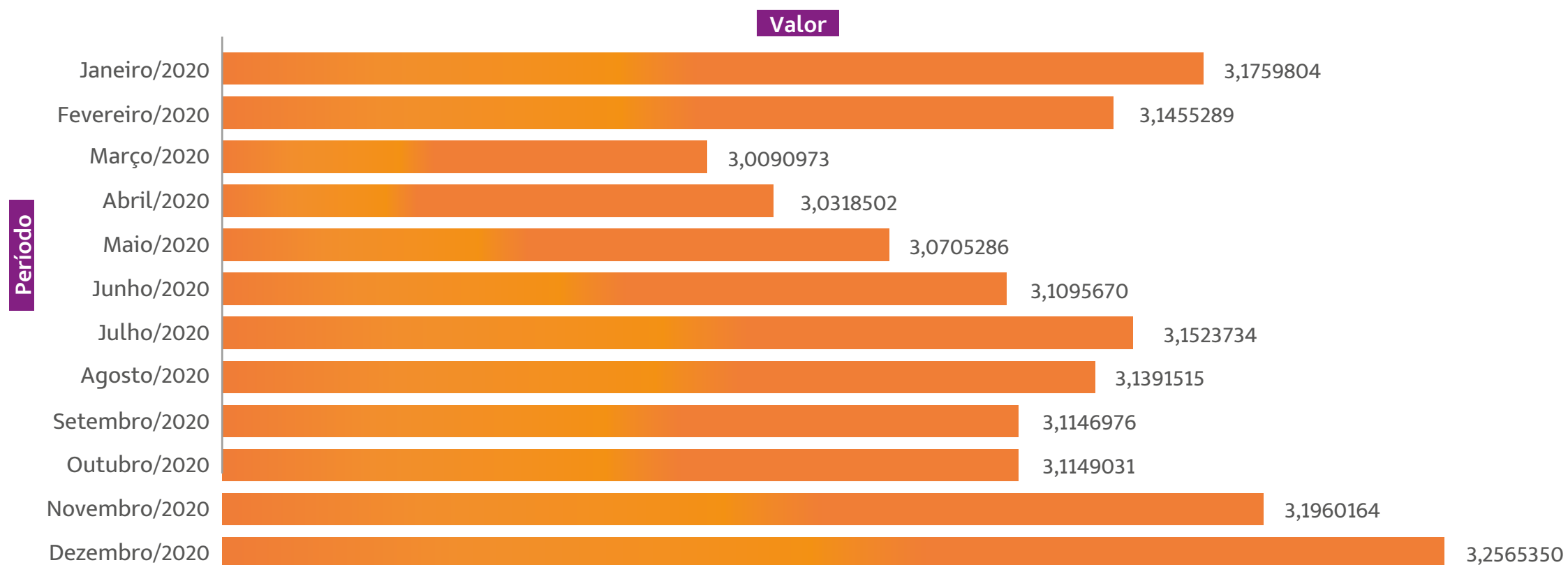
Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Energias do Brasil Fix



RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL FIX | DEZEMBRO DE 2020

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	0,35%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	0,27%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-0,46%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	-0,28%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	0,37%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	0,27%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	0,38%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	0,10%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-0,13%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	0,11%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	0,78%	0,12%	0,15%	15,90%
dezembro/2020	1,47%	0,12%	0,16%	9,30%
ACUMULADO				
2020	3,27%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	9,24%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	16,53%	11,40%	15,84%	55,81%

⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL MIX 15 | DEZEMBRO DE 2020
Recursos por gestor

Recursos por Segmento de Aplicação

Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Energias do Brasil Mix 15


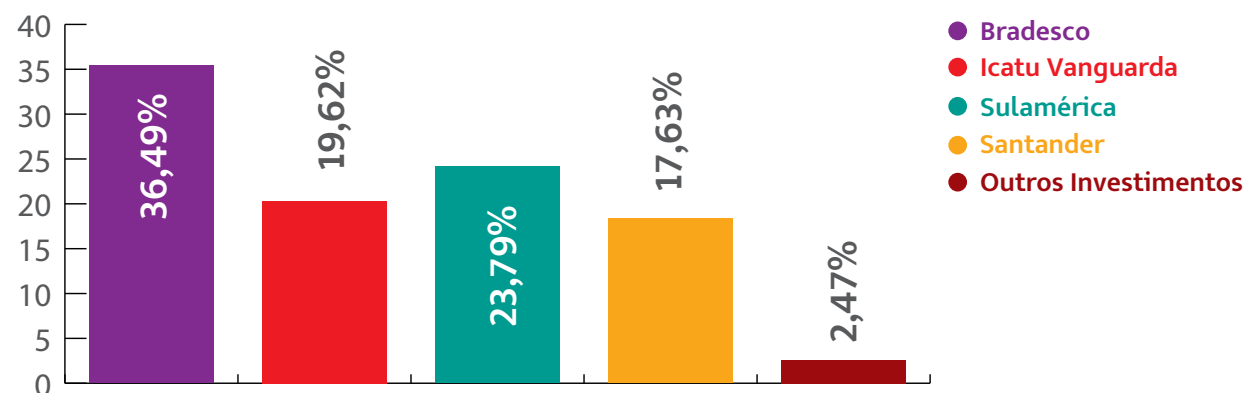
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL MIX 15 | DEZEMBRO DE 2020

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	0,08%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	-0,96%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-4,34%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	0,76%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	1,28%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	1,27%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	1,38%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	-0,42%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-0,78%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	0,01%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	2,6%	0,12%	0,15%	15,9%
dezembro/2020	1,89%	0,12%	0,16%	9,3%
ACUMULADO				
2020	2,62%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	12,13%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	21,09%	11,40%	15,84%	55,81%

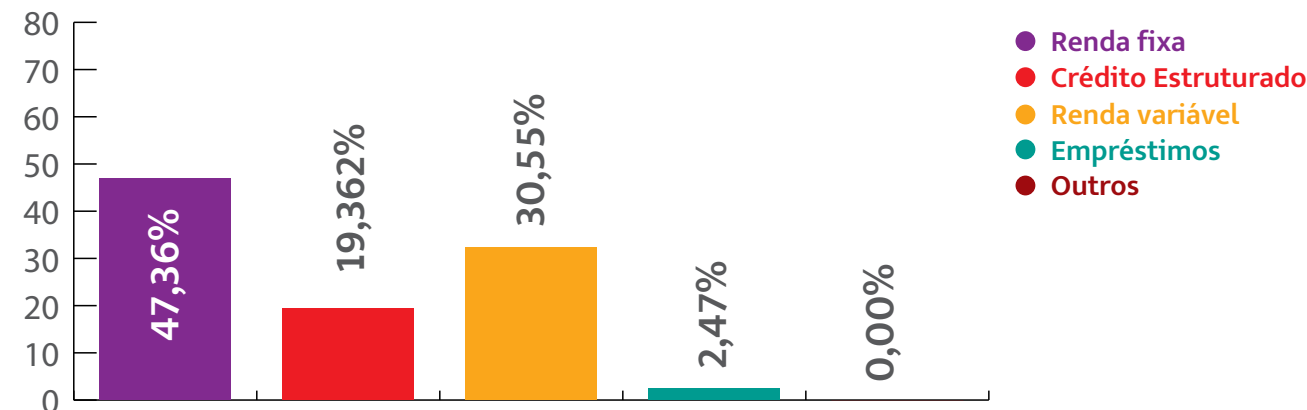
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL MIX 30 | DEZEMBRO DE 2020

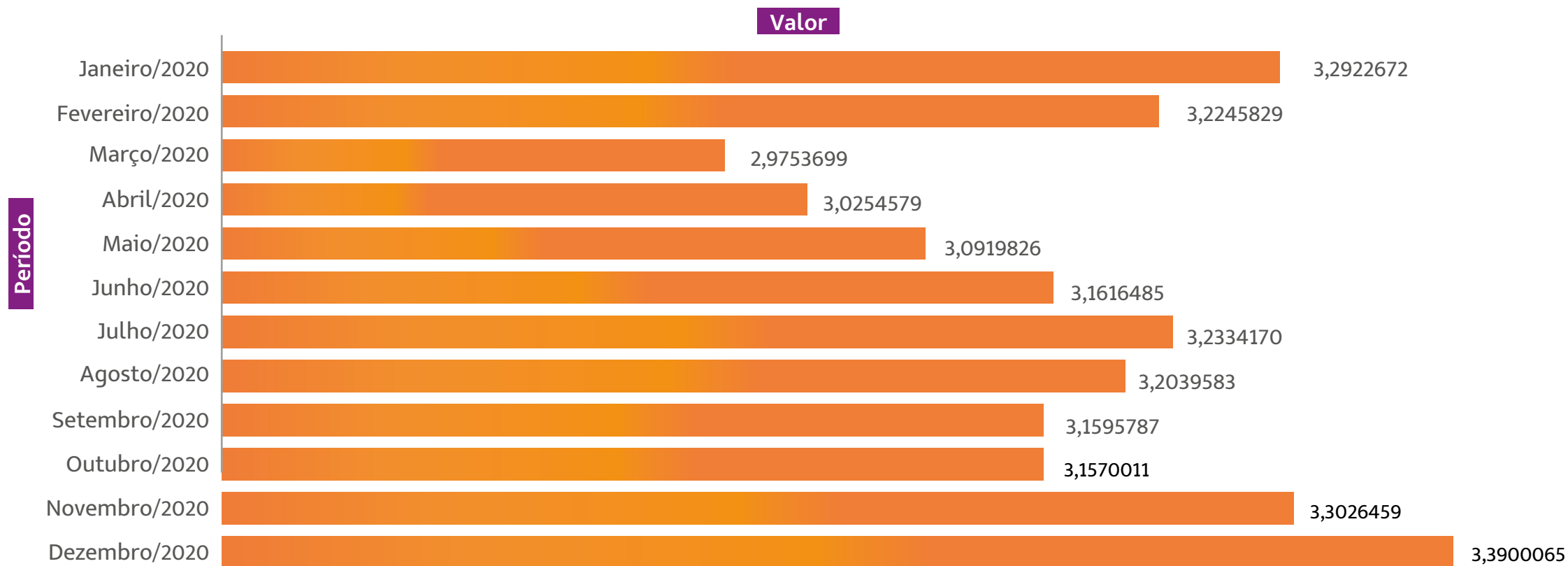
Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Energias do Brasil Mix 30



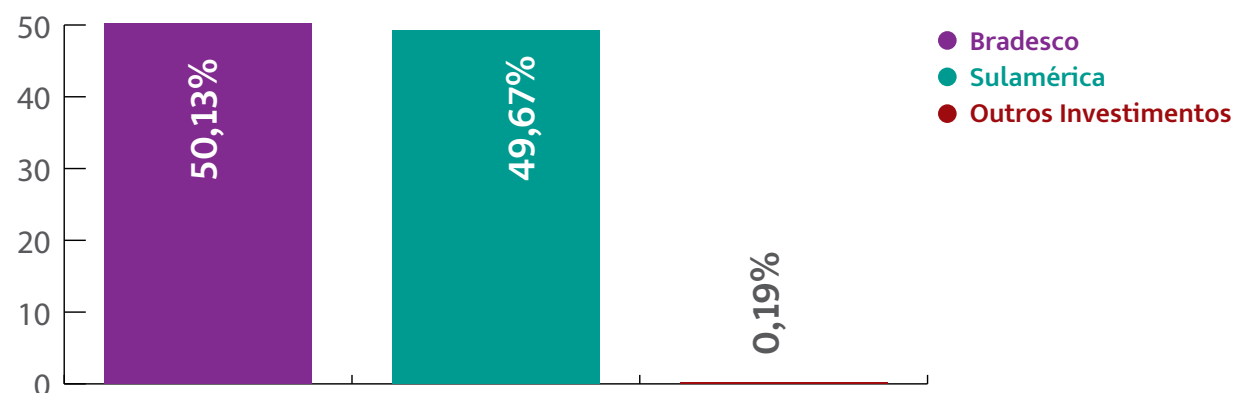
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ENERGIAS DO BRASIL MIX 30 | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	-0,25%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	-2,06%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-7,73%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	1,68%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	2,20%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	2,25%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	2,27%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	-0,91%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-1,39%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	-0,08%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	4,61%	0,12%	0,15%	15,9%
dezembro/2020	2,65%	0,12%	0,16%	9,3%
ACUMULADO				
2020	2,71%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	14,96%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	26,06%	11,40%	15,84%	55,81%

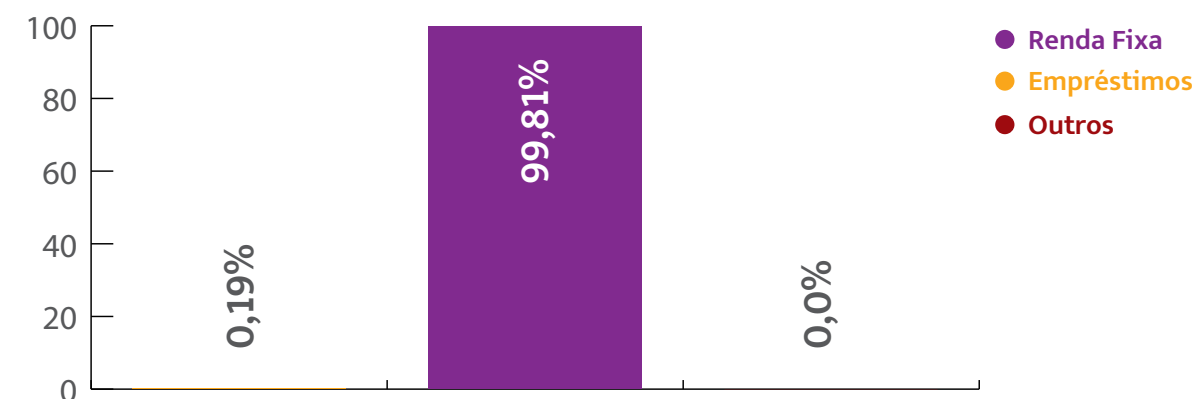
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II FIX | DEZEMBRO DE 2020

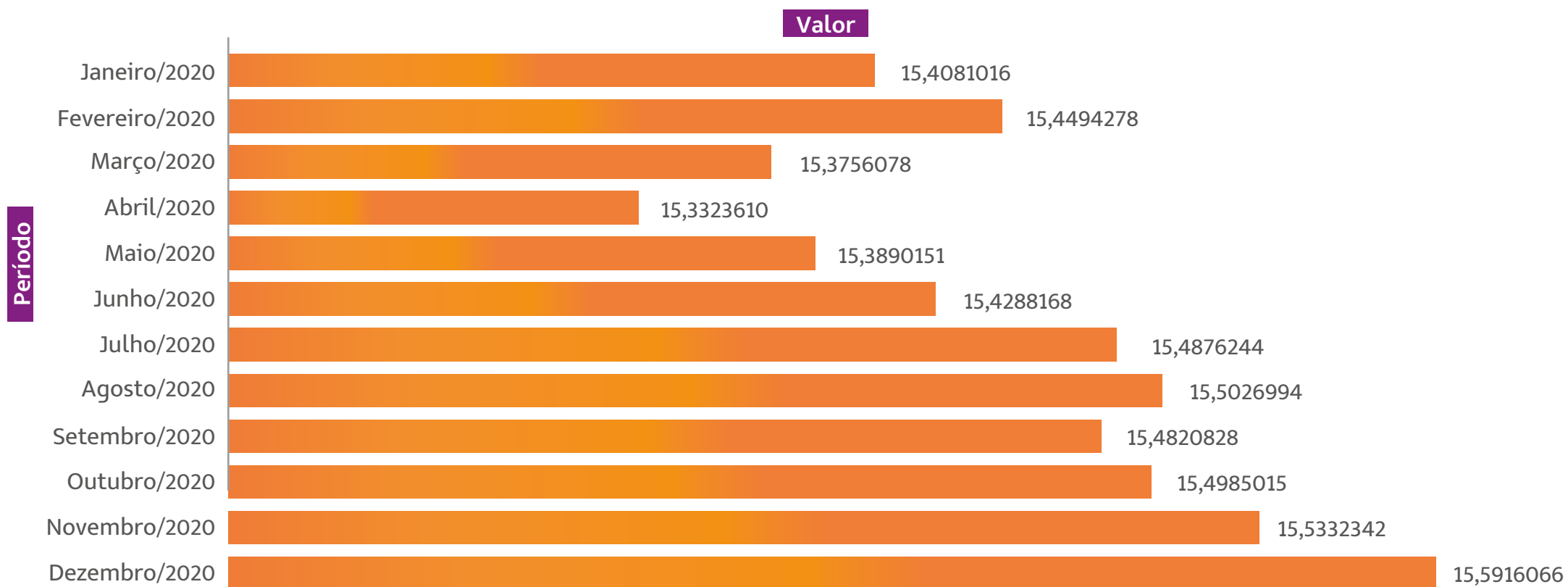
Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



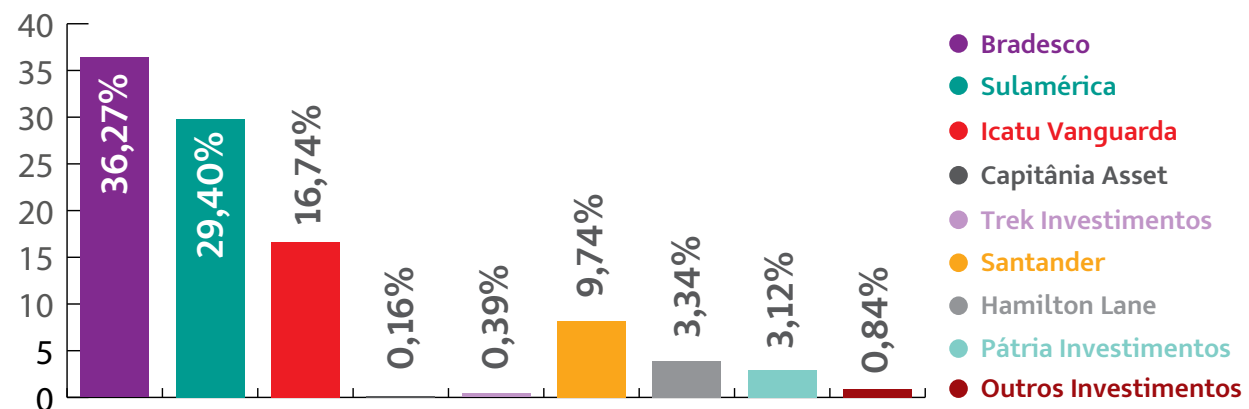
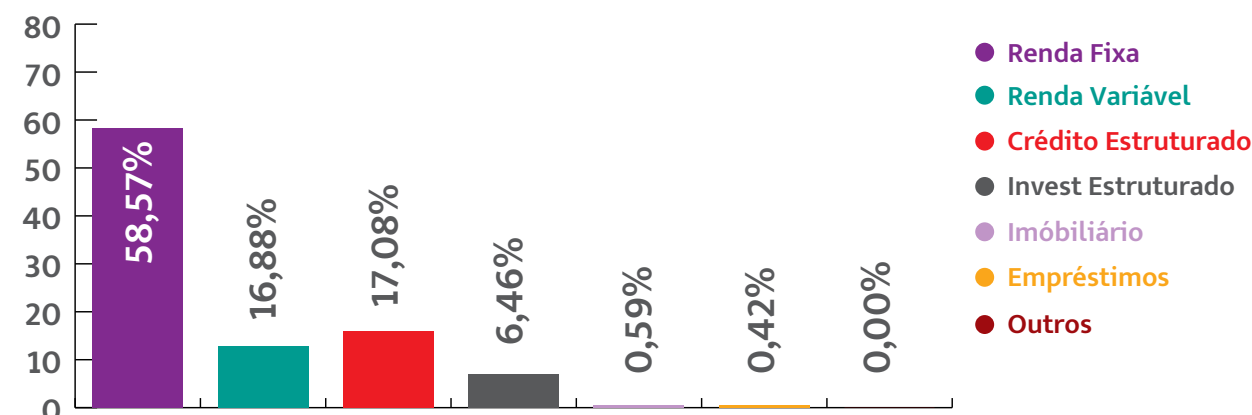
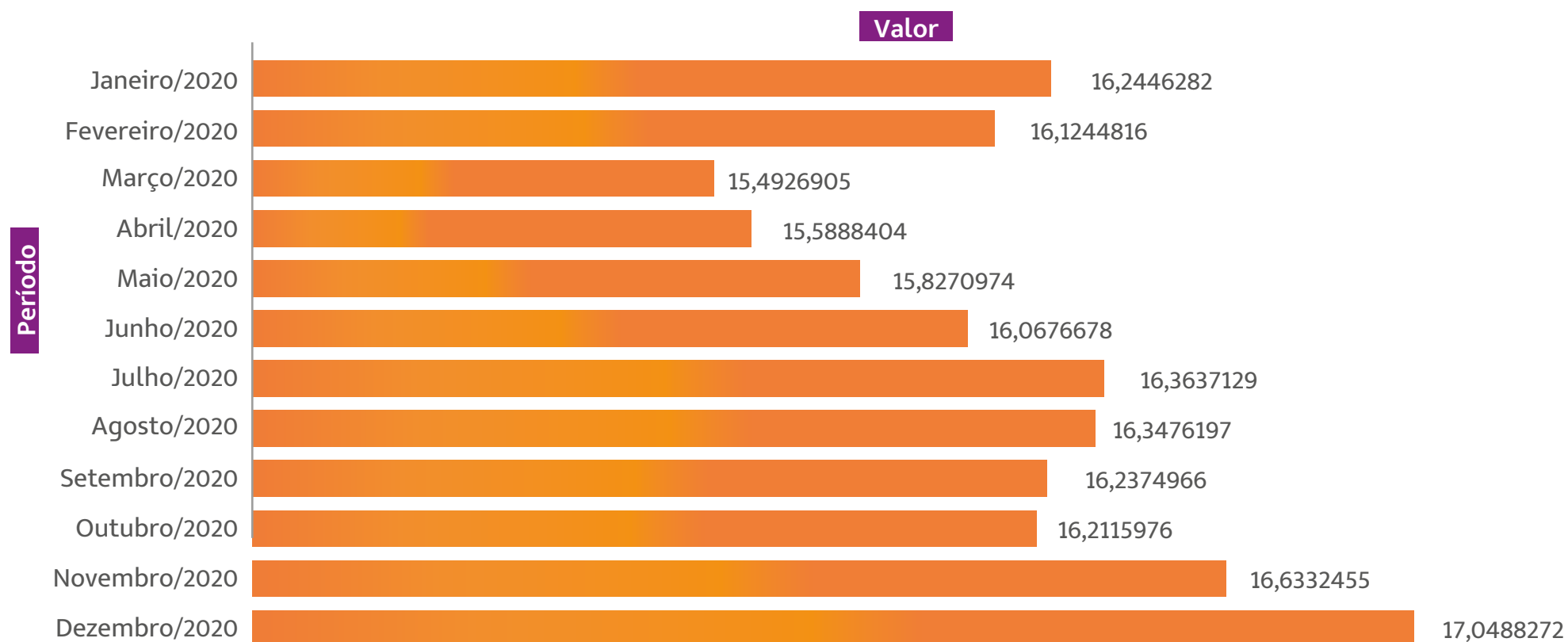
Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Escelsos II Fix



RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II FIX | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	0,35%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	0,27%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-0,48%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	-0,28%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	0,37%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	0,26%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	0,38%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	0,10%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-0,13%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	0,11%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	0,22%	0,12%	0,15%	15,9%
dezembro/2020	0,38%	0,12%	0,16%	9,30%
ACUMULADO				
2020	1,55%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	8,13%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	15,72%	11,40%	15,84%	55,81%

⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II MIX 15 | DEZEMBRO DE 2020
Recursos por gestor

Recursos por Segmento de Aplicação

Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Escelsos II Mix 15


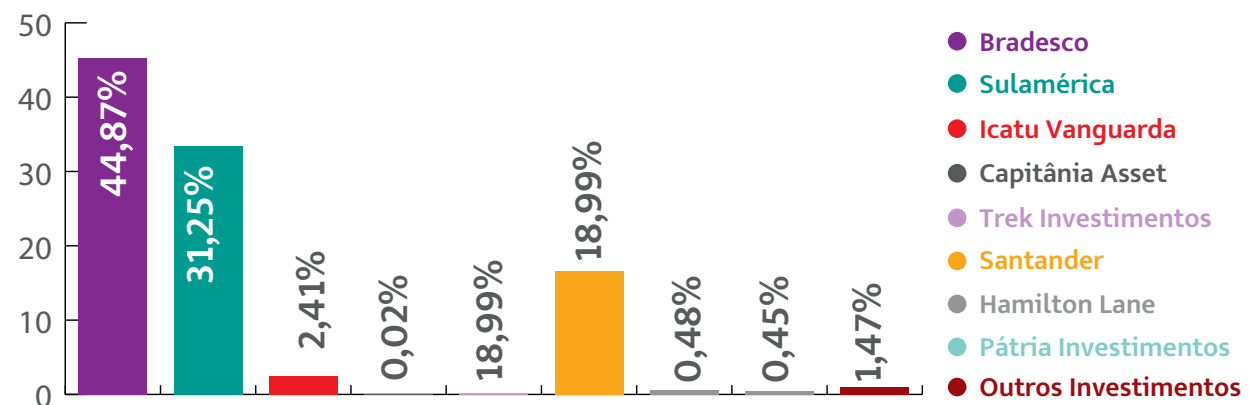
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II MIX 15 | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	0,30%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	-0,74%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-3,92%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	0,62%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	1,53%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	1,52%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	1,84%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	-0,10%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-0,67%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	-0,16%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	2,60%	0,12%	0,15%	15,90%
dezembro/2020	2,50%	0,12%	0,16%	9,30%
ACUMULADO				
2020	5,27%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	16,64%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	26,54%	11,40%	15,84%	55,81%

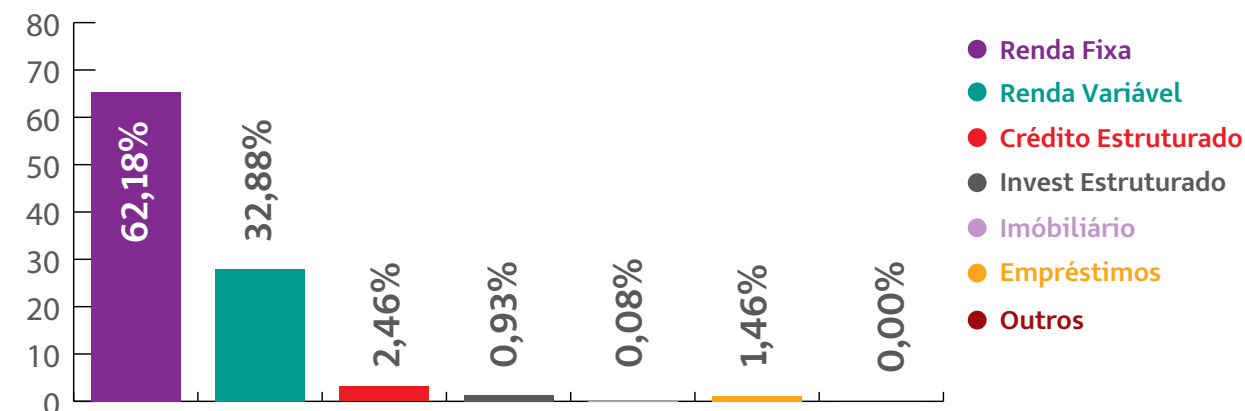
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II MIX 30 | DEZEMBRO DE 2020

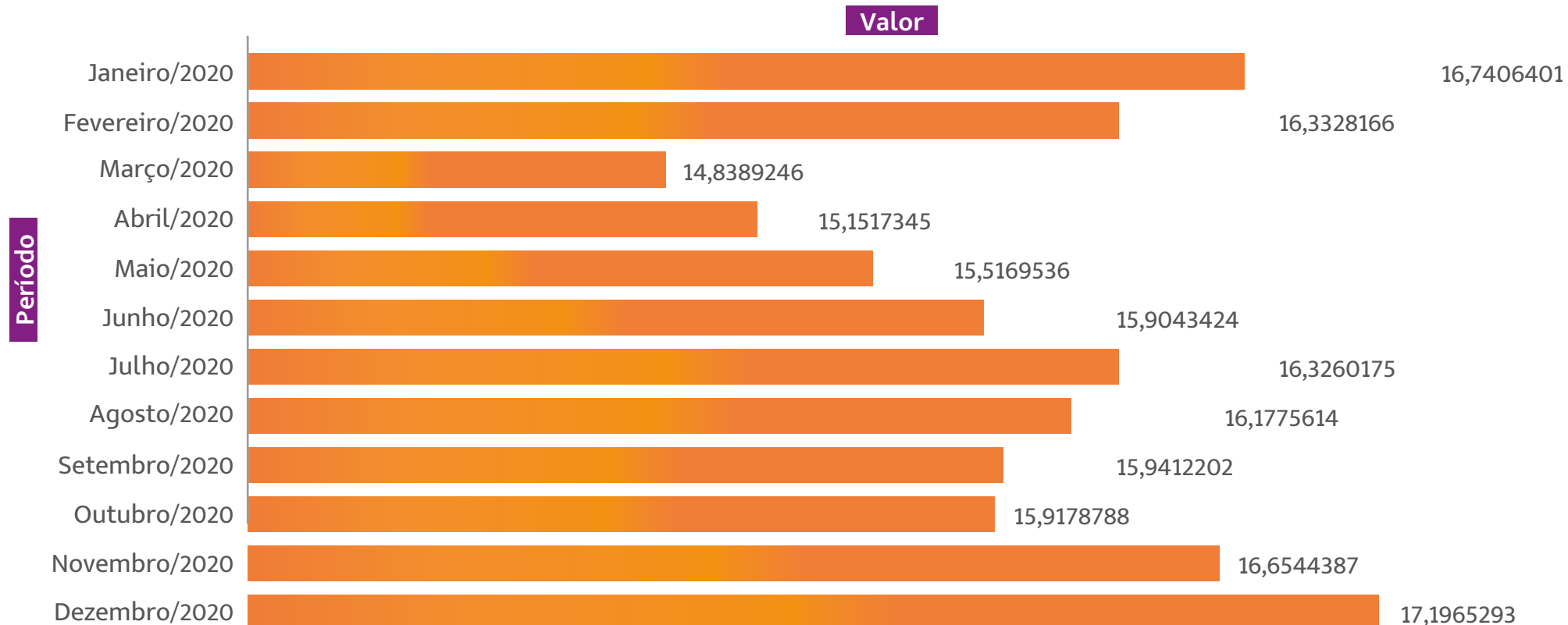
Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano Escelsos II Mix 30



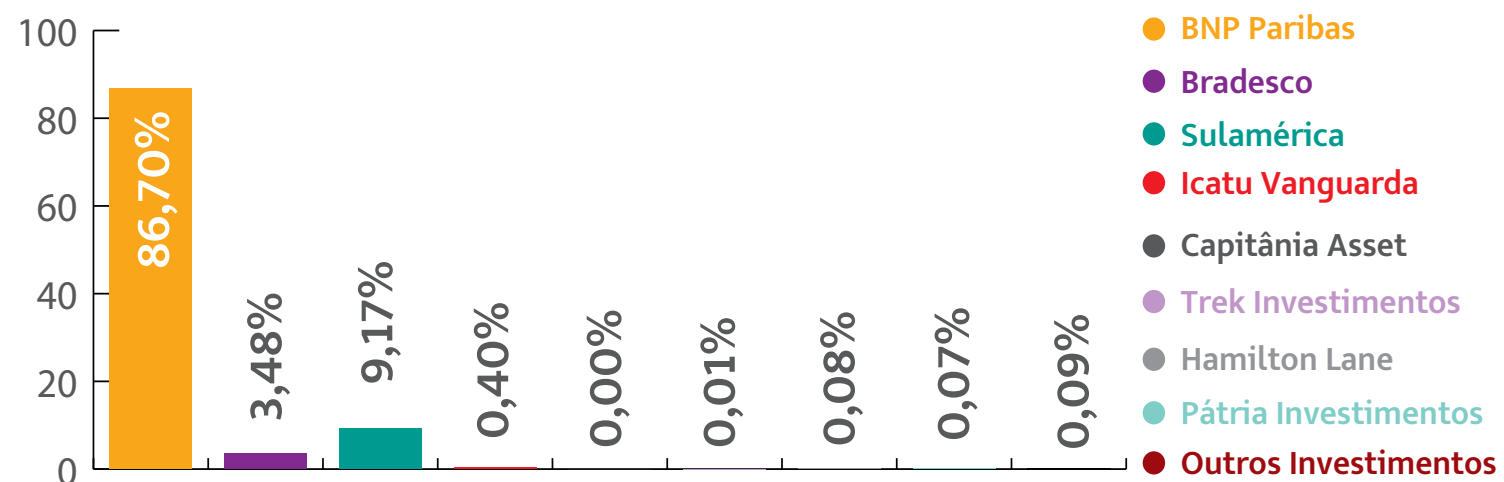
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II MIX 30 | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS				
INDICADOR ECONÔMICO				
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA
janeiro/2020	-0,42%	0,26%	0,38%	-1,63%
fevereiro/2020	-2,44%	0,26%	0,29%	-8,43%
março/2020	-9,15%	0,24%	0,34%	-29,90%
abril/2020	2,11%	0,22%	0,28%	10,25%
maio/2020	2,41%	0,22%	0,24%	8,57%
junho/2020	2,50%	0,17%	0,21%	8,76%
julho/2020	2,65%	0,13%	0,19%	8,27%
agosto/2020	-0,91%	0,13%	0,16%	-3,44%
setembro/2020	-1,46%	0,12%	0,16%	-4,80%
outubro/2020	-0,15%	0,12%	0,16%	-0,69%
novembro/2020	4,63%	0,12%	0,15%	15,90%
dezembro/2020	3,25%	0,12%	0,16%	9,30%
ACUMULADO				
2020	2,29%	2,13%	2,75%	2,92%
ULT. 24 Meses	15,75%	6,48%	8,86%	35,43%
ULT. 36 Meses	27,64%	11,4%	15,84%	55,81%

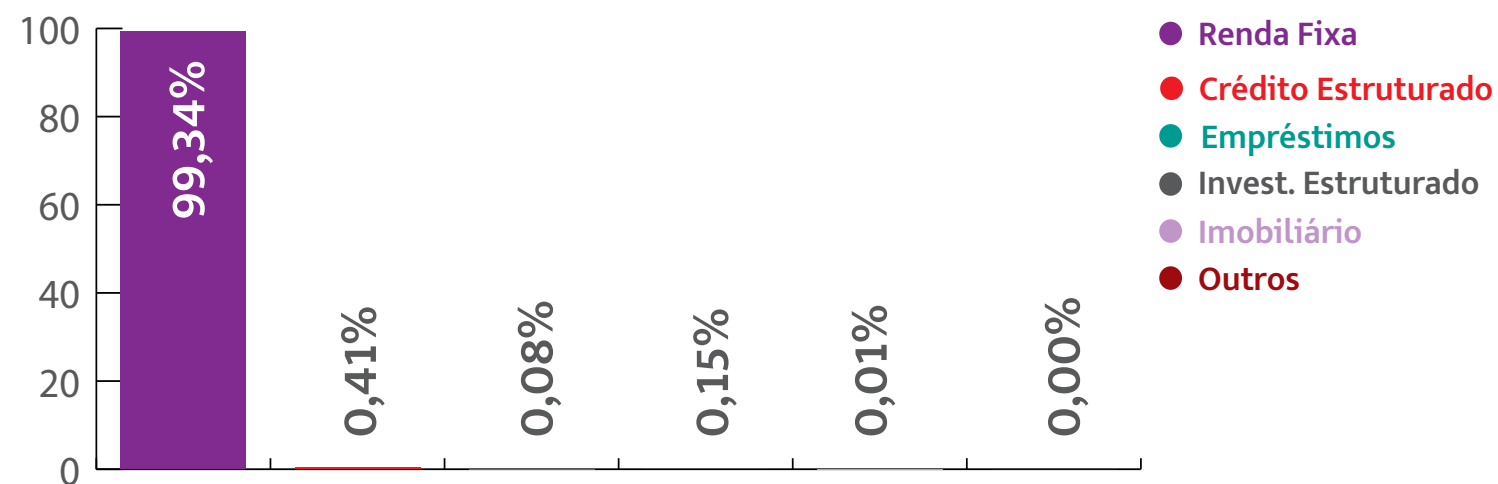
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II ALM | DEZEMBRO DE 2020

Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



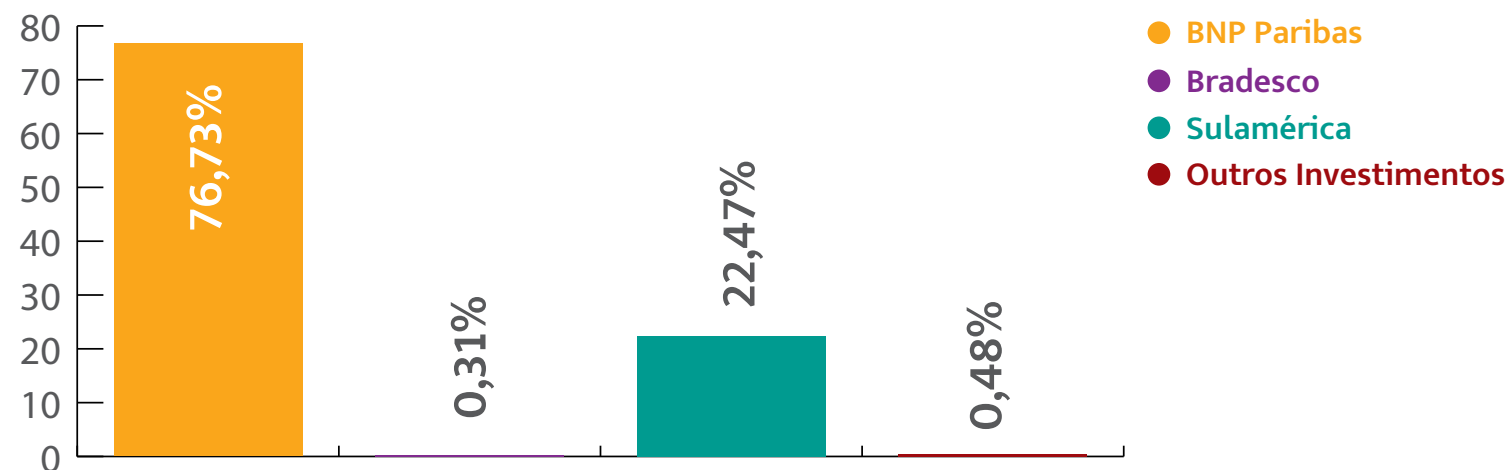
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS II ALM | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS					
INDICADOR ECONÔMICO					
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA	META ATUARIAL
janeiro/2020	1,16%	0,26%	0,38%	-1,63%	0,59%
fevereiro/2020	0,47%	0,26%	0,29%	-8,43%	0,50%
março/2020	0,58%	0,24%	0,34%	-29,90%	0,58%
abril/2020	0,28%	0,22%	0,28%	10,25%	0,13%
maio/2020	0,08%	0,22%	0,24%	8,57%	0,11%
junho/2020	0,43%	0,17%	0,21%	8,76%	0,68%
julho/2020	0,76%	0,13%	0,19%	8,27%	0,86%
agosto/2020	0,59%	0,13%	0,16%	-3,44%	0,74%
setembro/2020	0,50%	0,12%	0,16%	-4,80%	1,26%
outubro/2020	1,13%	0,12%	0,16%	-0,69%	1,28%
novembro/2020	1,33%	0,12%	0,15%	15,9%	1,32%
dezembro/2020	2,03%	0,12%	0,16%	9,3%	1,83%
ACUMULADO					
2020	9,74%	2,13%	2,75%	2,92%	10,32%
ULT. 24 Meses	20,56%	6,48%	8,86%	35,43%	20,59%
ULT. 36 Meses	32,18%	11,4%	15,84%	55,81%	30,42%

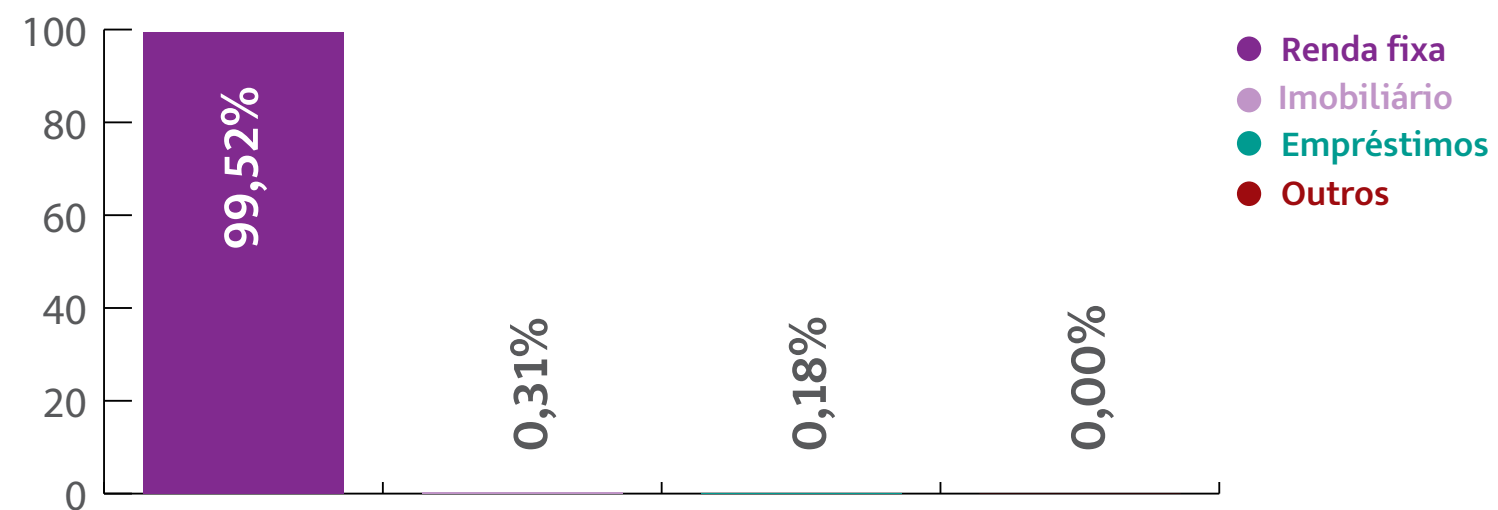
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS I | DEZEMBRO DE 2020

Recursos por gestor



Recursos por Segmento de Aplicação



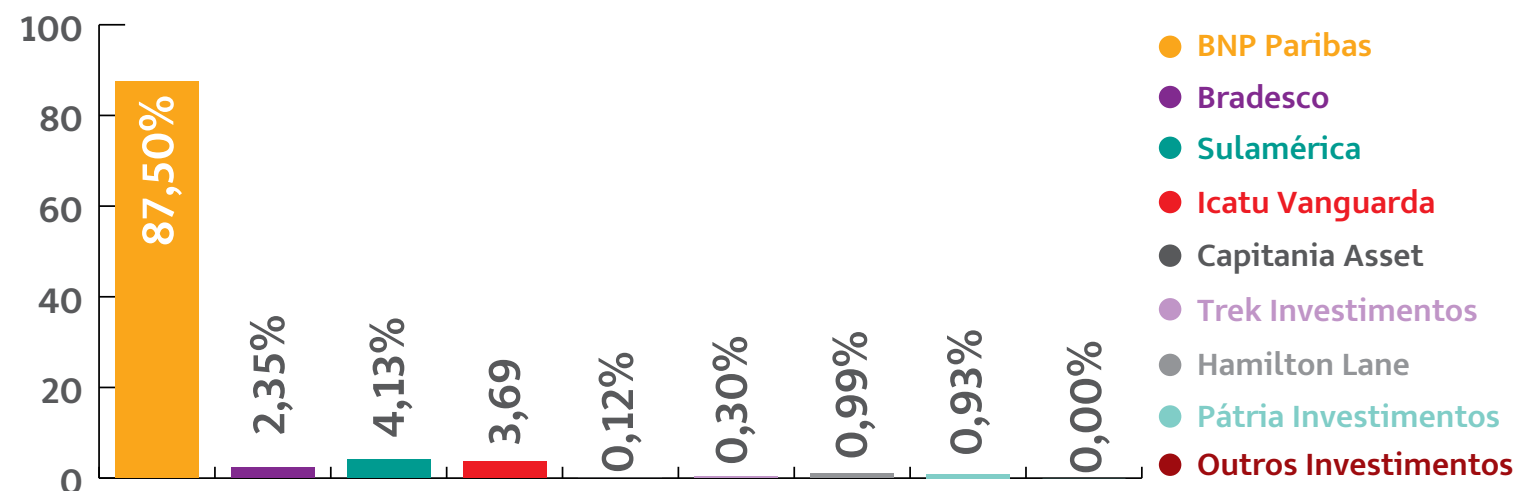
RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: ESCELSOS I | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS						
INDICADOR ECONÔMICO						
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA	META ATUARIAL	
janeiro/2020	1,17%	0,26%	0,38%	-1,63%	0,59%	
fevereiro/2020	0,48%	0,26%	0,29%	-8,43%	0,50%	
março/2020	0,65%	0,24%	0,34%	-29,90%	0,58%	
abril/2020	0,32%	0,22%	0,28%	10,25%	0,13%	
maio/2020	0,06%	0,22%	0,24%	8,57%	0,11%	
junho/2020	0,43%	0,17%	0,21%	8,76%	0,68%	
julho/2020	0,78%	0,13%	0,19%	8,27%	0,86%	
agosto/2020	0,56%	0,13%	0,16%	-3,44%	0,74%	
setembro/2020	0,37%	0,12%	0,16%	-4,80%	1,26%	
outubro/2020	1,07%	0,12%	0,16%	-0,69%	1,28%	
novembro/2020	1,35%	0,12%	0,15%	15,90%	1,32%	
dezembro/2020	2,27%	0,12%	0,16%	9,30%	1,83%	
ACUMULADO						
2020	9,93%	2,13%	2,75%	2,92%	9,74%	
ULT. 24 Meses	20,65%	6,48%	8,86%	35,43%	20,59%	
ULT. 36 Meses	32,2%	11,4%	15,84%	55,81%	30,42%	

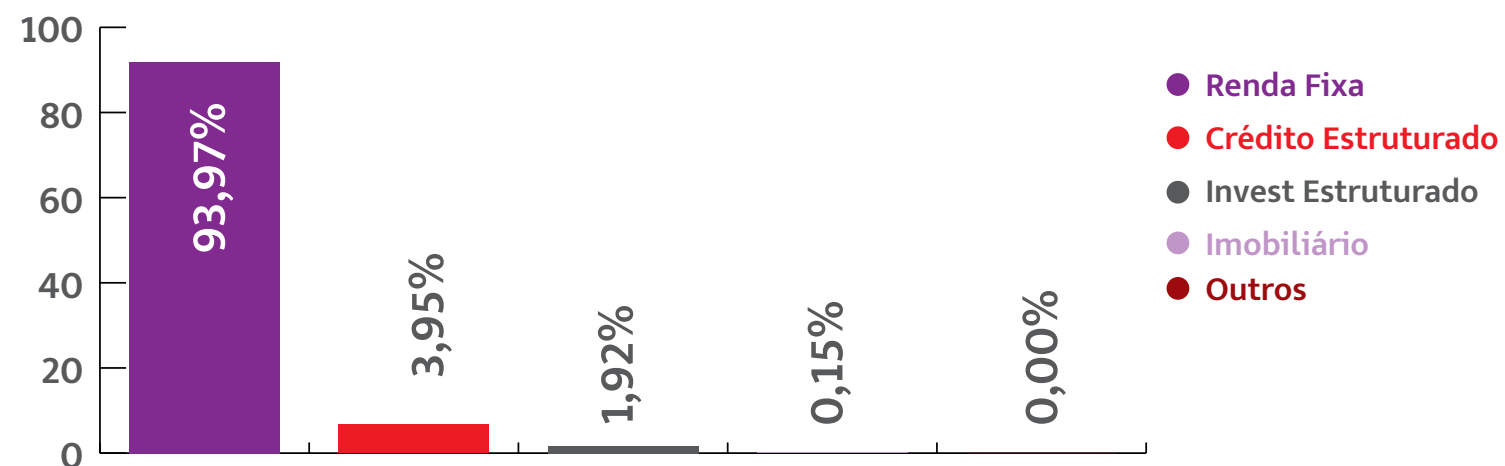
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE BD | DEZEMBRO DE 2020

Recursos por gestor



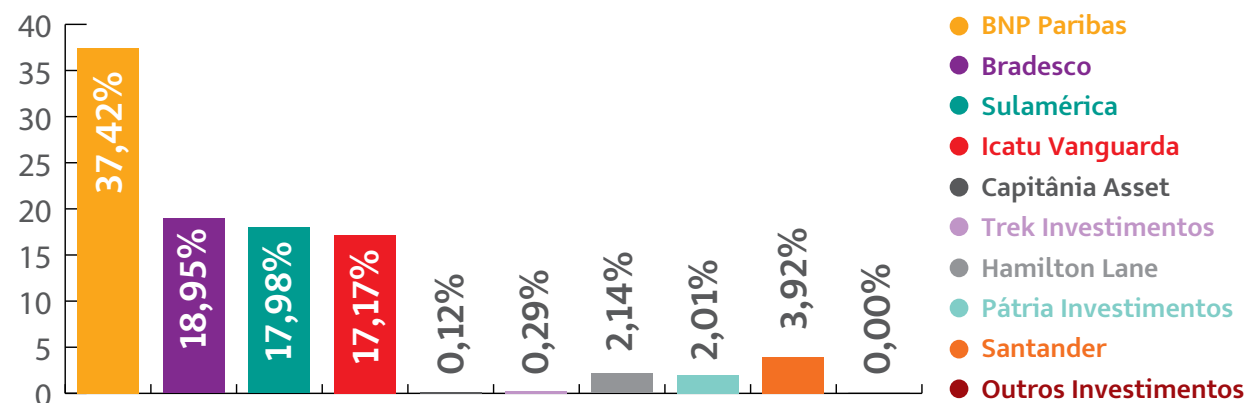
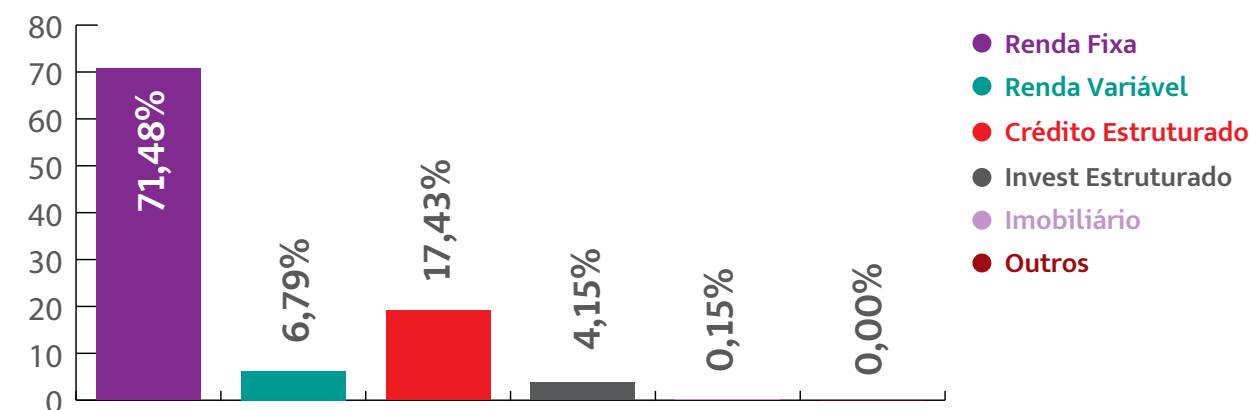
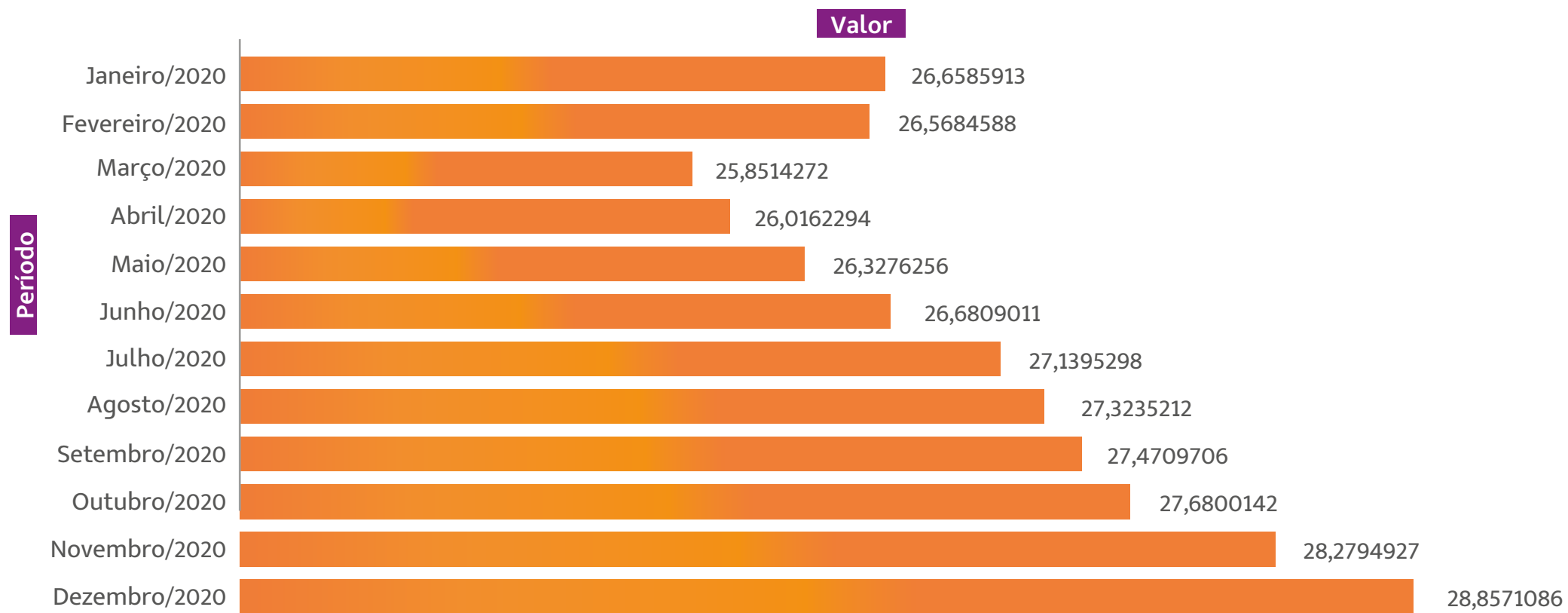
Recursos por Segmento de Aplicação



RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE BD | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS					
INDICADOR ECONÔMICO					
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA	META ATUARIAL
janeiro/2020	0,89%	0,26%	0,38%	-1,63%	0,49%
fevereiro/2020	0,35%	0,26%	0,29%	-8,43%	0,33%
março/2020	-0,23%	0,24%	0,34%	-29,90%	2,05%
abril/2020	0,43%	0,22%	0,28%	10,25%	0,41%
maio/2020	0,49%	0,22%	0,24%	8,57%	1,43%
junho/2020	0,95%	0,17%	0,21%	8,76%	1,98%
julho/2020	1,56%	0,13%	0,19%	8,27%	2,76%
agosto/2020	1,09%	0,13%	0,16%	-3,44%	4,26%
setembro/2020	1,31%	0,12%	0,16%	-4,80%	3,69%
outubro/2020	1,49%	0,12%	0,16%	-0,69%	4,07%
novembro/2020	1,78%	0,12%	0,15%	15,9%	3,00%
dezembro/2020	1,81%	0,12%	0,16%	9,30%	1,12%
ACUMULADO					
2020	12,60%	2,13%	2,75%	2,92%	28,68%
ULT. 24 Meses	24,58%	6,48%	8,86%	35,43%	44,86%
ULT. 36 Meses	37,20%	11,40%	15,84%	55,81%	62,08%

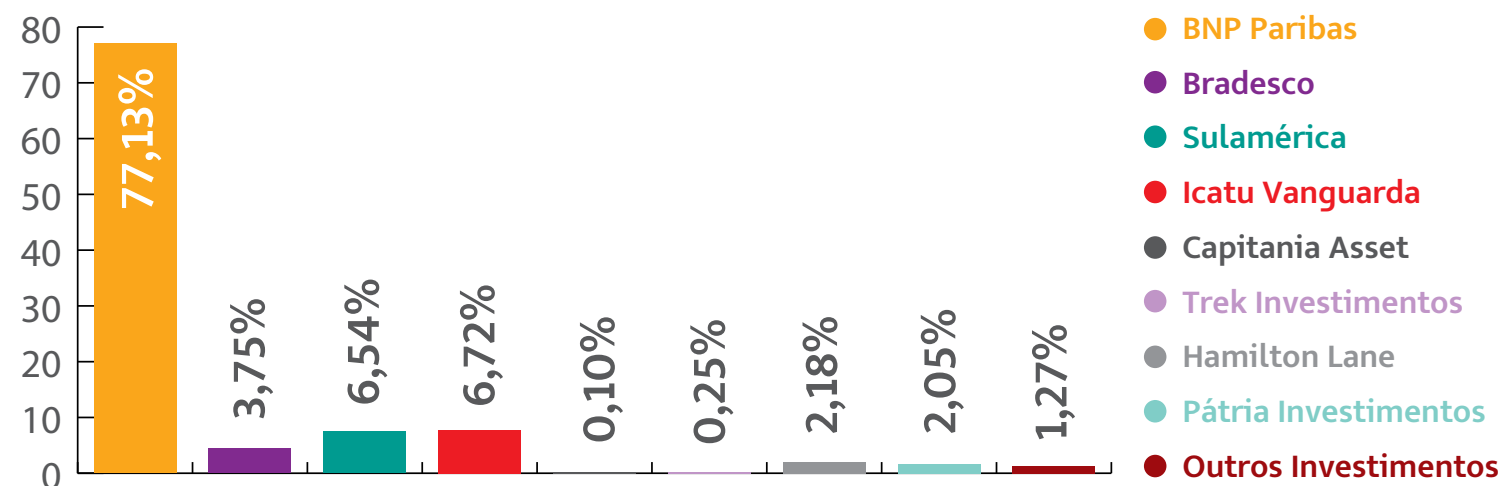
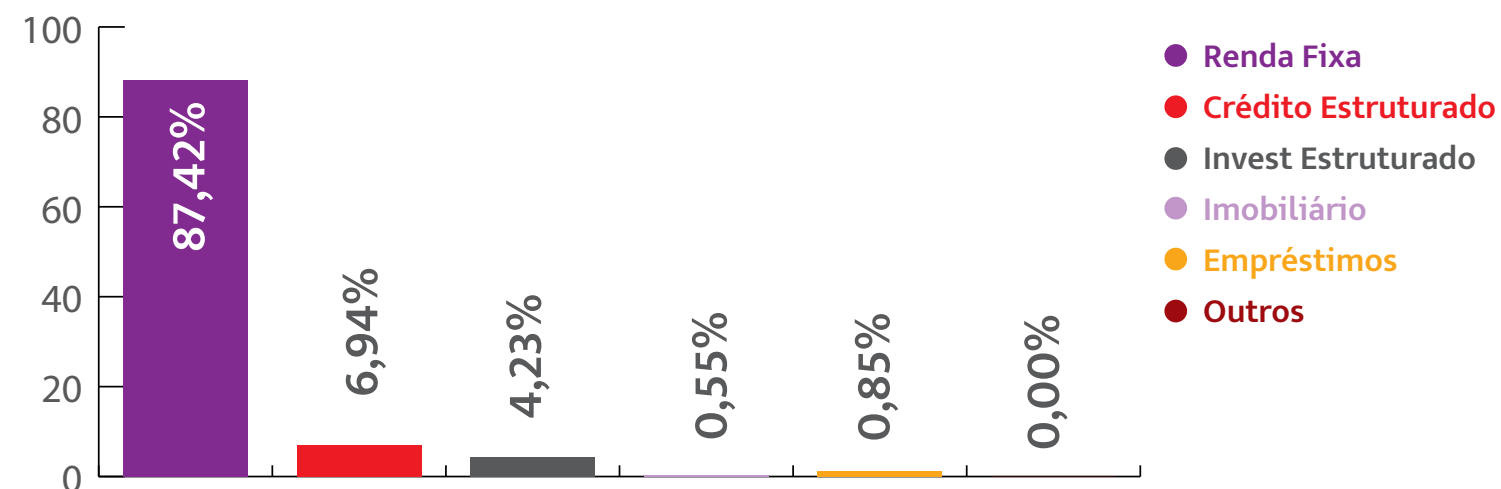
⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE CV | DEZEMBRO DE 2020
Recursos por gestor

Recursos por Segmento de Aplicação

Evolução do Valor da Cota Previdencial do Plano PSAP/Bandeirante (CV)


RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE CV | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS						
INDICADOR ECONÔMICO						
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA	META ATUARIAL	
janeiro/2020	0,56%	0,26%	0,38%	-1,63%	0,56%	
fevereiro/2020	-0,34%	0,26%	0,29%	-8,43%	0,40%	
março/2020	-2,68%	0,24%	0,34%	-29,90%	2,12%	
abril/2020	0,64%	0,22%	0,28%	10,25%	0,48%	
maio/2020	1,19%	0,22%	0,24%	8,57%	1,50%	
junho/2020	1,34%	0,17%	0,21%	8,76%	2,06%	
julho/2020	1,72%	0,13%	0,19%	8,27%	2,84%	
agosto/2020	0,68%	0,13%	0,16%	-3,44%	4,34%	
setembro/2020	0,49%	0,12%	0,16%	-4,80%	3,76%	
outubro/2020	0,76%	0,12%	0,16%	-0,69%	4,14%	
novembro/2020	2,19%	0,12%	0,15%	15,90%	3,07%	
dezembro/2020	2,03%	0,12%	0,16%	9,30%	1,19%	
ACUMULADO						
2020	8,82%	2,13%	2,75%	2,92%	29,78%	
ULT. 24 Meses	21,05%	6,48%	8,86%	35,43%	47,31%	
ULT. 36 Meses	33,00%	11,40%	15,84%	55,81%	66,21%	

⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE BPS | DEZEMBRO DE 2020
Recursos por gestor

Recursos por Segmento de Aplicação


RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS | PLANO DE BENEFÍCIO: PSAP/BANDEIRANTE BPS | DEZEMBRO DE 2020
2/2

RENTABILIDADE DOS INDICADORES ECONÔMICOS					
INDICADOR ECONÔMICO					
PERÍODO	RENTABILIDADE ⁽²⁾	POUPANÇA	CDI	IBOVESPA	META ATUARIAL
janeiro/2020	0,91%	0,26%	0,38%	-1,63%	0,52%
fevereiro/2020	0,32%	0,26%	0,29%	-8,43%	0,36%
março/2020	-0,43%	0,24%	0,34%	-29,90%	2,08%
abril/2020	0,49%	0,22%	0,28%	10,25%	0,44%
maio/2020	0,54%	0,22%	0,24%	8,57%	1,46%
junho/2020	1,06%	0,17%	0,21%	8,76%	2,02%
julho/2020	1,81%	0,13%	0,19%	8,27%	2,80%
agosto/2020	1,19%	0,13%	0,16%	-3,44%	4,30%
setembro/2020	1,35%	0,12%	0,16%	-4,80%	3,72%
outubro/2020	1,52%	0,12%	0,16%	-0,69%	4,10%
novembro/2020	1,90%	0,12%	0,15%	15,90%	3,04%
dezembro/2020	2,10%	0,12%	0,16%	9,30%	1,15%
ACUMULADO					
2020	13,50%	2,13%	2,75%	2,92%	29,18%
ULT. 24 Meses	26,61%	6,48%	8,86%	35,43%	46,00%
ULT. 36 Meses	40,06%	11,40%	15,84%	55,81%	63,98%

⁽²⁾ Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

LIMITES DE ALOCAÇÃO PATRIMONIAL

Politica de Investimentos
Vs. Legislação vigente
Vs. Aplicado

SEGMENTO	ALOCAÇÃO 2020	LIMITES RESOLUÇÃO 4661	LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020		LIMITE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021	
			MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
PGA						
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ENERGIAS DO BR						
Renda Fixa	81,30%	100,00%	0,00%	100,00%	44,80%	83,20%
Renda Variável	17,04%	70,00%	0,00%	39,00%	11,60%	21,50%
Estruturado	0,00%	20,00%	0,00%	5,00%	5,30%	8,70%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	1,66%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
PSAP BANDEIRANTE						
Renda Fixa	95,31%	100,00%	0,00%	100,00%	55,20%	89,34%
Renda Variável	0,63%	70,00%	0,00%	5,00%	4,19%	7,79%
Estruturado	3,28%	20,00%	0,00%	5,00%	6,47%	12,01%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,35%	20,00%	0,00%	7,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	0,42%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	5,00%
ESCELSOS I						
Renda Fixa	99,51%	100,00%	0,00%	100,00%	70,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	70,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,50%
Estruturado	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,50%
Imobiliário	0,31%	20,00%	0,00%	2,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	0,18%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
ESCELSOS II						
Renda Fixa	80,97%	100,00%	0,00%	100,00%	44,80%	100,00%
Renda Variável	13,59%	70,00%	0,00%	39,00%	0,00%	21,50%
Estruturado	4,62%	20,00%	0,00%	10,00%	0,00%	8,70%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,42%	20,00%	0,00%	2,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	0,40%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%



INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988000947)

1) ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	179.942.317	99,52%	177.491.910	99,34%
Imobiliário	554.398	0,31%	789.859	0,44%
Operações com Participantes	320.903	0,18%	390.272	0,22%
Total dos Recursos Garantidores	180.817.618	100,00%	178.672.041	100,00%

2) TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	99,34%	100,00%	0,00%	100,00%
Imobiliário	0,44%	8,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,22%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2020	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	99,52%	100,00%	0,00%	100,00%
Imobiliário	0,31%	8,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,18%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS

ESCELSOS I

(CNPB 1988000947)

3) MODALIDADES DE APLICAÇÃO

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	179.939.853	99,51%
Enerprev ALM I	138.743.998	76,73%
Enerprev Cons FIC RF	1.138.251	0,63%
SulAmérica Infl FIRF LP	40.057.604	22,15%
Caixa	2.463	0,00%
Valores a Pagar e Receber	0	0,00%
Total RF	179.942.317	99,52%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	320.903	0,18%
Total EM	320.903	0,18%
Imobiliário	R\$	%
Comercial	554.398	0,31%
Total IM	554.398	0,31%
Total dos Recursos Garantidores	180.817.618	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988000947)

4) INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BNP Paribas	138.743.998	77,11%	76,73%
SulAmérica	41.195.856	22,89%	22,78%
Total da Gestão Terceirizada	179.939.853		
Total dos Recursos Garantidores	180.817.618		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) INVESTIMENTOS COM GESTÃO ENERPREV

Segmentos	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Imobiliário	554.398	63,34%	789.859	66,93%
Operações com Participantes	320.903	36,66%	390.272	33,07%
Total Gestão Enerprev	875.301	100,00%	1.180.131	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	180.817.618			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998002292)

1) ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	454.676.944	80,97%	486.495.758	85,09%
Renda Variável	76.325.430	13,59%	51.163.867	8,95%
Estruturado	25.930.270	4,62%	29.041.980	5,08%
Imobiliário	2.349.638	0,42%	2.203.983	0,39%
Operações com Participantes	2.243.900	0,40%	2.816.434	0,49%
Total dos Recursos Garantidores	561.526.182	100,00%	571.722.021	100,00%

2) TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	85,09%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	8,95%	70,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	5,08%	20,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	0,39%	20,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,49%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2020	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	80,97%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	13,59%	70,00%	0,00%	39,00%
Estruturado	4,62%	20,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,42%	20,00%	0,00%	2,00%
Operações com Participantes	0,40%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998002292)

3) MODALIDADES DE APLICAÇÃO

Renda Fixa	R\$	%
Debêntures	156.298	0,03%
Fundos de Investimentos	454.462.292	80,93%
Capitânia Inflation	623.185	0,11%
Enerprev ALM II	92.036.599	16,39%
Enerprev Cons FIC RF	287.866.260	51,26%
Icatu Vanguarda Enerprev FI RF	67.173.161	11,96%
Trek FI RF CP Imob	751.833	0,13%
SulAmérica Infl FIRF LP	6.011.254	1,07%
Caixa	58.355	0,01%
Total RF	454.676.944	80,97%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	76.325.430,39	13,59%
Enerprev Cons FIC FIA	76.325.430	13,59%
Total RV	76.325.430	13,59%
Estruturado	R\$	%
Fundos de Investimentos	25.930.270	4,62%
Signal FIC FIP	13.409.936	2,39%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	12.520.334	2,23%
Total IE	25.930.270	4,62%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	2.245.885	0,40%
Valores a Pagar e Receber	-1.985	0,00%
Total EM	2.243.900	0,40%
Imobiliário	R\$	%
Comercial	1.532.500	0,27%
Trek FI RF CP Imob	817.137	0,15%
Total IM	2.349.638	0,42%
Total dos Recursos Garantidores	561.526.182	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998002292)

4) INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	293.877.514	52,71%	52,34%
BNP Paribas	92.036.599	16,51%	16,39%
Capitânia	623.185	0,11%	0,11%
Trek	751.833	0,13%	0,13%
Icatu Vanguarda	67.173.161	12,05%	11,96%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	76.325.430	13,69%	13,59%
Gestores de Recursos	Estruturado		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Signal	13.409.936	2,41%	2,39%
Pátria	12.520.334	2,25%	2,23%
Gestores de Recursos	Imobiliário		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Trek	817.137	0,15%	0,15%
Total da Gestão Terceirizada	557.535.129		
Total dos Recursos Garantidores	561.526.182		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) INVESTIMENTOS COM GESTÃO ENERPREV

Segmentos	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa - Debêntures	156.298	3,97%	87.992	1,72%
Imobiliário	1.532.500	38,97%	2.203.983	43,14%
Operações com Participantes	2.243.900	57,06%	2.816.434	55,13%
Total Gestão Enerprev	3.932.698	100,0%	5.108.408	100,0%
Total dos Recursos Garantidores	561.526.182			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL
(CNPB 2006.0071-65)

1) ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	247.139.806	81,30%	100.661.137	82,62%
Renda Variável	51.793.594	17,04%	18.499.149	15,18%
Operações com Participantes	5.038.493	1,66%	2.673.724	2,19%
Total dos Recursos Garantidores	303.971.893	100,00%	121.834.010	100,00%

2) TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	82,62%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	15,18%	70,00%	0,00%	30,00%
Operações com Participantes	2,19%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2020	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	81,30%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	17,04%	70,00%	0,00%	39,00%
Operações com Participantes	1,66%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL
(CNPB 2006.0071-65)

3) MODALIDADES DE APLICAÇÃO

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	247.041.178	81,27%
Enerprev Cons FIC RF	180.217.810	59,29%
Icatu Vanguarda Enerprev FI RF	61.410.709	20,20%
SulAmérica Infl FIRF LP	5.412.658	1,78%
Caixa	98.628	0,03%
Total RF	247.139.806	81,30%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	51.793.594,49	17,04%
Enerprev Cons FIC FIA	51.793.594	17,04%
Total RV	51.793.594	17,04%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	5.042.787	1,66%
Valores a Pagar e Receber	-4.294	0,00%
Total EM	5.038.493	1,66%
Total dos Recursos Garantidores	303.971.893	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL
(CNPB 2006.0071-65)

4) INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	185.630.469	62,12%	61,07%
Icatu	61.410.709	20,55%	20,20%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	51.793.594	17,33%	17,04%
Total da Gestão Terceirizada	298.834.772		
Total dos Recursos Garantidores	303.971.893		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) INVESTIMENTOS COM GESTÃO ENERPREV

Segmentos	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Operações com Participantes	5.038.493	100,00%	2.673.724	100,00%
Total Gestão Enerprev	5.038.493	100,00%	2.673.724	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	303.971.893			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES
(CNPB 19820020-18)

1) ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	868.172.993	95,32%	965.328.380	95,20%
Renda Variável	5.768.329	0,63%	7.242.196	0,71%
Estruturado	29.846.853	3,28%	33.428.062	3,30%
Imobiliário	3.209.863	0,35%	1.910.000	0,19%
Operações com Participantes	3.839.912	0,42%	6.134.062	0,60%
Total dos Recursos Garantidores	910.837.951	100,00%	1.014.042.700	100,00%

2) TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	95,20%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,71%	70,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	3,30%	20,00%	0,00%	5,00%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%
Imobiliário	0,19%	20,00%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,60%	15,00%	0,00%	15,00%

Segmento	Alocação 2020	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	95,32%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,63%	70,00%	0,00%	5,00%
Estruturado	3,28%	20,00%	0,00%	5,00%
Exterior	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%
Imobiliário	0,35%	20,00%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,42%	15,00%	0,00%	15,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES
(CNPB 19820020-18)

3) MODALIDADES DE APLICAÇÃO

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	868.142.446	95,31%
Capitânia Inflation	992.285	0,11%
Enerprev ALM PSAP BD RF	327.266.161	35,93%
Enerprev ALM PSAP BSPS RF	348.490.671	38,26%
Enerprev ALM PSAP CV RF	31.800.091	3,49%
Enerprev Cons FIC RF	79.130.328	8,69%
Icatu Vanguarda Enerprev FI RF	58.762.653	6,45%
Trek FI RF CP Imob	1.195.980	0,13%
SulAmérica Infl FIRF LP	20.504.276	2,25%
Caixa	30.548	0,00%
Valores a Pagar e Receber	0	0,00%
Total RF	868.172.993	95,32%
Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos	5.768.329	0,63%
Enerprev Cons FIC FIA	5.768.329	0,63%
Total RV	5.768.329	0,63%
Estruturado	R\$	%
Fundos de Investimentos	29.846.853	3,28%
Signal FIC FIP	15.373.996	1,69%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	14.472.857	1,59%
Total IE	29.846.853	3,28%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	3.839.912	0,42%
Valores a Pagar e Receber	0	0,00%
Total EM	3.839.912	0,42%
Imobiliário	R\$	%
Terreno	1.910.000	0,21%
Trek	1.299.863	0,14%
Total IM	3.209.863	0,35%
Total dos Recursos Garantidores	910.837.951	

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES
(CNPB 19820020-18)

4) INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BNP Paribas	707.556.923	78,18%	77,68%
Capitânia	992.285	0,11%	0,11%
Icatu Vanguarda	58.762.653	6,49%	6,45%
Trek	1.195.980	0,13%	0,13%
SulAmérica	99.634.604	11,01%	10,94%
Gestores de Recursos	Renda Variável		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	5.768.329	0,64%	0,63%
Gestores de Recursos	Estruturado		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Signal	15.373.996	1,70%	1,69%
Pátria	14.472.857	1,60%	1,59%
Gestores de Recursos	Imobiliário		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Trek	1.299.863	0,14%	0,14%
Total da Gestão Terceirizada	905.057.491		
Total dos Recursos Garantidores	910.837.951		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) INVESTIMENTOS COM GESTÃO ENERPREV

Segmentos	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Imobiliário	1.910.000	33,22%	1.910.000	23,74%
Operações com Participantes	3.839.912	66,78%	6.134.062	76,26%
Total Gestão Enerprev	5.749.912	100,00%	8.044.062	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	910.837.951			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

1) ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	5.751.090	100,00%	6.389.084	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	5.751.090	100,00%	6.389.084	100,00%

2) TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

Segmento	Alocação 2019	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Segmento	Alocação 2020	Limite Resolução 4661	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

3) MODALIDADES DE APLICAÇÃO

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos	5.746.893	99,93%
Enerprev Cons FIC RF	5.746.893	99,93%
Caixa	4.197	0,07%
Total RF	5.751.090	100,00%
Total dos Recursos Garantidores	5.751.090	

4) INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
SulAmérica	5.746.893	100,00%	99,93%
Total da Gestão Terceirizada	5.746.893		
Total dos Recursos Garantidores	5.751.090		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I

DADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				
Nome	Plano Escelsos I			
Tipo (ou modalidade)	Benefício Definido			
CNPB	1998.0009-47			
Meta Atuarial	INPC + 3,85% ao ano			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período do mandato	Habilitação PREVIC	Segmento	Nome	Cargo
28/11/2019 a 27/11/2021	2019.675	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)				
28/11/2019 a 27/11/2021	Não aplicável	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
AGENTE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)				
Não aplicável	Não aplicável	Todos os segmentos	Leonardo Viceconte Cruz	Gestor Operacional de Governança, Riscos e Relacionamento

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II

DADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				
Nome	Plano Escelsos II – Parcela ALM			
Tipo (ou modalidade)	Contribuição Variável			
CNPB	1998.0022-92			
Meta Atuarial	INPC + 3,94% ao ano			
DADOS DO PERFIL DE INVESTIMENTO				
PERFIS	FIX, MIX 15 E MIX 30			
Tipo (ou modalidade)	Contribuição Definida			
Meta de Rentabilidade	CDI + 0,5% a.a.			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período do mandato	Habilitação PREVIC	Segmento	Nome	Cargo
28/11/2019 a 27/11/2021	2019.675	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)				
28/11/2019 a 27/11/2021	Não aplicável	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
AGENTE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)				
Não aplicável	Não aplicável	Todos os segmentos	Leonardo Viceconte Cruz	Gestor Operacional de Governança, Riscos e Relacionamento

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL

DADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				
Nome	Plano Energias do Brasil			
Tipo (ou modalidade)	Contribuição Definida			
CNPB	2006.0071-65			
DADOS DO PERFIL DE INVESTIMENTO				
PERFIS	FIX, MIX 15 E MIX 30			
Tipo (ou modalidade)	Contribuição Definida			
Meta de Rentabilidade	CDI + 0,5% a.a.			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período do mandato	Habilitação PREVIC	Segmento	Nome	Cargo
28/11/2019 a 27/11/2021	2019.675	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)				
28/11/2019 a 27/11/2021	Não aplicável	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
AGENTE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)				
Não aplicável	Não aplicável	Todos os segmentos	Leonardo Viceconte Cruz	Gestor Operacional de Governança, Riscos e Relacionamento

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES

DADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				
Nome	Plano PSAP Bandeirante			
Tipo (ou modalidade)	Benefício Definido			
CNPB	1982.0020-18			
Meta Atuarial (BSPS)	IGP-DI + 3,93% ao ano			
Meta Atuarial (CV)	IGP-DI + 3,77% ao ano			
Meta Atuarial (BD)	IGP-DI + 3,91% ao ano			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período do mandato	Habilitação PREVIC	Segmento	Nome	Cargo
28/11/2019 a 27/11/2021	2019.675	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)				
28/11/2019 a 27/11/2021	Não aplicável	Todos os segmentos	Anderson Guimarães	Diretor Financeiro e de Seguridade
AGENTE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)				
Não aplicável	Não aplicável	Todos os segmentos	Leonardo Viceconte Cruz	Gestor Operacional de Governança, Riscos e Relacionamento

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA

DADOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				
Nome	Plano de Gestão Administrativa (PGA)			
Tipo (ou modalidade)	Administrativo			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período do mandato	Período do mandato	Período do mandato	Período do mandato	Período do mandato
28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)				
28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021	28/11/2019 a 27/11/2021
AGENTE ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)				
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável



DOCUMENTOS ORIGINAIS



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 29 de agosto de 2013 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014 e alterada pela Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO		2020	2019
Disponível		194	228
Realizável		1.975.222	1.903.682
Gestão Previdencial	(Nota 5)	12.224	10.981
Gestão Administrativa	(Nota 5)	282	266
Investimentos	(Nota 6)	1.962.716	1.892.435
Créditos Privados e Depósitos		156	88
Fundos de Investimentos		1.947.114	1.875.426
Investimentos imobiliários		3.997	4.904
Empréstimos e Financiamentos		11.449	12.017
TOTAL DO ATIVO		1.975.416	1.903.910
PASSIVO		2020	2019
Exigível Operacional	(Nota 7)	5.252	5.047
Gestão Previdencial		2.804	1.883
Gestão Administrativa		2.442	3.146
Investimentos		6	18
Exigível Contingencial	(Nota 8)	6.009	4.928
Gestão Previdencial		5.798	4.697
Gestão Administrativa		211	231
Patrimônio Social		1.964.155	1.893.935
Patrimônio de Cobertura do Plano		1.885.807	1.796.085
Provisões Matemáticas	(Nota 9)	2.071.518	1.698.336
Benefícios Concedidos		1.608.913	1.270.090
Benefícios a Conceder		537.289	488.329
(-) Prov. Matemáticas a Constituir		(74.684)	(60.083)
Equilíbrio Técnico	(Nota 10)	(185.711)	97.749
Resultados Realizados		(185.711)	97.749
Superávit (Déficit) Técnico Acumulado		(185.711)	97.749
Fundos	(Nota 11)	78.348	97.850
Fundos Previdenciais		73.865	93.754
Fundos Administrativos		3.379	3.072
Fundos dos Investimentos		1.104	1.024
TOTAL DO PASSIVO		1.975.416	1.903.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.893.935	1.776.285	6,62%
1. Adições	227.773	239.431	(4,87%)
(+) Contribuições Previdenciais	42.897	48.202	(11,01%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	172.967	178.586	(3,15%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	70	70	-
(+) Receitas Administrativas	11.680	12.170	(4,03%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Administrativa	78	285	(72,63%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Administrativa	1	-	-
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	80	118	(32,20%)
2. Destinações	(157.553)	(121.781)	29,37%
(-) Benefícios	(146.101)	(109.880)	32,96%
(-) Despesas Administrativas	(11.452)	(11.674)	(1,90%)
(-) Constituição Líquida de Contingências-Gestão Administrativa	-	(227)	(100,00%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	70.220	117.650	(40,31%)
(+) Provisões matemáticas	373.182	141.731	163,30%
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(283.460)	(67.726)	318,54%
(+) Fundos Previdenciais	(19.889)	42.973	(146,28%)
(+) Fundos administrativo	307	554	(44,58%)
(+) Fundos investimentos	80	118	(32,20%)
B) Patrimônio Social-final do exercício (A + 3)	1.964.155	1.893.935	3,71%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Descrição	2020	2019	Variação %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	3.072	2.518	22,00%
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.758	12.455	(5,60%)
1.1 Receitas	11.758	12.455	(5,60%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.417	7.232	(11,27%)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.488	4.442	1,04%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	43	53	(18,87%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	78	285	(72,63%)
Outras receitas	732	443	65,24%
2. Despesas Administrativas	(11.410)	(11.674)	(2,26%)
2.1 Administração Previdencial	(7.586)	(7.953)	(4,61%)
Pessoal e encargos	(4.464)	(4.007)	11,41%
Treinamentos/congressos e seminários	(17)	(60)	(71,67%)
Viagens e estadias	(6)	(31)	(80,65%)
Serviços de terceiros	(2.343)	(3.054)	(23,28%)
Despesas gerais	(230)	(276)	(16,67%)
Tributos	(526)	(525)	0,19%
2.2 Administração dos Investimentos	(3.824)	(3.721)	2,77%
Pessoal e encargos	(2.404)	(2.157)	11,45%
Treinamentos/congressos e seminários	(9)	(33)	(72,73%)
Viagens e estadias	(3)	(17)	(82,35%)
Serviços de terceiros	(956)	(1.075)	(11,07%)
Despesas gerais	(265)	(240)	10,42%
Tributos	(187)	(199)	(6,03%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1	(227)	(100,44%)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(42)	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	307	554	(44,58%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	307	554	(44,58%)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 7 + 8)	3.379	3.072	9,99%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	182.491	180.020	1,37%
Disponível	2	-	-
Recebível	1.674	1.349	24,09%
Investimento	180.815	178.671	1,20%
Fundos de Investimentos	179.940	177.491	1,38%
Investimentos Imobiliários	554	790	(29,87%)
Empréstimos e Financiamentos	321	390	(17,69%)
2.Obrigações	933	819	13,92%
Operacional	173	180	(3,89%)
Contingencial	760	639	18,94%
3.Fundos não Previdenciais	775	502	54,38%
Fundos Administrativos	565	317	78,23%
Fundos dos Investimentos	210	185	13,51%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	180.783	178.699	1,17%
Provisões Matemáticas	133.371	123.684	7,83%
Superávit Técnico	24.620	27.999	(12,07%)
Fundos Previdenciais	22.792	27.016	(15,64%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	41.533	38.909	6,74%
a) Equilíbrio Técnico	24.620	27.999	(12,07%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	16.913	10.910	55,02%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	41.533	38.909	6,74%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	178.699	176.294	1,36%
1. Adições	19.167	18.577	3,18%
(+) Contribuições	2.295	3.060	(25,00%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	16.866	15.501	8,81%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	6	16	(62,50%)
2. Destinações	(17.083)	(16.172)	5,63%
(-) Benefícios	(16.147)	(15.199)	6,24%
(-) Custeio Administrativo	(936)	(973)	(3,80%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	2.084	2.405	(13,35%)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.687	(1.272)	(861,56%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.224)	17.350	(124,35%)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(3.379)	(13.673)	(75,29%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	180.783	178.699	1,17%
C) Fundos não Previdenciais	273	(53)	(615,09%)
(+/-) Fundos Administrativos	248	(74)	(435,14%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	25	21	19,05%

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	181.926	179.703	1,24%
1. Provisões Matemáticas	133.371	123.684	7,83%
1.1. Benefícios Concedidos	133.371	123.684	7,83%
Benefício Definido	133.371	123.684	7,83%
2. Equilíbrio Técnico	24.620	27.999	(12,07%)
2.1. Resultados Realizados	24.620	27.999	(12,07%)
Superávit Técnico Acumulado	24.620	27.999	(12,07%)
Reserva de Contingência	24.620	22.523	9,31%
Reserva para Revisão de Plano	-	5.476	-
3. Fundos	23.002	27.201	(15,44%)
3.1. Fundos Previdenciais	22.792	27.016	(15,64%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	210	185	13,51%
4. Exigível Operacional	173	180	(3,89%)
4.1. Gestão Previdencial	173	180	(3,89%)
5. Exigível Contingencial	760	639	18,94%
5.1. Gestão Previdencial	760	639	18,94%

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	564.031	574.037	(1,74%)
Disponível	58	88	(34,09%)
Recebível	2.503	2.314	8,17%
Investimento	561.470	571.635	(1,78%)
Créditos Privados e Depósitos	156	88	77,27%
Fundos de Investimentos	557.535	566.526	(1,59%)
Investimentos Imobiliários	1.533	2.204	(30,44%)
Empréstimos e Financiamentos	2.246	2.817	(20,27%)
2.Obrigações	2.236	1.653	35,27%
Operacional	858	496	72,98%
Contingencial	1.378	1.157	19,10%
3.Fundos não Previdenciais	1.431	1.104	29,62%
Fundos Administrativos	691	381	81,36%
Fundos dos Investimentos	740	723	2,35%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	560.364	571.280	(1,91%)
Provisões Matemáticas	506.534	500.811	1,14%
Superávit Técnico	13.912	14.103	(1,35%)
Fundos Previdenciais	39.918	56.366	(29,18%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	21.786	19.080	14,18%
a) Equilíbrio Técnico	13.912	14.103	(1,35%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	7.874	4.977	58,21%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.786	19.080	14,18%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	571.280	546.640	4,51%
1. Adições	36.030	61.395	(41,31%)
(+) Contribuições	5.290	9.020	(41,35%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	30.717	52.347	(41,32%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	23	28	(17,86%)
2. Destinações	(46.946)	(36.755)	27,73%
(-) Benefícios	(45.345)	(35.011)	29,52%
(-) Custeio Administrativo	(1.601)	(1.744)	(8,20%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(10.916)	24.640	(144,30%)
(+/-) Provisões Matemáticas	5.723	21.950	(73,93%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(16.448)	24.395	(167,42%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(191)	(21.705)	(99,12%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	560.364	571.280	(1,91%)
C) Fundos não Previdenciais	327	(72)	(554,17%)
(+/-) Fundos Administrativos	310	(126)	(346,03%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	17	54	(68,52%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	563.340	573.656	(1,80%)
1. Provisões Matemáticas	506.534	500.811	1,14%
1.1. Benefícios Concedidos	363.041	334.265	8,61%
Contribuição Definida	293.689	275.283	6,69%
Benefício Definido	69.352	58.982	17,58%
1.2. Benefícios a Conceder	143.493	166.546	(13,84%)
Contribuição Definida	143.493	166.546	(13,84%)
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	58.904	69.000	(14,63%)
Saldo de contas-parcela participantes	84.589	97.546	(13,28%)
2. Equilíbrio Técnico	13.912	14.103	(1,35%)
2.1. Resultados Realizados	13.912	14.103	(1,35%)
Superávit Técnico Acumulado	13.912	14.103	(1,35%)
Reserva de Contingência	13.912	11.649	19,43%
Reserva para Revisão de Plano	-	2.454	(100,00%)
3. Fundos	40.658	57.089	(28,78%)
3.1. Fundos Previdenciais	39.918	56.366	(29,18%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	740	723	2,35%
4. Exigível Operacional	858	496	72,98%
4.1. Gestão Previdencial	856	493	73,63%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	2	3	(33,33%)
5. Exigível Contingencial	1.378	1.157	19,10%
5.1. Gestão Previdencial	1.378	1.157	19,10%

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	305.368	123.621	147,02%
Disponível	98	115	(14,78%)
Recebível	1.392	1.786	(22,06%)
Investimento	303.878	121.720	149,65%
Fundos de Investimentos	298.835	119.046	151,02%
Empréstimos e Financiamentos	5.043	2.674	88,59%
2.Obrigações	407	51	698,04%
Operacional	399	51	682,35%
Contingencial	8	-	-
3.Fundos não Previdenciais	1.387	1.759	(21,15%)
Fundos Administrativos	1.365	1.745	(21,78%)
Fundos dos Investimentos	22	14	57,14%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	303.574	121.811	149,22%
Provisões Matemáticas	298.110	117.408	153,91%
Fundos Previdenciais	5.464	4.403	24,10%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	121.811	95.757	27,21%
1. Adições	206.799	31.944	547,38%
(+) Contribuições	199.768	22.448	789,91%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	7.031	9.496	(25,96%)
2. Destinações	(25.036)	(5.890)	325,06%
(-) Benefícios	(22.817)	(3.300)	591,42%
(-) Constituição Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	(2)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(2.217)	(2.590)	(14,40%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	181.763	26.054	597,64%
(+/-) Provisões Matemáticas	180.702	25.249	615,68%
(+/-) Fundos Previdenciais	1.061	805	31,80%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	303.574	121.811	149,22%
C) Fundos não Previdenciais	433	433	-
(+/-) Fundos Administrativos	425	425	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	8	8	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS
ENERGIAS DO BRASIL

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	304.003	121.876	149,44%
1. Provisões Matemáticas	298.110	117.408	153,91%
1.1. Benefícios Concedidos	84.625	3.796	2.129,32%
Contribuição Definida	84.625	3.796	2.129,32%
1.2. Benefícios a Conceder	213.485	113.612	87,91%
Contribuição Definida	213.485	113.612	87,91%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	53.504	45.888	16,60%
Saldo de contas-parcela participantes	159.981	67.724	136,22%
3. Fundos	5.486	4.417	24,20%
3.1. Fundos Previdenciais	5.464	4.403	24,10%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	22	14	57,14%
4. Exigível Operacional	399	51	682,35%
4.1. Gestão Previdencial	395	49	706,12%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	4	2	100,00%
5. Exigível Contingencial	8	-	-
5.1. Gestão Previdencial	8	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	920.983	1.023.173	(9,99%)
Disponível	31	15	106,67%
Recebível	10.145	9.129	11,13%
Investimento	910.807	1.014.029	(10,18%)
Fundos de Investimentos	905.057	1.005.984	(10,03%)
Investimentos Imobiliários	1.910	1.910	-
Empréstimos e Financiamentos	3.840	6.135	(37,41%)
2.Obrigações	5.143	4.394	17,05%
Operacional	1.492	1.494	(0,13%)
Contingencial	3.651	2.900	25,90%
3.Fundos não Previdenciais	889	731	21,61%
Fundos Administrativos	757	629	20,35%
Fundos dos Investimentos	132	102	29,41%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	914.951	1.018.048	(10,13%)
Provisões Matemáticas	1.133.503	956.432	18,51%
Superávit/Déficit Técnico	(224.243)	55.647	(502,97%)
Fundos Previdenciais	5.691	5.969	(4,66%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(141.565)	83.438	(269,66%)
a) Equilíbrio Técnico	(224.243)	55.647	(502,97%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	82.678	27.791	197,50%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(141.565)	83.438	(269,66%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.018.048	954.171	6,69%
1. Adições	137.476	122.170	12,53%
(+) Contribuições	19.080	20.904	(8,73%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	118.353	101.240	16,90%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	43	26	65,38%
2. Destinações	(240.573)	(58.293)	312,70%
(-) Benefícios	(238.951)	(56.367)	323,92%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Custeio Administrativo	(1.622)	(1.926)	(15,78%)
(-) Resultados a Realizar	-	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(103.097)	63.877	(261,40%)
(+/-) Provisões Matemáticas	177.071	95.802	84,83%
(+/-) Fundos Previdenciais	(278)	423	(165,72%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(279.890)	(32.348)	765,25%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	914.951	1.018.048	(10,13%)
C) Fundos não Previdenciais	158	364	(56,59%)
(+/-) Fundos Administrativos	128	329	(61,09%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	30	35	(14,29%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP BANDEIRANTE -
BANDEIRANTES

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	920.225	1.022.544	(10,01%)
1. Provisões Matemáticas	1.133.502	956.432	18,51%
1.1. Benefícios Concedidos	1.027.876	808.345	27,16%
Contribuição Definida	1.795	1.393	28,86%
Benefício Definido	1.026.081	806.952	27,16%
1.2. Benefícios a Conceder	180.310	208.171	(13,38%)
Contribuição Definida	34.948	48.034	(27,24%)
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	11.664	16.297	(28,43%)
Saldo de contas-parcela participantes	23.284	31.737	(26,63%)
Benefício Definido	145.362	160.137	(9,23%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(74.684)	(60.084)	24,30%
(-) Déficit Equacionado	(74.684)	(60.084)	24,30%
(-) Patrocinador(es)	(64.237)	(55.208)	16,35%
(-) Assistidos	(10.447)	(4.876)	114,25%
2. Equilíbrio Técnico	(224.243)	55.647	(502,97%)
2.1. Resultados Realizados	(224.243)	55.647	(502,97%)
Superávit Técnico Acumulado	28.830	107.042	(73,07%)
Reserva de Contingência	28.830	78.380	(63,22%)
Reserva para Revisão de Plano	-	28.662	(100,00%)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(253.073)	(51.395)	392,41%
3. Fundos	5.823	6.071	(4,08%)
3.1. Fundos Previdenciais	5.691	5.969	(4,66%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	132	102	29,41%
4. Exigível Operacional	1.492	1.494	(0,13%)
4.1. Gestão Previdencial	1.492	1.481	0,74%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	-	13	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	3.651	2.900	25,90%
5.1. Gestão Previdencial	3.651	2.900	25,90%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BSPS

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	461.616	507.740	(9,08%)
Disponível	4	3	33,33%
Recebível	9.806	8.939	9,70%
Investimento	451.806	498.798	(9,42%)
Fundos de Investimentos	446.056	490.753	(9,11%)
Investimentos Imobiliários	1.910	1.910	-
Empréstimos e Financiamentos	3.840	6.135	(37,41%)
2.Obrigações	4.831	4.069	18,73%
Operacional	1.180	1.169	0,94%
Contingencial	3.651	2.900	25,90%
3.Fundos não Previdenciais	889	731	21,61%
Fundos Administrativos	757	629	20,35%
Fundos dos Investimentos	132	102	29,41%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	455.896	502.940	(9,35%)
Provisões Matemáticas	685.793	539.579	27,10%
Déficit Técnico	(229.897)	(36.639)	527,47%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(188.249)	(22.746)	727,61%
a) Equilíbrio Técnico	(229.897)	(36.639)	527,47%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	41.648	13.893	199,78%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(188.249)	(22.746)	727,61%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BPS

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	502.940	481.419	4,47%
1. Adições	71.053	62.540	13,61%
(+) Contribuições	11.021	11.660	(5,48%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	60.018	50.854	18,02%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	14	26	(46,15%)
2. Destinações	(118.098)	(41.019)	187,91%
(-) Benefícios	(116.511)	(39.144)	197,65%
(-) Custeio Administrativo	(1.587)	(1.875)	(15,36%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(47.044)	21.521	(318,60%)
(+/-) Provisões Matemáticas	146.214	57.936	152,37%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(193.258)	(36.415)	430,71%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	455.896	502.940	(9,35%)
C) Fundos não Previdenciais	158	364	(56,59%)
(+/-) Fundos Administrativos	128	329	(61,09%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	30	35	(14,29%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BPS

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	460.858	507.111	(9,12%)
1. Provisões Matemáticas	685.792	539.579	27,10%
1.1. Benefícios Concedidos	700.831	557.061	25,81%
Benefício Definido	700.831	557.061	25,81%
1.2. Benefícios a Conceder	46.430	36.502	27,20%
Benefício Definido	46.430	36.502	27,20%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(61.469)	(53.984)	13,87%
(-) Déficit Equacionado	(61.469)	(53.984)	13,87%
(-) Patrocinador(es)	(61.469)	(53.984)	13,87%
2. Equilíbrio Técnico	(229.897)	(36.639)	527,47%
2.1. Resultados Realizados	(229.897)	(36.639)	527,47%
Déficit Técnico Acumulado	(229.897)	(36.639)	527,47%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(229.897)	(36.639)	527,47%
2.2. Resultados a Realizar	-	-	-
3. Fundos	132	102	29,41%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	132	102	29,41%
4. Exigível Operacional	1.180	1.169	0,94%
4.1. Gestão Previdencial	1.180	1.156	2,08%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	-	13	(100,00%)
5. Exigível Contingencial	3.651	2.900	25,90%
5.1. Gestão Previdencial	3.651	2.900	25,90%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BD

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	374.212	420.819	(11,08%)
Disponível	6	3	100,00%
Recebível	287	135	112,59%
Investimento	373.919	420.681	(11,12%)
Fundos de Investimentos	373.919	420.681	(11,12%)
2.Obrigações	224	256	(12,50%)
Operacional	224	256	(12,50%)
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	373.988	420.563	(11,07%)
Provisões Matemáticas	345.158	313.521	10,09%
Superávit Técnico	28.830	107.042	(73,07%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	60.344	117.064	(48,45%)
a) Equilíbrio Técnico	28.830	107.042	(73,07%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	31.514	10.022	214,45%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	60.344	117.064	(48,45%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BD

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	420.563	386.158	8,91%
1. Adições	56.056	47.437	18,17%
(+) Contribuições	5.547	6.674	(16,89%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	50.480	40.763	23,84%
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	29	-	-
2. Destinações	(102.631)	(13.032)	687,53%
(-) Benefícios	(102.601)	(12.987)	690,03%
(-) Custeio Administrativo	(30)	(45)	(33,33%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(46.575)	34.405	(235,37%)
(+/-) Provisões Matemáticas	31.637	25.173	25,68%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(78.212)	9.232	(947,18%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	373.988	420.563	(11,07%)
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - BD

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	374.212	420.819	(11,08%)
1. Provisões Matemáticas	345.158	313.521	10,09%
1.1. Benefícios Concedidos	246.226	189.886	29,67%
Benefício Definido	246.226	189.886	29,67%
1.2. Benefícios a Conceder	98.932	123.635	(19,98%)
Benefício Definido	98.932	123.635	(19,98%)
2. Equilíbrio Técnico	28.830	107.042	(73,07%)
2.1. Resultados Realizados	28.830	107.042	(73,07%)
Superávit Técnico Acumulado	28.830	107.042	(73,07%)
Reserva de Contingência	28.830	78.380	(63,22%)
Reserva para Revisão de Plano	-	28.662	(100,00%)
4. Exigível Operacional	224	256	(12,50%)
4.1. Gestão Previdencial	224	256	(12,50%)

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - CV

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	85.040	94.500	(10,01%)
Disponível	21	8	162,50%
Recebível	41	44	(6,82%)
Investimento	84.978	94.448	(10,03%)
Fundos de Investimentos	84.978	94.448	(10,03%)
2.Obrigações	88	69	27,54%
Operacional	88	69	27,54%
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	84.952	94.431	(10,04%)
Provisões Matemáticas	102.552	103.332	(0,75%)
Déficit Técnico	(23.176)	(14.756)	57,06%
Fundos Previdenciais	5.576	5.855	(4,77%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(13.660)	(10.880)	25,55%
a) Equilíbrio Técnico	(23.176)	(14.756)	57,06%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	9.516	3.876	145,51%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(13.660)	(10.880)	25,55%

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - CV

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	94.431	86.497	9,17%
1. Adições	10.366	12.176	(14,87%)
(+) Contribuições	2.512	2.557	(1,76%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	7.854	9.619	(18,35%)
2. Destinações	(19.844)	(4.242)	367,80%
(-) Benefícios	(19.839)	(4.236)	368,34%
(-) Custeio Administrativo	(5)	(6)	(16,67%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(9.479)	7.934	(219,47%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(780)	12.693	(106,15%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(279)	406	(168,72%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(8.420)	(5.165)	63,02%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	84.952	94.431	(10,04%)
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - CV

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	85.040	94.500	(10,01%)
1. Provisões Matemáticas	102.552	103.332	(0,75%)
1.1. Benefícios Concedidos	80.819	61.398	31,63%
Contribuição Definida	1.795	1.393	28,86%
Benefício Definido	79.024	60.005	31,70%
1.2. Benefícios a Conceder	34.948	48.034	(27,24%)
Contribuição Definida	34.948	48.034	(27,24%)
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	11.664	16.297	(28,43%)
Saldo de contas-parcela participantes	23.284	31.737	(26,63%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(13.215)	(6.100)	116,64%
(-) Déficit Equacionado	(13.215)	(6.100)	116,64%
(-) Patrocinador(es)	(2.768)	(1.224)	126,14%
(-) Assistidos	(10.447)	(4.876)	114,25%
2. Equilíbrio Técnico	(23.176)	(14.756)	57,06%
2.1. Resultados Realizados	(23.176)	(14.756)	57,06%
Déficit Técnico Acumulado	(23.176)	(14.756)	57,06%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(23.176)	(14.756)	57,06%
3. Fundos	5.576	5.855	(4,77%)
3.1. Fundos Previdenciais	5.576	5.855	(4,77%)
4. Exigível Operacional	88	69	27,54%
4.1. Gestão Previdencial	88	69	27,54%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - PECÚLIO

Descrição	2020	2019	Δ %
1.Ativos	115	114	0,88%
Disponível	-	1	(100,00%)
Recebível	11	11	-
Investimento	104	102	1,96%
Fundos de Investimentos	104	102	1,96%
2.Obrigações	-	-	-
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	115	114	0,88%
Fundos Previdenciais	115	114	0,88%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - PECÚLIO

Descrição	2020	2019	Δ %
A) Ativo Líquido - início do exercício	114	97	17,53%
1. Adições	1	17	(94,12%)
(+) Contribuições	-	13	(100,00%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	1	4	(75,00%)
2. Destinações	-	-	-
(-) Benefícios	-	-	-
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	1	17	(94,12%)
(+/-) Fundos Previdenciais	1	17	(94,12%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	115	114	0,88%
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	-	-	-
(+/-) Fundos dos Investimentos	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

PLANO PSAP
BANDEIRANTE - PECÚLIO

Descrição	2020	2019	Δ %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	115	114	0,88%
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	115	114	0,88%
3.1. Fundos Previdenciais	115	114	0,88%
4. Exigível Operacional	-	-	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída em 19 de julho de 2006, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 625 de 21 de agosto de 2006 do Ministério da Previdência Social, publicada no DOU de 22 de agosto de 2006. Seu efetivo funcionamento ocorreu a partir de 1º de junho de 2007, data em que a entidade iniciou suas atividades, com a adesão das primeiras patrocinadoras do Grupo Energias do Brasil: EDP – Energias do Brasil S.A, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (antiga Bandeirante Energia S.A.), Energest S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A (antiga Espírito Santo Centrais Elétricas S.A) e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (antiga Enertrade Comercializadora de Energia S.A.), com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela ENERPREV são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo

como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A ENERPREV tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos seus participantes, ativos, assistidos, autopatrocinados e aos que se encontram em benefício proporcional diferido, proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente regulamento do plano. Somente o Plano Energias do Brasil está aberto a novas adesões. Os demais planos encontram-se fechados a novas adesões.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE (1)	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Bandeirante (2)	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A	02.302.100/0001-06
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A	02.302.100/0001-06
			EDP - Energias do Brasil S.A.	03.983.431/0001-03
			Instituto EDP Energias do Brasil	09.458.121/0001-56
			Lajeado Energia S.A.	03.460.864/0001-84
			ECE Participações S.A.	09.333.996/0001-21
			EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.	02.154.070/0001-20
			Energest S.A.	04.029.601/0001-88
			EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	04.149.295/0001-13
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A	28.152.650/0001-71
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil	08.710.526/0001-77
			Enerpeixe S.A.	04.426.411/0001-02
			EDP Renováveis Brasil S.A.	09.334.083/0001-20
			Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	08.976.495/0001-09
			Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	13.746.853/0001-19
			Investco S.A.	00.644.907/0001-93
			Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.	17.200.920/0001-56
			EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (3)	21.813.271/0001-36
			Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	10.661.303/0001-09
			EDP - Comercialização Varejista Ltda.	28.630.316/0001-86
			EDP - Soluções em Energias S.A.	94.788.803/0001-73
Empresa de Energia São Manoel S.A. (4)	18.494.537/0001-10			
EDP Transmissão S.A. (5)	04.705.039/0001-65			
EDP Ventures Brasil S.A. (6)	31.364.489/0001-04			
EDP Transmissão MA II S.A. (7)	27.821.761/0001-60			
EDP Transmissão MA I S.A. (8)	27.821.764/0001-02			
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (9)	27.831.352/0001-45			
EDP Transmissão SP-MG S.A. (10)	27.821.748/0001-01			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

⁽¹⁾ Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

⁽²⁾ Gerencialmente o Plano PSAP/Bandeirante é composto pelas submassas: BD (Benefício Definido), CV (Contribuição Variável), BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) e Pecúlio.

⁽³⁾ Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. comprou a EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas, cuja a retirada de Patrocínio foi aprovada em 31/01/2020, sendo que em 05/02/2020 a empresa compradora efetuou o último repasse relativa a competência de Janeiro/2020.

⁽⁴⁾ No dia 23 de abril de 2019, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa de Energia São Manoel S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota N° 419/2019/PREVIC e do

Processo N° 44011.001893/2019-75.

⁽⁵⁾ No dia 25 de junho de 2019 foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da empresa EDP Transmissão S.A., como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, foi aprovado nos termos da Nota N° 433/2019/PREVIC e do Processo N° 44011.001739/2019-01.

⁽⁶⁾ No dia 12 de agosto de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Ventures Brasil S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC n° 578/2021.

⁽⁷⁾ No dia 18 de setembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão MA II S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC n° 637/2021.

⁽⁸⁾ No dia 24 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão MA I S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC n° 818/2021.

⁽⁹⁾ No dia 24 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Aliança SC S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC n° 816/2021.

⁽¹⁰⁾ No dia 27 de novembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC o Convênio de adesão da Empresa EDP Transmissão SP- MG S.A, como patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil, nos termos da Portaria PREVIC n° 829/2021.

O quadro de participantes em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

MASSA DE PARTICIPANTES 12/2020						
PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSÕES	Autopatrocinado	BPD	Total Geral
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2.114	93	6	71	101	2.385
Plano de Benefícios I - Escelsos	-	405	240	-	-	645
Plano de Benefícios II - Escelsos	264	852	50	17	17	1.200
Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante BD	240	782	51	15	84	1.172
Total Geral	2.618	2.132	347	103	202	5.402

MASSA DE PARTICIPANTES 12/2019						
PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSÕES	Autopatrocinado	BPD	Total Geral
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2.118	12	1	73	73	2.277
Plano de Benefícios I - Escelsos	-	419	235	-	-	654
Plano de Benefícios II - Escelsos	301	818	47	22	14	1.202
Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante BD	349	844	55	25	92	1.365
Total Geral	2.768	2.093	338	120	179	5.498

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Nor-

mativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 13).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes, autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio das despesas administrativas efetuados pelas patrocinadoras, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses títulos e valores mo-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

biliários estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, calculados “pro rata” dia e ajustados no resultado do exercício ao valor de mercado computando-se a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira dos planos de benefícios que a Entidade administra de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados e registrados no resultado do exercício pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Os Derivativos exclusivamente destinados a proteção de exposição, quando existentes, são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

c. Ações de companhias abertas – São registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e taxas de operações de compras de ações, estão registradas ao valor de mercado, obtido pela sua cotação de fechamento na data do balanço ou na data mais próxima, na qual se registrou negociação da ação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA. As cotas de fundos de ações são registradas pelo custo de aquisição, ajustado mensalmente pela variação das respectivas cotas.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil

remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitados.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida no resultado.

III. Empréstimos e Financiamentos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Deste 2017 o Plano de Benefícios Energias do Brasil passou a conceder empréstimos aos seus participantes, assim como os Planos de Benefícios Escelsos I e II e PSAP/ Bandeirante.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

Para os casos de morte do mutuário dos Planos de Benefícios Escelsos I e II, para empréstimos concedidos anteriormente a junho/2015, a seguradora reembolsa a ENERPREV o valor total do saldo devedor do empréstimo concedido ao participante.

A partir de junho/2015, foram unificados os regulamentos dos empréstimos dos planos administrados que contam com essa aplicação financeira, que pas-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

saram a ter regras iguais para todos os planos. Neste novo regulamento foi criada a constituição de um Fundo para Quitação por Morte (FQM), não sendo mais utilizado o seguro prestamista com instituição financeira, sendo que no caso de falecimento do mutuário, o saldo devedor é absorvido por este fundo.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais, inerentes a reclamações trabalhistas por ex-empregados das patrocinadoras que refletem impactos nos planos previdenciais da entidade. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** são divulgados sem constituição de provisão; e
- **Remotas:** não requerem constituição de provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais e Investimentos) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

e) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

g) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre

capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** As contribuições mensais das empresas patrocinadoras, participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido dos planos custeiam 65% do total das despesas administrativas, de acordo com o percentual específico de cada patrocinadora.

Outras fontes de custeio são: taxa administrativa sobre a concessão de empréstimos, taxa administrativa recebida de autopatrocinados, taxa de consignatária sobre serviços prestados de desconto em folha de benefícios e rendimento financeiro do Fundo Administrativo.

- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, que correspondem a 35% do total das despesas administrativas, equivalentes ao total das Despesas Administrativas de Investimentos, que são custeadas diretamente pelo resultado dos Investimentos.

Os critérios adotados pela ENERPREV para segregação das despesas de administração foram registrados de acordo com a aplicação da respectiva despesa, resultando na proporção de 65% para despesas administrativas previdenciais e 35% para despesas administrativas dos investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	2020				Total	2019
	Recursos a Receber	Adiant. Benef.	Depósitos Judiciais/Recurrais Esfera Trabalhista	Outros Realizáveis		
Plano Energias do Brasil	15	-	-	8	23	26
Plano Escelsos I	-	2	344	762	1.108	977
Plano Escelsos II	6	1	421	1.378	1.806	1.616
Plano PSAP - Mod. BD	5	-	8	238	251	135
Plano PSAP - Mod. CV	5	-	-	35	40	15
Plano PSAP - Mod. BSPS	639	1	306	8.039	8.985	8.201
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	-	-	-	11	11	11
Total	670	4	1.079	10.471	12.224	10.981

Recursos a Receber - referem-se em sua maioria, a provisão do valor das contribuições contratadas do mês de dezembro/2020 para liquidação do déficit técnico contratado.

Adiantamentos de Benefícios – referem-se a adiantamentos de benefícios para participantes cujo falecimento ocorram na data da emissão da folha de pagamento.

Depósitos Judiciais/Recurrais, referem-se a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajustes de benefícios adotadas nas patrocinadoras. Vejamos:

Plano de Benefícios	2019	Atualização	(Reversão)	2020
Plano Escelsos I	337	7	-	344
Plano Escelsos II	423	-	(2)	421
Plano PSAP - Mod. BSPS	336	-	(30)	306
Plano PSAP - Mod. BSPS	-	8	-	8
Total	1.096	15	(32)	1.079

Outros Realizáveis, Os valores do Plano PSAP/Bandeirante das submassas PSAP BD, CV, BSPS e Pecúlio, em **transferência de gerenciamento** são os valores pendentes da transferência de gerenciamento, quando da sua migração para a ENERPREV. No caso dos Planos de Benefícios Escelsos I,

Escelsos II e PSAP/Bandeirante submassa BSPS, a **contingências a recuperar** referem-se o compromisso das patrocinadoras em caso de perda dos processos judiciais que venham impactar os planos previdenciários. Vejamos:

Plano de Benefícios	2020			Total	2019
	Valores a Receber	Transferência de Gerenciamento	Contingências a Recuperar		
Plano Energias do Brasil	-	-	8	8	-
Plano Escelsos I	2	-	760	762	639
Plano Escelsos II	-	-	1.378	1.378	1.163
Plano PSAP - Mod. BD	114	124	-	238	125
Plano PSAP - Mod. CV	24	11	-	35	13
Plano PSAP - Mod. BSPS	2	4.386	3.651	8.039	7.248
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	-	11	-	11	11
Total	142	4.532	5.797	10.471	9.199

b) Gestão Administrativa

	2020	2019
Contribuição para Custeio	3	1
Responsabilidade de Empregados	7	13
Outros Recursos a Receber	44	25
Depósitos Judiciais/Recurrais	221	221
Tributos a Compensar	7	6
Total	282	266

Contribuição para Custeio - referem-se a parcela de contribuição administrativa dos autopatrocinados.

Responsabilidade de Empregados - referem-se ao valor de adiantamento de 13º salário de funcionários da ENERPREV.

Outros recursos a Receber - referem-se as contribuições a receber de BPD.

Depósitos Judiciais/Recurrais - o saldo refere-se a um depósito judicial ocorrido em 2019 da CDA nº 72 2 05 000078-67 onde a Receita Federal do Brasil questiona 23 débitos lançados indevidamente em DCTF pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Tributos a Compensar - referem-se em sua totalidade, a PIS/COFINS recolhidos a maior para Receita Federal do Brasil passíveis de compensação de recolhimentos futuros.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários de acordo com a Resolução CMN N° 4.661 de 25 de maio de 2018, e Resolução CNPC n° 29 de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC n° 37 de 13 de março de 2020 que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

A Entidade adota a segregação real dos ativos por plano de benefícios e todos os investimentos da Entidade estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os investimentos apresentam em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a seguinte composição consolidada:

Plano de Benefícios e PGA	2020							2019
	Créditos Privados e Depósitos	Fundos de Invest.	Fundos Participações	Fundos. Imobiliários	Invest. Imobiliários	Empréstimos	Total	Total
Plano Energias do Brasil	-	298.836	-	-	-	5.043	303.879	121.721
Plano Escelsos I	-	179.940	-	-	554	321	180.815	178.671
Plano Escelsos II	156	530.787	25.930	817	1.533	2.246	561.469	571.636
Plano PSAP* Mod.BD	-	366.248	7.196	579	-	-	374.023	420.681
Plano PSAP* Mod.CV	-	81.321	3.526	130	-	-	84.977	94.448
Plano PSAP* Mod.BSPS	-	426.342	19.124	591	1.910	3.839	451.806	498.798
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	-	-	-	-	-	-	-	102
PGA Consolidado	-	5.747	-	-	-	-	5.747	6.379
Total	156	1.889.221	55.776	2.117	3.997	11.449	1.962.716	1.892.436

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

I. Segregação por Ativo e Plano

Plano de Benefícios	Créditos Privados e Depósitos				2020	2019
	Debêntures - Vale S.A.					
Plano Escelsos II	156	156			88	
Total	156	156			88	

Plano de Benefícios e PGA	Fundos de Investimentos				2020	2019
	Renda Fixa	Ações	Participações	Imobiliário		
Plano Energias do Brasil	247.042	51.794	-	-	298.836	119.045
Plano Escelsos I	179.940	-	-	-	179.940	177.491
Plano Escelsos II	454.462	76.325	25.930	817	557.534	566.528
Plano PSAP* Mod.BD	366.248	-	7.196	579	374.023	420.681
Plano PSAP* Mod.CV	75.553	5.768	3.526	130	84.977	94.448
Plano PSAP* Mod.BSPS	426.342	-	19.124	591	446.057	490.753
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	-	-	-	-	-	102
PGA Consolidado	5.747	-	-	-	5.747	6.379
Total	1.755.334	133.887	55.776	2.117	1.947.114	1.875.427

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Renda Fixa										2020	2019
	Enerprev Cons. FIC FI RF	Enerprev ALM I	Capitania Inflation CP FI RF	Enerprev ALM II	Icatu V Enerprev FI RF	Enerprev ALM PSAP BD	TREK FI RF CP IMOB	Enerprev ALM PSAP CV	Enerprev ALM PSAP BSPS	SUL A INFL FIRF LP		
Plano Energias do Brasil	180.218	-	-	-	61.411	-	-	-	-	5.413	247.042	100.546
Plano Escelsos I	1.138	138.744	-	-	-	-	-	-	-	40.058	179.940	177.491
Plano Escelsos II	287.866	-	623	92.037	67.173	-	752	-	-	6.011	454.462	486.320
Plano PSAP* Mod.BD	17.635	-	438	-	13.803	327.266	533	-	-	6.573	366.248	412.622
Plano PSAP* Mod.CV	27.456	-	99	-	14.595	-	119	31.800	-	1.484	75.553	83.257
Plano PSAP* Mod.BSPS	34.039	-	456	-	30.365	-	544	-	348.491	12.447	426.342	469.333
Plano PSAP* Mod.Pecúlio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102
PGA Consolidado	5.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.747	6.379
Total	554.099	138.744	1.616	92.037	187.347	327.266	1.948	31.800	348.491	71.986	1.755.334	1.736.050

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Ações	
	2020	2019
	Enerprev Cons. FIC FIA	Enerprev Cons. FIC FIA
Plano Energias do Brasil	51.794	18.499
Plano Escelsos II	76.325	51.165
Plano PSAP* Mod.CV	5.768	7.242
Total	133.887	76.906

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Participações	
	2020	2019
	Pátria INF III FIC FP e Signal Capital FIC FIP	Pátria INF III FIC FP e Signal Capital FIC FIP
Plano Escelsos II	25.930	29.042
Plano PSAP* Mod.BD	7.196	8.059
Plano PSAP* Mod.CV	3.526	3.949
Plano PSAP* Mod.BSPS	19.124	21.420
Total	55.776	62.470

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Imobiliário	
	2020	2019
Plano Escelsos II	817	-
Plano PSAP* Mod.BD	579	-
Plano PSAP* Mod.CV	130	-
Plano PSAP* Mod.BSPS	591	-
Total	2.117	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Os fundos são administrados, conforme a seguir:

RENDA FIXA

Fundo	Administrador
ENERPREV ALM I FUNDO PREV EXCLUSIVO IRF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
ENERPREV ALM II FUNDO PREV EXCLUSIVO INV RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
ENERPREV ALM PSAP BD FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
ENERPREV ALM PSAP BSPS FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
ENERPREV ALM PSAP CV FI RENDA FIXA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
ICATU VANGUARD ENERPREV FI RF CP LONGO PRAZO	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
CAPITÂNIA INFLATION CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A
TREK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CP IMOBILIÁRIO	CM CAPITAL MARKETS DTVM LTDA
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FI RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
SUL AMÉRICA INFLATIE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.

PARTICIPAÇÕES

Fundo	Administrador
SIGNAL CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FIP	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S/A DTVM
PATRIA BRASIL INFRAESTRUTURA III FIC DE FIP	PATRIA INVESTIMENTOS LTDA

RENDA VARIÁVEL

Fundo	Administrador
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FIA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.

IMOBILIÁRIO

Fundo	Administrador
SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	CM CAPITAL MARKETS DTVM LTDA

Nota: Em dezembro/2020, ocorreu a Alteração do Contrato Social d Gestora Hamilton Lane Investimentos Ltda., por meio da qual a gestora teve sua razão social alterada para “Signal Capital Investimentos Ltda.”, e consequentemente a alteração da denominação do Fundo Hamilton Lane Fundo de Investimento em Quotas de FIP para Signal Capital Fundo de Investimento em Quotas de FIP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras dos Fundos de Investimentos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, e na B3 S.A Brasil Bolsa Balcão e Gerais (“B3”).

As cotas de Fundos de Investimentos estão custodiadas no Banco Bradesco S/A e em outras instituições financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

PGA Consolidado	Categoria		Valor		
	Para Negociação	Até o Vencimento	Vencimento	Valor Contábil	
			Indeterminado	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimento	5.745	-	5.745	5.745	6.379
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	5.745	-	5.745	5.745	6.379
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	5.747	-	5.747	5.747	6.379
Valores a pagar/receber/tesouraria	(2)	-	(2)	(2)	-
Total	5.745	-	5.745	5.745	6.379

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano Energias	Categoria		Valor			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Vencimento			31/12/2020	31/12/2019
			Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos		
Fundos de Investimento	298.837	-	237.411	43.490	17.936	298.837	119.045
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	241.630	-	180.204	43.490	17.936	241.630	100.546
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	180.218	-	180.218	-	-	180.218	100.546
Debêntures	39.236	-	-	24.535	14.701	39.236	-
Letras Financeiras	11.164	-	-	10.910	254	11.164	-
Letras Financeiras do Tesouro	970	-	-	970	-	970	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional – série B	7.384	-	-	4.403	2.981	7.384	-
Notas do Tesouro Nacional – série C	-	-	-	-	-	-	-
Operações Compromissadas	2.672	-	-	2.672	-	2.672	-
Valores a pagar/receber/tesouraria	(14)	-	(14)	-	-	(14)	-
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	5.413	-	5.413	-	-	5.413	-
Renda Fixa	5.413	-	5.413	-	-	5.413	-
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	51.794	-	51.794	-	-	51.794	18.499
Cotas de Fundos de Investimentos (2)	51.794	-	51.794	-	-	51.794	18.499
Total	298.837	-	237.411	43.490	17.936	298.837	119.045

⁽¹⁾ Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

⁽²⁾ Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano Escelsos I	Valor						Valor Contábil	
	Categoria		Vencimento			31/12/2020	31/12/2019	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos			
Fundos de Investimento	42.507	137.432	41.207	34.887	103.845	179.939	177.491	
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	2.449	137.432	1.149,00	34.887	103.845,00	139.881	177.491	
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	1.138	-	1.138	-	-	1.138	15.787	
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	2.094	
Letras Financeiras do Tesouro	21	-	21	-	-	21	-	
Notas do Tesouro Nacional – série B	-	137.432	-	33.587	103.845	137.432	153.717	
Operações Compromissadas	1.300	-	-	1.300	-	1.300	5.899	
Valores a pagar/receber/tesouraria	(10)	-	(10)	-	-	(10)	(6)	
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	40.058	-	40.058	-	-	40.058	-	
Renda Fixa	40.058	-	40.058	-	-	40.058	-	
Total	42.507	137.432	41.207	34.887	103.845	179.939	177.491	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano Escelsos II	Categoria		Valor			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Vencimento			31/12/2020	31/12/2019
			Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos		
Créditos Privados e Depósitos	156	-	156	-	-	156	88
Debêntures	156	-	156	-	-	156	88
Fundos de Investimento	466.209	91.325	398.301	72.264	86.969	557.534	566.526
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	355.751	91.325	287.843	72.264	86.969	447.076	483.509
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	287.866	-	287.866	-	-	287.866	323.578
Debêntures	42.917	-	-	26.837	16.080	42.917	41.515
Letras Financeiras	12.212	-	-	11.934	278	12.212	12.803
Letras Financeiras do Tesouro	1.136	-	-	1.136	-	1.136	1.438
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional – série B	8.077	91.325	-	28.791	70.611	99.402	97.797
Operações Compromissadas	3.566	-	-	3.566	-	3.566	6.384
Valores a pagar/receber/tesouraria	(23)	-	(23)	-	-	(23)	(5)
Fdo. Investimento - Não Exclusivo (3)	34.133	-	34.133	-	-	34.133	31.853
Renda Fixa	7.386	-	7.386	-	-	7.386	2.811
Fundo Imobiliário	817	-	817	-	-	817	-
Fundo de Participações - Signal	13.410	-	13.410	-	-	13.410	13.520
Fundo de Participações - Pátria	12.520	-	12.520	-	-	12.520	15.522
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	76.325	-	76.325	-	-	76.325	51.164
Cotas de Fundos de Investimentos (2)	76.325	-	76.325	-	-	76.325	51.164
Total	466.365	91.325	398.457	72.264	86.969	557.690	566.614

⁽¹⁾ Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

⁽²⁾ Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

⁽³⁾ Fundos não exclusivos – são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas, ou seja, são fundos constituído para receber aplicações de diversos cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano PSAP Bandeirantes	Categoria		Valor			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	Vencimento		31/12/2020	31/12/2019
				De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos		
Fundos de Investimento	302.393	602.664	138.674	268.200	498.183	905.057	1.005.984
Fdo. Investimento - Exclusivo RF	242.785	602.664	79.066	268.200	498.183	845.449	960.840
Cotas de Fundos de Investimentos (1)	79.130	-	79.130	-	-	79.130	203.397
Debêntures	37.544	-	-	23.477	14.067	37.544	74.270
Letras Financeiras	10.683	-	-	10.440	243	10.683	22.905
Letras Financeiras do Tesouro	36.851	-	-	36.851	-	36.851	54.626
Notas do Tesouro Nacional – série B	51.177	289.278	-	9.543	330.912	340.455	329.582
Notas do Tesouro Nacional – série C	-	313.386	-	160.425	152.961	313.386	255.742
Operações Compromissadas	27.464	-	-	27.464	-	27.464	20.343
Valores a pagar/receber/tesouraria	(64)	-	(64)	-	-	(64)	(25)
						-	
Fdo. Investimento - Não Exclusivo (3)	53.840	-	53.840	-	-	53.840	37.902
Renda Fixa	22.693	-	22.693	-	-	22.693	4.474
Imobiliário	1.300	-	1.300	-	-	1.300	
Fundo de Participações - Signal	15.374	-	15.374	-	-	15.374	15.489
Fundo de Participações - Pátria	14.473	-	14.473	-	-	14.473	17.939
						-	
Fdo. Investimento - Exclusivo RV	5.768	-	5.768	-	-	5.768	7.242
Cotas de Fundos de Investimentos (2)	5.768	-	5.768	-	-	5.768	7.242
Total	302.393	602.664	138.674	268.200	498.183	905.057	1.005.984

⁽¹⁾ Cotas de fundos de investimentos – fundos de investimento em renda fixa exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RF exclusivo da Entidade);

⁽²⁾ Cotas de fundos de investimentos - fundos de investimento em renda variável exclusivos, onde o cotista é um fundo de investimento em cotas (FIC Consolidador RV exclusivo da Entidade).

⁽³⁾ Fundos não exclusivos – são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas, ou seja, são fundos constituído para receber aplicações de di versos cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Esclarecemos que as estratégias de investimentos adotadas pela ENERPREV para os planos de benefício Definido (Escelsos I e PSAP/Bandeirante) e de contribuição variável (Escelsos II – Perfil ALM) estão baseadas em estudos de ALM Asset Liability Management (gestão integrada de ativos e passivos), realizado em 2020, que consiste em encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a rentabilidade dentro do prazo de alocação dos ativos dos Planos de Benefícios PSAP/Bandeirante, Escelsos I e Escelsos II (Perfil ALM) a atingirem suas metas e assegurar a sustentabilidade dos compromissos assumidos quer em matéria de solvência e liquidez, diante das premissas atuariais estabelecidas.

c) Investimentos Imobiliários

Descrição	2020	2019
Terrenos	1.910	1.910
Locados a Terceiros	907	1.848
Custo	897	1.838
Aluguéis a Receber	10	10
Direitos em Alienação	1.180	1.146
Alienação a Receber	1.180	1.146
Total	3.997	4.904

A ENERPREV possui na conta contábil “Alienação a Receber”, 12 (13 – 2019) instrumentos particulares de compromisso de compra e venda de imóveis firmados entre o período de fevereiro de 2010 e fevereiro de 2012. Em oito compromissos de Compra e Venda não consta cláusula sobre a possibilidade de atualização monetária, nestes, apenas a possibilidade de aplicação de penalidades pelo não pagamento ou entrega da documentação.

Em quatro compromissos de Compra e Venda consta cláusula de atualização monetária dos valores bem como penalidade pela falta de pagamento ou entrega de documentação.

Em 2020 tivemos a quitação de 1 (um) contrato em 30/11/2020, referente a vaga de garagem nº 29 do Edifício Trade Center, este contrato era atualizado pelo INPC, entretanto, durante o período de negociações foi solicitado pelo comprador a possibilidade do saldo devedor ser atualizado pelo IPCA, sendo a proposta aceita pela diretoria da ENERPREV. Desta forma esta operação gerou uma atualização e sua atualização foi reconhecida em novembro/2020.

Desta forma, em atendimento à legislação e às boas práticas de alocação contábil, atualizamos monetariamente o referido valor devido dos contratos sujeitos a correção, através de utilização de indicadores (1 contrato pelo INPC e 2 contratos pelo IPCA), para o reconhecimento dos efeitos do custo histórico.

Gleba VI, trata-se de um terreno recebido da Fundação CESP, e está em processo de venda. O saldo contábil fechado em 31/12/2020 considera o laudo de reavaliação de 2018.

A Senape – Serviço Nacional de Avaliações e Pericias realizou em 2019 a reavaliação das salas comerciais e do quiosque, pelo método comparativo de mercado e o resultado negativo líquido da reavaliação de R\$ 1.219 foi registrado em investimentos imobiliários no Resultado de Investimentos do referido exercício.

A Senape – Serviço Nacional de Avaliações e Pericias e Callegari Serviços de Engenharia Eireli (nome fantasia - Dual Arquitetura e Engenharia) realizaram em 2020 a reavaliação das salas comerciais e do quiosque, pelo método comparativo de mercado para fins de venda/ precificação, de modo a ter uma ideia de que as Propostas encaminhadas estavam próximas ao valor de mercado, entretanto, a ENERPREV não reconheceu contabilmente nenhum resultado. O saldo contábil fechado em 31/12/2020 considera o laudo de reavaliação de 2019 para as salas e quiosque.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Imóvel	2019				
	Valor da Reavaliação		Resultado	Data da Reavaliação	Vida Útil
Área de Quiosque - Rua Aristóbulo barbosa Leão nº 500, Bairro Mota da Praia - vitória - ES	52	19	(33)	31/12/2019	49
Terreno - gleba VI Guarapari (28.255,60 m2 - Rua M3 - K - gleba 6, Bairro Meaipe - Guarapari - ES	2.720	1.910	(810)	31/12/2018	N/A
Sala Comercial Century Towers - 1101 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	241	145	(96)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1102 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1103 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1104 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1105 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1106 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	222	133	(89)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1108 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1109 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1110 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1111 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1112 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1113 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	241	144	(97)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1114 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1115 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1116 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1117 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
TOTAIS	5.780	3.751	(2.029)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Imóvel	2020				
	Valor da Reavaliação		Resultado	Data da Reavaliação	Vida Útil
Área de Quiosque - Rua Aristóbulo Barbosa Leão nº 500, Bairro Mota da Praia - Vitória - ES	52	19	(33)	31/12/2019	49
Terreno - gleba VI Guarapari (28.255,60 m ² - Rua M3 - K - gleba 6, Bairro Meaipe - Guarapari - ES	2.720	1.910	(810)	31/12/2018	N/A
Sala Comercial Century Towers - 1108 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1109 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1110 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1111 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1112 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	112	(72)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1113 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	241	144	(97)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1114 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
Sala Comercial Century Towers - 1115 - Avenida Nossa Senhora da Penha nº 699 - Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	162	98	(64)	31/12/2019	40
TOTAIS	4.257	2.829	(1.428)		

Durante o exercício de 2020 foram vendidas 8 salas, vejamos:

As salas comerciais 1101 a 1106 situadas no Edifício Century Towers, no Bairro Santa Lucia, Vitória/ ES, foram vendidas para o Dr. Eduardo Marcelo Moron de Andrade, no montante de R\$ 900. O ganho apurado na venda destes imóveis foi reconhecido na competência de Março/2020.

Apuração do Resultado	Escelsos I	Escelsos II	Total
(+) Valor Venda	234	666	900
(-) Valor Contábil - Terreno/ Construção	(206)	(585)	(791)
(+) Valor Contábil - Depreciação	18	51	70
(=) Ganho Apurado antes da Comissão	46	132	178
(-) Comissão	(12)	(33)	(45)
(=) Ganho Líquido	34	99	133

As salas comerciais 1116 e 1117 situadas no Edifício Century Towers, no Bairro Santa Lucia, Vitória no ES, foram vendidas para o Dr. Eduardo Marcelo Moron de Andrade, no montante de R\$ 250. O ganho apurado na venda destes imóveis foi reconhecido na competência de Agosto/2020.

Apuração do Resultado	Escelsos I	Escelsos II	Total
(+) Valor Venda	65	185	250
(-) Valor Contábil - Terreno/ Construção	(56)	(158)	(214)
(+) Valor Contábil - Depreciação	5	15	21
(=) Ganho Apurado antes da Comissão	15	42	57
(-) Comissão	(3)	(9)	(12)
(=) Ganho Líquido	12	33	45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

d) Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes dos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Ban-deirante, de acordo com o regulamento de Concessão e Controle de Empréstimos são avaliadas ao valor da concessão, acrescido dos juros pactuados até a data das Demonstrações Contábeis. Desde 2015 as regras de empréstimo são iguais para todos os planos em virtude da implementação de um novo regulamento de empréstimos.

A composição das Operações com participantes está demonstrada abaixo:

Plano de Benefícios	Saldo		2020	2019
	Devedor	(PCLD)		
Plano Energias do Brasil	5.058	(16)	5.042	2.674
Plano Escelsos I	354	(33)	321	390
Plano Escelsos II	2.324	(78)	2.246	2.818
Plano PSAP - Mod. BSPS	5.163	(1.323)	3.840	6.135
Total	12.899	(1.450)	11.449	12.017

Em 1º de abril de 2020 foi publicado o Decreto n. 10.305 que previa que, para as operações de créditos contratadas entre 03 de abril/2020 e 03 de julho/2020, as alíquotas do IOF ficariam reduzidas a zero. Na sequência, o Decreto n. 10.414/2020, de 03 de julho/2020, ampliou o prazo para aplicação da alíquota zero, até 02 de outubro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.504 (02/10/2020), determinou-se que o prazo para aplicação da alíquota zero, nos casos de empréstimo, seria até 31 de dezembro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.551, de 25 de novembro/2020, o prazo para aplicação da alíquota zero diminuiu de 31 de dezembro/2020 para 26 de novembro/2020, momento em que a cobrança do IOF se normalizaria.

O Decreto nº 10.572, de 11 de dezembro de 2020 voltou atrás e determinou

a ampliação, até 31 de dezembro, da alíquota zero no IOF para operações de crédito. Desse modo, em 1º de janeiro/2021 o IOF sobre operações de crédito, que desde abril encontrava-se com alíquota zerada, teve sua cobrança retomada.

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	Benefícios a Pagar	Retenções a Recolher	Outras Exigibilidades	2020	2019
				Total	Total
Plano Energias do Brasil	3	378	10	391	33
Plano Escelsos I	16	57	100	173	180
Plano Escelsos II	26	818	7	851	328
Plano PSAP - Mod. BD	-	142	29	171	134
Plano PSAP - Mod. CV	-	54	2	56	51
Plano PSAP - Mod. BSPS	2	773	387	1.162	1.157
Total	47	2.222	535	2.804	1.883

Benefícios a pagar, referem-se a diferenças de benefícios não pagas dentro da sua competência e benefícios devolvidos em análise pela ENERPREV para respectiva reapresentação.

Retenções a recolher, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, referente a folha de benefícios de dezembro/2020 com a liquidação prevista para janeiro/2021.

Outras Exigibilidades, no plano Escelsos I refere-se ao Acordo Sinergia e no plano PSAP, modalidades CV refere-se a recomposição de reserva de um participante e na modalidade BD e BSPS referem-se ao valor a ser devolvido referente depósito judicial - CPFL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

b) Gestão Administrativa

	2020	2019
Plano de Benefícios	Total	Total
Contas a Pagar		
Folha de Pagamento	225	172
Provisões	1.230	1.136
Consultoria e Auditoria	743	1.665
Fornecedores	115	11
	2.313	2.984
Retenções a Recolher	86	114
Tributos a Recolher	43	48
Total	2.442	3.146

Contas a pagar, referem-se as obrigações com as provisões sobre folha administrativa e serviços de terceiros de competência do exercício de 2020 com liquidação prevista para 2021. A redução da conta “Consultoria e Auditoria” de 2019 para 2020, se deu em virtude da provisão de honorários para projetos específicos, provisionados em 2019 e liquidados em 2020.

Retenções a recolher, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, referente a folha administrativa e sobre as notas fiscais de prestadores de serviços, bem como o PIS, Cofins e CSLL, com a liquidação prevista para 2021.

Tributos a Recolher, referem-se ao PIS e Cofins, referente a receita administrativa, com a liquidação prevista para 2021.

c) Gestão dos Investimentos

	2020		2019
Plano de Benefícios	Outras Exigibilidades	Total	Total
Plano Energias do Brasil	4	4	2
Plano Escelsos I	-	-	-
Plano Escelsos II	2	2	3
Plano PSAP - Mod. BD	-	-	-
Plano PSAP - Mod. CV	-	-	-
Plano PSAP - Mod. BSPS	-	-	13
PGA Consolidado	-	-	-
Total	6	6	18

Outras Exigibilidades, referem-se a valores referente a cobertura de despesas administrativas.

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

	2020		2019
Plano de Benefícios	Esfera Trabalhista/Cíveis	Total	Total
Plano Energias	7	7	-
Plano Escelsos I	761	761	639
Plano Escelsos II	1.378	1.378	1.158
Plano PSAP - Mod. BSPS	3.652	3.652	2.900
PGA Consolidado	211	211	231
Total	6.009	6.009	4.928

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

I. Esfera Trabalhista/ Cíveis

Plano de Benefícios	2019	Atualização/ Constituição	(Reversão)	2020
Plano Energias	-	7	-	7
Plano Escelsos I	639	122	-	761
Plano Escelsos II	1.158	220	-	1.378
Plano PSAP - Mod. BSPS	2.900	752	-	3.652
PGA Consolidado	231	-	(20)	211
Total	4.928	1.101	(20)	6.009

O Plano de Benefícios Escelsos I possui 1 processo classificado com risco de perda possível na esfera trabalhista, no valor de R\$ 99 e não é provisionado em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 8 processos de natureza previdenciário classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 761 (R\$ 639 em 2019).

O Plano de Benefícios Escelsos II possui 13 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 625, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 12 processos de natureza previdenciário classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 1.378 (R\$ 1.158 em 2019).

O Plano de Benefícios Escelsos II possui ainda 1 processo classificado como risco de perda possível, de natureza previdenciária, para o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixadas em 10% sobre o valor da causa, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis.

O Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante possui 12 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 3.989, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 23 processos de natureza previdenciário classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 3.652 (R\$ 2.900 em 2019).

O Plano de Gestão Administrativa – PGA refere-se a processo de cobrança da Receita Federal do Brasil referente a CDA nº 72 2 05 000078-67 onde a Receita Federal do Brasil questiona 23 débitos lançados indevidamente em DCTF pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS.

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2020 e 2019 pode ser resumida como segue:

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2019	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2020
Benefícios Concedidos	1.270.090	338.823	1.608.913
Plano Energias do Brasil	3.796	80.829	84.625
Plano Escelsos I	123.684	9.687	133.371
Plano Escelsos II	334.265	28.776	363.041
Plano PSAP - Mod. BD	189.886	56.340	246.226
Plano PSAP - Mod. CV	61.398	19.421	80.819
Plano PSAP - Mod. BSPTS	557.061	143.770	700.831
Benefícios a Conceder	488.329	48.960	537.289
Plano Energias do Brasil	113.612	99.873	213.485
Plano Escelsos II	166.546	(23.053)	143.493
Plano PSAP - Mod. BD	123.635	(24.703)	98.932
Plano PSAP - Mod. CV	48.034	(13.085)	34.949
Plano PSAP - Mod. BSPTS	36.502	9.928	46.430
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(60.083)	(14.601)	(74.684)
(-) Déficit Equacionado	(60.083)	(14.601)	(74.684)
Plano PSAP - Mod. CV	(6.099)	(7.116)	(13.215)
Plano PSAP - Mod. BSPTS	(53.984)	(7.485)	(61.469)
Total	1.698.336	373.182	2.071.518

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2020 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Plano	Taxa Real de Juros	Taxa de Crescimento real dos salários	Tábua de Mortabilidade Geral	Tábua de Mortabilidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator Capacidade	Rotatividade	Modalidade
Escelsos I	3,85% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	não aplica	0,98	Nula	BD
Escelsos II	3,94% a.a	0,84% a.a	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,98	Tábua Experiência Esclesos II 2007-2016	CV
PSAP/Bandeirante BD	3,91% a.a	0,84% a.a	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD
PSAP/Bandeirante CV	3,77% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	CV
PSAP/Bandeirante BSPS	3,93% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD

Os cálculos das provisões matemáticas de 2019 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Plano	Taxa Real de Juros	Taxa de Crescimento real dos salários	Tábua de Mortabilidade Geral	Tábua de Mortabilidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator Capacidade	Rotatividade	Modalidade
Escelsos I	4,70% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	não aplica	0,98	Nula	BD
Escelsos II	4,70% a.a	0,84% a.a	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,98	Tábua Experiência Esclesos II 2007-2016	CV
PSAP/Bandeirante BD	4,61% a.a	0,84% a.a	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD
PSAP/Bandeirante CV	5,50% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	CV
PSAP/Bandeirante BSPS	5,02% a.a	não aplica	AT - 2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,98	Tábua Experiência 2012	BD

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

É dispensada a utilização de hipóteses demográficas e/ou biométricas para o Plano de Benefício Energias do Brasil, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida, que não requer cálculo atuarial para apuração e mensuração de seus compromissos junto aos respectivos participantes e assistidos.

Plano de Benefícios Escelsos I

As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano Escelsos I foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se alteração da Taxa de juros 3,85% em substituição a 4,70%.

Plano de Benefícios Escelsos II

As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano Escelsos II foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se alteração da Taxa de juros 3,94% em substituição a 4,70%.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20 e PPT 13/20. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se alteração da Taxa de juros 3,91% em subs-

tituição a 4,61%.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20 e PPT 13/20. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se alteração da Taxa de juros 3,77% em substituição a 5,50%.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se alteração da Taxa de juros 3,93% em substituição a 5,02%.

c) Provisões Matemáticas à Constituir – Déficit Equacionado

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

Em função do Plano de Equacionamento em processo de aprovação, em relação ao déficit acumulado no final de 31/12/2020, o montante efetivamente equacionado, excluindo os participantes migrados, foi de R\$ 5.902 (R\$ 6.099 em 2019) e foi reduzido no Equilíbrio Técnico e provisionado em Provisão a Constituir de Déficit Equacionado.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

Em julho de 2016 foi proposto pela Patrocinadora um refinanciamento da dívida relativa à submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, para que a amortização do saldo devedor atualizado ocorresse durante o período máximo permitido pela legislação então em vigor.

Nos termos do item 10 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

prazo máximo permitido é de uma vez e meia a duração do passivo do Plano de Benefícios. No caso, como a duração do passivo da submassa BSPS, apurada pelo atuário, era de 12,30 anos, o prazo máximo, em 31/12/2015, para a amortização da dívida, seria de 18,45 anos, ou 221 meses.

Diante disso, a ENERPREV propôs que o prazo para a amortização da dívida pela Patrocinadora fosse de 152 meses, para ficar alinhado com o prazo da concessão outorgada pelo Poder Público à Patrocinadora, tendo as partes formalizado aditivo ao contrato de dívida para refletir esse novo prazo de amortização.

Para fins da comprovação do atendimento às necessidades de fluxo de caixa, a que se refere o item 10.1 do anexo da citada Resolução, observou-se o fluxo financeiro no prazo mencionado, trazido a valor presente pela taxa de juros atuarial, comparando o valor obtido com o Patrimônio de Cobertura da submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, de modo que foi atestada a suficiência financeira de recursos no novo período de pagamento das parcelas.

Vale ressaltar que o cálculo considerou a amortização da dívida por meio do método “Tabela Price” ajustado a ambientes inflacionários. Ou seja, considerou-se a divisão da dívida em parcela iguais, sendo o saldo devedor atualizado, mês a mês, pela inflação do mês anterior e pela taxa de juros vigente.

Com isso, anualmente a parcela mensal será recalculada considerando o saldo e prazos remanescentes no momento do recálculo. Caso se venha a adotar método diverso deste, faz-se necessário um novo estudo para atestar a liquidez do plano.

Em 31/12/2017, em observância ao instrumento contratual de dívida da Patrocinadora relativo à referida parcela, o superávit verificado no exercício de 2017, no valor de R\$ 6.162, foi utilizado para abater a dívida, reduzindo o saldo devedor, de modo que as Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado foram registradas no montante de R\$ 54.895. O prazo remanescente para pagamento da dívida é de 128 meses, e o valor da parcela mensal válido para o ano de 2018 foi de R\$ 564.

Em 31/12/2020, a parcela BSPS apresentou um Déficit Técnico de R\$ 61.469 (R\$ 53.984 em 2019). Em observância ao instrumento contratual de dívida da Patrocinadora relativo ao saldo devedor, o contrato somente será revisado, para reajustar o valor das parcelas vincendas, em caso de déficit acumulado de acordo a Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Sendo assim, como o valor de Limite de Déficit Técnico Acumulado encontra-se acima do valor de Equilíbrio Técnico Ajustado, a ENERPREV não possui a obrigatoriedade de realizar o equacionamento de Déficit nos termos do contrato de dívida assumido pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2019	Recebimento de Contribuições	Atualização	Saldos em 31/12/2020
Plano PSAP - Submassa BSPS	(53.984)	7.660	(15.145)	(61.469)

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2018	Recebimento de Contribuições	Atualização	Saldos em 31/12/2019
Plano PSAP - Submassa BSPS	(55.602)	7.384	(5.766)	(53.984)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2019	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2020
Resultados Realizados	97.749	(283.460)	(185.711)
Superávit Técnico Acumulado	97.749	(283.460)	(185.711)
Plano Escelsos I	27.999	(3.379)	24.620
Plano Escelsos II	14.103	(191)	13.912
Plano PSAP Bandeirante	55.647	(279.890)	(224.243)
Total	97.749	(283.460)	(185.711)

Plano de Benefícios Escelsos I

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos I, em 2020, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado na Avaliação Atuarial de 2019. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos I, posicionada em 31 de dezembro de 2020, de 8,46 anos (8,21 anos em 2019). Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2020, é de 18,46% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 24.620 (R\$ 22.523 em 2019) alocado na Reserva de Contingência.

No exercício de 2020 a rentabilidade do Plano foi de 10,17%, enquanto a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 4,70% acrescida do INPC de 5,45%, totalizou 10,40% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 0,21%.

A diminuição do resultado superavitário justifica-se primordialmente pela alteração da premissa da taxa de juros juntamente com a perda atuarial. Cabe ressaltar que essa redução no resultado foi atenuada pela recomposição da reserva de contingência realizada no encerramento do exercício.

Plano de Benefícios Escelsos II

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos II, em 2020, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado nos resultados de 2019.

Referente o superávit apurado em 2020, o montante de R\$ 13.912 foi alocado em Reserva de Contingência observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018. Foram utilizados os Fundos de Destinação para recomposição da Reserva de Contingência.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos II, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de 10,06 anos (9,75 anos em 2019). Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2020, é de 20,06% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 13.912 (R\$ 11.649 em 2019), alocado na Reserva de Contingência.

No exercício de 2020 a rentabilidade do Plano foi de 9,87%, enquanto a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 4,70% acrescida do INPC de 5,45%, totalizou 10,40% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 0,49%.

A diminuição do resultado superavitário justifica-se primordialmente pela alteração da premissa da taxa de juros juntamente com a perda atuarial. Cabe ressaltar que essa redução no resultado foi atenuada pela recomposição da reserva de contingência realizada no encerramento do exercício.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante

O resultado deficitário do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, em 2020, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de osci-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

lações estatísticas em torno das hipóteses atuariais. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superávit apurado em 2019, no montante de R\$ 55.647, foi alocado integralmente em Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018. Em 2020, o Plano apresentou um déficit de R\$ 224.243, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Avaliando o resultado das partes do PSAP/Bandeirante, ressaltamos que a submassa BD apresentou resultado superavitário, enquanto as submassas BSPS e CV encerram o exercício com equilíbrio técnico ajustado negativo, acima do limite permitido nos normativos vigentes, onde recomenda-se ser avaliada a implantação de planos de equacionamento até o encerramento do exercício de 2021, para cada uma destas submassas.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

A submassa BD apresentou um superávit Técnico Acumulado em 31/12/2020 de R\$ 28.830 (R\$ 107.042 em 2019).

Cumprir destacar, que em 2019 a submassa BD do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante apresentou resultado superavitário de R\$107.042, registrando reserva especial pelo quarto ano consecutivo, não passível de destinação, conforme posicionamento da PREVIC. Cumprir esclarecer que, conforme parecer atuarial de encerramento do exercício anterior (2018), a Parcela BD do Plano encerrou aquele exercício com reserva especial pelo terceiro ano consecutivo sendo obrigatória a destinação até o encerramento de 2019, ressalvado eventual entendimento contrário do órgão de fiscalização. Durante o exercício de 2019 a Enerprev realizou consulta formal à PREVIC (Processo nº 44011.003761/2019-88) sobre a viabilidade de realização da referida destinação de superávit sob a ótica da legislação vigente e a resposta do órgão de fiscalização foi de que não há que se falar em reserva especial para a submassa e, portanto, somente será possível destinar superávit para submassa quando constituída a reserva especial no âmbito do

resultado consolidado do plano de benefícios. Portanto, considerando que o resultado consolidado do Plano PSAP/Bandeirante apresenta resultado superavitário sem formação de reserva especial, não foi possível realizar a destinação da Parcela BD.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

A submassa BSPS apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 2020 de R\$ 229.897 (R\$ 36.639 em 2019).

Em face do instrumento contratual de dívida da Patrocinadora, relativamente ao equacionamento de déficit oriundos da submassa BSPS do Plano, não houve equacionamento com incorporação ao saldo devedor da dívida em 2019, uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentado foi positivo.

Em 2020 em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, até o final do exercício de 2021, considerando, no mínimo, o Déficit que excedeu o limite de 8,14% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$ 132.425 Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2020 foi de 12,14 anos, o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2020 é de 8,14% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou seja, R\$ 55.823.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

A submassa CV apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 2020 de R\$ 23.176 de (R\$ 14.756 em 2019).

Em 2020 em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, até o final do exercício de 2021, considerando, no mínimo, o Déficit que excedeu o limite de 9,64% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$ 6.042 Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2020 foi de 13,64 anos, o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2020 é de 9,64% das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou seja, R\$ 7.618.

b) Equilíbrio Técnico Ajustado – Ajuste de Precificação

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução MTPS/CNPC nº 30/2018 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos planos foi o seguinte:

Plano de Benefícios Escelsos I

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/2018, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela ENERPREV montava R\$ 16.913 positivo (R\$ 10.910 positivo em 2019), em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 41.533 (R\$ 38.910 em 2019). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014678	BRSTNCNTB4T8	NTN-B	0,06	15/05/21	1	0,063767	209
014678	BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0,06	15/08/22	1	0,063491	65
014678	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,060997	9359
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,060998	5775
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,067400	1808
014678	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,067700	1506
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,058598	4365
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,067610	2419
014678	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,067900	2014
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	3398
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,068000	1066
014678	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,068300	887
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068500	1200
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068500	396
014678	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,068200	1918
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,056898	1041
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,068700	1455
014678	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,068300	1747

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
95.294	112.207	16.913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano de Benefícios Escelsos II

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/2018, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela ENERPREV montava R\$ 7.874 positivo (R\$ 4.977 positivo em 2019), em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 21.786 (R\$ 19.080 em 2019). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014679	BRSTNCNTB409	NTN-B	0,06	15/05/23	1	0,063491	444
014679	BRSTNCNTB409	NTN-B	0,06	15/05/23	1	0,065960	577
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,060997	3664
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,063792	559
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,078040	217
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,064960	1121
014679	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/24	1	0,076217	359
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,060998	2716
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,065494	452
014679	BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0,06	15/08/30	1	0,063271	1223
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,058598	2584
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,065795	401
014679	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/35	1	0,075477	652
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	2200
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,076521	639
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,064277	1795
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	632
014679	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/40	1	0,058598	200
014679	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/45	1	0,076320	1741
014679	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,066296	1200
014679	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/50	1	0,056898	3386

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
39.128	47.002	7.874

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

A submassa BD apresentou um Superávit Técnico Acumulado em 31/12/2020 de R\$ 28.830 (R\$ 107.042 em 2019). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 31.514 positivo, em 2020 (R\$ 10.022 positivo em 2019), que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 60.344 superavitário (R\$ 117.064 em 2019). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014680t	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/2024	1	0,064960	27
014680	BRSTNCNTB096	NTN-B	0,06	15/08/2024	1	0,063461	286
014680	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,063024	93
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	13
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	67
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	12
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	44
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	258
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	3082
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	26
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045505	1504
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	207
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,046215	4300
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	46
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	87
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	3
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	71
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	104
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	20
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	127
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	27
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,044816	8600
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,042018	9163
014680	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	25
014680	BRSTNCNTB4Q4	NTN-B	0,06	15/05/2055	1	0,064579	4850
014680	BRSTNCNTB4Q4	NTN-B	0,06	15/05/2055	1	0,064679	1000

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014680	BRSTNCNTC0K4	NTN-C	0,12	01/01/2031	1	0,067370	8586
014680	BRSTNCNTC0M0	NTN-C	0,06	01/04/2021	1	0,067227	13673

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
274.506	306.020	31.514

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BSPS

A submassa BSPS apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2020 de R\$ 229.897 (R\$ 36.639 em 2019). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 41.648 positivo (R\$ 13.893 positivo em 2019) positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 188.249 (R\$ 22.746 positivo em 2019).

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014681	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/2045	1	0,075671	776
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075477	348
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075377	1500
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075477	3700
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,075482	552
014681	BRSTNCNTB007	NTN-B	0,06	15/05/2035	1	0,064374	4837
014681	BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0,06	15/08/2040	1	0,064277	5161
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	117
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,044816	11400
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,042018	837
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	1109
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,046215	5700
014681	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,045920	156

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014681	BRSTNCNTC0K4	NTN-C	0,12	01/01/2031	1	0,067370	10565
014681	BRSTNCNTCOM0	NTN-C	0,06	01/04/2021	1	0,067227	16823

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
300.347	341.996	41.648

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

A submassa CV apresentou um Deficit Técnico Acumulado em 31/12/2020 de R\$ 23.176 (R\$ 14.756 em 2019). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10/2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 9.516 positivo (R\$ 3.876 positivo em 2019), na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 13.660 (R\$ 10.880 em 2019).

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014682	BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0,06	15/05/2045	1	0,075671	1736
014682	BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0,06	15/08/2050	1	0,075269	1809

Carteira	ISIN	Tipo	Cupom	Data Vcto	Fração	Taxa	Quantidade
014682	BRSTNCNTC0K4	NTN-C	0,12	01/01/31	1	0,067370	1972
014682	BRSTNCNTCOM0	NTN-C	0,06	01/04/21	1	0,067227	641

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
27.811	37.327	9.516

NOTA 11 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) **Fundo Previdencial** - Constituído, mantido e destinado nas formas previstas no Regulamento ou Nota Técnica Atuarial dos Planos, guardam relação com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Podem ser de três tipos, segundo planificação contábil: Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar; Revisão de Plano; ou Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

b) **Fundos Administrativos** - Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas

c) **Fundos dos Investimentos** - Representa a Garantia de Empréstimos para cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos, concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Evolução dos fundos

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2019	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2020
Fundos Previdenciais	93.754	(19.889)	73.865
Plano Energias do Brasil	4.403	1.061	5.464
Plano Escelsos I	27.016	(4.224)	22.792
Plano Escelsos II	56.366	(16.448)	39.918
Plano PSAP - Mod. CV	5.855	(279)	5.576
Plano PSAP - Mod. Pecúlio	114	1	115
Fundos Administrativos	3.072	307	3.379
Plano Energias do Brasil	1.745	(380)	1.365
Plano Escelsos I	317	248	565
Plano Escelsos II	381	311	692
Plano PSAP - Mod. BPS	629	128	757
Fundos de Investimentos	1.024	80	1.104
Plano Energias do Brasil	14	8	22
Plano Escelsos I	184	26	210
Plano Escelsos II	724	16	740
Plano PSAP - Mod. BPS	102	30	132
Total	54.205	(19.502)	78.348

Plano de Benefícios Energia do Brasil

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2020, o valor de R\$ 5.464 (R\$ 4.403 em 2019), encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

Plano de Benefícios Escelsos I

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2020, no montante de R\$ 22.792 (R\$ 27.016 em 2019), encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização facultativa do superávit. Do montante, R\$ 6.690 correspondem ao saldo remanescente da destinação e utilização do superávit anterior, sendo R\$ 6.634, destinado ao patrocinador e R\$ 55 aos participantes e assistidos. No encerramento do exercício de 2019 foi realizada nova destinação obrigatória de superávit, correspondente ao saldo integral da reserva especial registrada em 31/12/2018, re-

sultando na constituição do Fundo de Revisão de Plano 2018, no montante de R\$ 16.102, sendo R\$ 12.071 do patrocinador e R\$ 4.030 de participantes e assistidos. A utilização do referido Fundo será realizada na forma da legislação aplicável e conforme definido pelo Conselho Deliberativo.

Plano de Benefícios Escelsos II

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2020, vejamos:

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora, totaliza o valor de R\$ 558 (R\$ 521 em 2019).

O Fundo de Revisão de Plano, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011, 2015 e 2018, totalizava, em 31/12/2020, o montante de R\$ 25.399 (R\$ 43.123 em 2019), destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Em 31/12/2020, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava R\$ 13.961 (R\$ 12.722 em 2019).

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante

Na Avaliação Atuarial de 2020, o Plano PSAP/Bandeirante possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí, acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de agosto de 2020, data base desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$ 1.892 (R\$ 347 em 2019), o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2020, referido Fundo montava R\$ 5.576 (R\$ 5.855 em 2019).

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, participantes, patrocinadoras, administradores compostos pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social.

Os participantes ingressam na entidade através do Termo de Adesão e tem seus direitos e obrigações definidos pelos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

Os vínculos das patrocinadoras abaixo relacionadas, com a ENERPREV, são oficializados através do Convênio de Adesão celebrado entre entidade e as empresas patrocinadoras, e obedecem às regras estabelecidas nos regulamentos dos planos de benefícios.

- EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
- EDP - Energias do Brasil S.A.
- Instituto EDP Energias do Brasil
- Lajeado Energia S.A.
- Companhia Energética de Jari
(incorporadora da empresa ECE Participações S.A.)
- Stratkraft Energias Renováveis S.A.
(compra da EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas)
- EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.

- Energest S.A.
- EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
- EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
- ENERPREV Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
- Enerpeixe S.A.
- EDP Renováveis Brasil S.A.
- Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.
- Investco S.A.
- Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
- Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.
- EDP - Comercialização Varejista Ltda.
- EDP - Soluções em Energias S.A.
- Empresa de Energia São Manoel S.A.
- EDP Transmissão S.A.
- EDP Ventures Brasil S.A
- EDP Transmissão MA I S.A
- EDP Transmissão MA II S.A
- EDP Transmissão Aliança SC S.A
- EDP Transmissão SP-MG S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 13 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e representa os saldos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA”, sempre que aplicável.

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos em 31 de dezembro de 2020, os seguintes lançamentos de consolidação conforme quadro abaixo.

Ativo	
Realizável	
Gestão Previdencial	
Outros Realizáveis	111
Gestão Administrativa	
Participação no Plano de Gestão Administrativa	3.379
	3.490
Passivo	
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Outros Exigibilidades	111
Gestão Administrativa	
Participação no Fundo Administrativo do PGA	3.379
Patrimônio Social	
Superávit Técnico Acumulado	34.001
Déficit Técnico Acumulado	(34.001)
	3.490

NOTA 14 – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

Descrição	2020	2019
Pessoal e Encargos	6.868	6.164
Conselho	163	127
Dirigente	1.723	1.432
Pessoal Próprio	4.982	4.588
Estagiários	-	17

NOTA 15 – MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Enerprev protocolou em 2018 na PREVIC o processo de estratégia previdencial (Processo nº 44011.006624/2018-14), com possibilidade de migração entre planos e criação de plano saldado, processo esse que foi aprovado pela PREVIC em fevereiro/2020, por meio do Parecer nº 76/2020/CTR/CGTR/DILIC.

O referido processo de migração de Planos do PSAP/Bandeirante se iniciou em 01/07/2020 e os participantes poderiam realizar três opções:

- Manter-se no plano PSAP/Bandeirante;
- Migração das parcelas BD, BSPS e CV em sua totalidade ao plano Energias;
- Migrar as parcelas BSPS e CV ao plano Energias e a parcela BD ao plano Saldado.

O Plano de Benefícios Saldado seria criado apenas se tivéssemos a migração mínima de R\$ 56 milhões, o que não ocorreu. Desta forma, os participantes que realizaram a opção de Migrar as parcelas BSPS e CV ao plano Energias e a parcela BD ao plano Saldado, tiveram o período de mais 30 dias para refazerem a opção, finalizando o período de opção em 30/10/2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

A posição final da migração resultou em 181 participantes que solicitaram a migração ao Plano de Benefícios Energias do Brasil. A data efetiva da operacionalização foi em 01/11/2020 e foi migrado o montante de R\$ 174.065, abaixo detalhado, com a posição das Reservas Matemáticas em 10/2020.

No final de 11/2020, foi calculado a diferença de rentabilidade dessas Reservas Matemáticas e transferido o valor de R\$ 3.094 do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante ao Plano de Benefícios Energias do Brasil. Os participantes que solicitaram a migração, receberam o rendimento dos valores de outubro/2020 ainda pelo Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, sendo o primeiro rendimento no Plano de Benefícios Energias do Brasil em novembro/20.

Submassa	Reserva de Migração (10/2020)	Diferença Rentabilidade (11/2020)	Total
BD	86.464	1.484	87.948
BSPS	73.349	1.302	74.652
CV	14.252	308	14.560
TOTAL	174.065	3.094	177.160

NOTA 16 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Critérios Orçamentários para 2020

Em 2015 os critérios do Orçamento Geral da ENERPREV foram alterados para adequação dos modelos utilizados no segmento de Fundos de Pensão. Para 2020 e 2019 os critérios permaneceram os mesmos, sendo que a distribuição da contabilidade de despesas comuns entre despesas administrativas previdenciais e despesas administrativas de investimentos, resultam na proporção aproximadamente de 65% e 35% respectivamente.

NOTA 17 – CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS – COVID 19

Desde janeiro de 2020, com a escalada do COVID-19 (popularmente conhecido como coronavírus) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS), a administração da ENERPREV monitorou a situação atentamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras apresentou substancial volatilidade no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Sociedade.

Cabe um destaque especial, que após a avaliação dos impactos nos recursos garantidores das reservas técnicas, pode-se concluir que a maior parte das operações que foram impactadas não foi uma consequência da epidemia, mas também um resultado das medidas para contê-la.

Os impactos na economia ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados pelos Bancos Centrais de diversos países para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados.

NOTA 18 – EVENTOS SUBSEQUENTE

a) Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 – Normas e Procedimentos Contábeis

Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 que estabeleceu normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações para vigência em 2021, destacam-se: ampliação da codificação das contas contábeis de 10 para 13 dígitos; revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos; inclusão de rubricas contábeis de provisão de perdas estimadas; padronização de procedimentos para a atualização de depósitos judiciais; reclassificação dos contratos de dívidas registrados no Passivo para o Ativo; e criação de grupo de “Informações extracontábeis”, a fim de complementar informações relativas à déficits técnicos e investimentos das Entidade. A Instrução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro
de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

b) Resolução Previc nº 31, de 11 de dezembro de 2018 - implementação do CNPJ por Plano de Benefícios

Resolução nº 31, de 11 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC para a independência patrimonial dos planos de benefícios de caráter previdenciário, operacionalizada por meio de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. As Entidade deverão, para fins de operacionalização dos procedimentos instituídos na Resolução, observar como termo final o dia 31 de dezembro de 2021. Na implementação do CNPJ, observada a regulamentação aplicável, são vedadas: i) a mudança de critérios de precificação; ii) a reprecificação dos ativos e passivos; e iii) a alteração do resultado individual do plano ou consolidado da Entidade.

c) Investimentos Imobiliários – Vendas

A Enerprev aprovou em 2020 as propostas de venda realizada com partes não relacionadas, das salas comerciais 1108 até 1115 (07 salas) pertencentes aos Planos de Benefícios Escelsos I e II, localizadas no Condomínio Edifício Century Towers, em Vitória – ES. As vendas envolvem uma parte do pagamento na data da assinatura do Contrato de Compra e Venda e a outra parte no ato da assinatura da Escritura Pública em cartório ou através de financiamento bancário, ambas com previsão de conclusão em 2021.

MARCELO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Diretor Presidente

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA

Contador

CRC 1SP-221255/O-0

PARECER DO AUDITOR

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970
São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

CARTA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A NÃO OBSERVAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS NOS CONTROLES INTERNOS

Aos Administradores e Conselheiros da
Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
São Paulo - SP

Prezados senhores,

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios da Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil (“Entidade”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios em 26 de março de 2021, sem ressalvas.

Como parte dos nossos trabalhos, planejamos e executamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidência apropriada e suficiente a respeito dos valores e das informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da Entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200 (ISA 200), devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios possam não ser detectadas, apesar de a auditoria ter sido devidamente planejada e realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (NBC TA 200.51 e ISA 200.51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Entidade.

A administração da Entidade é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de “Controle interno”, no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros empregados para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Entidade no

PARECER DO AUDITOR

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de
Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970
São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Entidade. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 26 de março de 2021; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria subsequente e não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

No contexto acima descrito informamos que não identificamos deficiências ou ineficácias de controles a serem reportadas a V.Sas em decorrência dos nossos procedimentos de auditoria. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na administração da Entidade, inclusive demandas regulatórias tais como o preenchimento do Formulário de Referência, V.Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias nos controles internos, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e para o cumprimento das normas existentes emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, não devendo ser utilizado ou publicado no todo ou em parte, para nenhum outro propósito sem o nosso consentimento formal.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

São Paulo, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA:

18.03.2021

HORÁRIO:

14:30 horas

LOCAL:

On line, via plataforma TEAMS.

PRESENTES:

Sr. Leandro Carron Rigamonte – Presidente do Conselho Fiscal

Sr. Geraldo de Assis Souza Júnior – Conselheiro Fiscal

Sr. Israel de Moraes – Conselheiro Fiscal

CONVIDADOS:

Sr. Marcelo de Oliveira Figueiredo – Diretor Presidente, Srs. Anderson Guimarães – Diretor Financeiro e de Seguridade, Leonardo Viceconte Cruz, Rodrigo Prado - representante da JCM Consultores, Tiago Calçada – representante da Consultoria Mercer, Willian Ishiba, Fernando Alfredo e Felipe Asakawa – representantes da KPMG.

MESA:

Sr. Leandro Carron Rigamonte e Sra. Miriam Cristina Carolino, que atuaram na qualidade de Presidente e Secretária dos trabalhos, respectivamente.

ORDEM DO DIA:

1. Resultados da Avaliação Atuarial de 2020 e Pareceres Atuariais
2. Demonstrações Contábeis em 31/12/2020
3. Parecer dos Auditores Independentes
4. Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal - 2º semestre 2020
5. Acompanhamento Orçamentário 4º Trimestre de 2020
6. Performance dos investimentos 2020
7. Agenda de Obrigações - 4º Trimestre
8. Outros Assuntos de Interesse Social

DELIBERAÇÕES:

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberaram o quanto segue:

1. **Resultados da Avaliação Atuarial de 2020 e Pareceres Atuariais** – Tomaram conhecimento dos resultados e dos Pareceres Atuariais de 2020 dos Planos de Benefícios Escelsos I, II e PSAP/Bandeirante, por meio da apresentação realizada pelo Sr. Tiago Calçada, representante da Consultoria Mercer. Após prestados os devidos esclarecimentos, os membros do Conselho Fiscal recomendaram a aprovação pelo Conselho Deliberativo dos referidos pareceres, conforme material que fica arquivado na sede da Entidade.
2. **Demonstrações Contábeis em 31/12/2020** – Tomaram conhecimento das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020. O contador da Entidade, Sr. Rodrigo Silva, apresentou os principais pontos referentes as peças contábeis. Após discussão e prestados os devidos esclarecimentos, os membros do Conselho Fiscal recomendaram a aprovação das Demonstrações Contábeis da Entidade pelo Conselho Deliberativo.

Neste sentido, o colegiado emitiu o respectivo Parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2020, que será assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal e encaminhado para o Conselho Deliberativo da Entidade, nos termos da minuta que fica anexa a presente ata.

3. **Parecer dos Auditores Independentes** – Tomaram conhecimento da minuta final do Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, mediante a apresentação realizada pelo Sr. William Ishiba, conforme relatório arquivado na sede da Entidade. Dando continuidade, o Sr. William Ishida informou que a KPMG já está apta a emitir o relatório circunstanciado, não tendo sido identificado nenhum ponto de controle.

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

4. **Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal - 2º semestre 2020** – Em atendimento ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, os membros do Conselho Fiscal emitiram o Relatório de Controles Internos da Entidade referente ao 2º semestre de 2020, restando este aprovado por unanimidade dos Conselheiros Fiscais, nos termos do material arquivado na sede da Entidade.
5. **Acompanhamento Orçamentário 4º Trimestre de 2020** – Tomaram conhecimento do Fechamento Orçamentário referente ao 4º trimestre de 2020 e dos indicadores de Gestão de 2020, conforme materiais arquivados na sede da Entidade.
6. **Performance dos investimentos 2020** – Tomaram conhecimento da Performance dos Investimentos base de dezembro de 2020, conforme material arquivado na sede da Entidade.
7. **Agenda de Obrigações – 4º Trimestre** – Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento do ponto de situação do cumprimento da agenda de obrigações legais da Enerprev ao 4º trimestre de 2020, conforme relatório arquivado na Entidade.

Adicionalmente, em resposta aos pontos complementares levantados pelo Conselho Fiscal, a Enerprev responderá na sequência da reunião do Conselho Fiscal.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo quaisquer outras manifestações, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

Conselheiros Fiscais:

Leandro Carron Rigamonte
Geraldo de Assis Souza Júnior
Israel de Moraes

Secretária da Mesa:

Miriam Cristina Carolino

64ª REUNIÃO ORDINÁRIA PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ENERPREV – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO GRUPO ENERGIAS DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 em sua 64ª Reunião Ordinária realizada em 18 de março de 2021, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como dos pareceres atuariais emitidos pela Consultoria MERCER e a minuta do

Relatório da KPMG Auditores Independentes, recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis, por considerarem que refletem a situação econômico- financeira da Entidade, de acordo com a legislação em vigor.

Leandro Carron Rigamonte

Presidente do Conselho Fiscal

ATA DA 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA:

26.03.2021

HORÁRIO:

14:00 horas

LOCAL:

Realizada exclusivamente por videoconferência, através do Microsoft Teams.

PRESENTES:

Os Conselheiros Deliberativos Srs.(Sras.), Fernanda Nascimento Pires Carsughi, Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, Sérgio Tadeu Nabas, Nélia Maria de Campos Pozzi, Edson Wilson Bernardes França, Júlio Galvão de Araújo Junior.

CONVIDADOS:

Srs. Marcelo de Oliveira Figueiredo, Anderson Guimarães, Leonardo Viceconte, May Ly Hannah Ogawa, Tiago Calçada, Fernando A. R. Alfredo, Felipe Asakawa, Willian Ishiba e Rodrigo Prado.

MESA:

Sra. Fernanda Nascimento Pires Carsughi e Sra. Miriam Cristina Carolino, que atuaram na qualidade de Presidente e Secretária dos trabalhos, respectivamente.

ORDEM DO DIA:

01. Pareceres e Resultados Atuariais de 2020 dos Planos Escelsos I, II e PSAP Bandeirante;
02. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Referentes a 31/12/2020;
03. Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo – IN34;
04. Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal – 2 semestre/2020;
05. Rentabilidade dos Investimentos – fevereiro/2021; e
06. Outros assuntos de interesse social.

DELIBERAÇÕES:

Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho Deliberativo tomaram conhecimento da ata da 219ª Reuniões de Diretoria Executiva, realizada 19.03.2021, conforme minuta que fica arquivada na sede da Entidade.

01. **Pareceres e Resultados Atuariais de 2020 dos Planos Escelsos I, II e PSAP Bandeirante** – Os membros do Conselho Deliberativo tomaram conhecimento dos Pareceres Atuariais, bem como dos resultados obtidos na avaliação atuarial de 31/12/2020, apresentados pelo representante da Consultoria Mercer para os Planos de Benefícios PSAP Bandeirante (CNPB 1982.0020-18), Escelsos I (CNPB 1988.0009-27, Escelsos II (CNPB 1998.0022-92) e Energias do Brasil (CNPB 2006.0071-65). Conforme indicação da MERCER, os referidos resultados foram apurados considerando as premissas atuariais e hipóteses aprovadas na 143ª Reunião de Conselho Deliberativo ocorrida em 30 de julho de 2020, que recomendou sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Após prestados os devidos esclarecimentos, e considerando a manifestação favorável emitida pelo Conselho Fiscal da Entidade em reunião ocorrida no dia 18 de março de 2021, os Conselheiros Deliberativos aprovaram, por unanimidade, os Pareceres e Resultados Atuariais de 2020 dos Planos PSAP/Bandeirante, Escelsos I, Escelsos II e Energias do Brasil, nos termos do material arquivado na sede da Entidade.

Com relação aos resultados do PSAP/Bandeirante no ano de 2020, os Conselheiros manifestaram preocupação em relação aos efeitos da manutenção do atual indexador dos benefícios na sustentabilidade do Plano, bem como recomendaram que tal situação seja destacada no Parecer Atuarial. Solicita ainda à Diretoria Executiva urgentes providências no sentido de buscar alternativas de solução para essa questão, o que deverá ser submetido à este Conselho Deliberativo com a devida celeridade.

ATA DA 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

02. **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Referentes a 31/12/2020** – Os membros do Conselho Deliberativo, considerando o Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Entidade em reunião ocorrida no dia 18 de março de 2021, bem como dos pareceres atuariais emitidos pela Consultoria Mercer e o resultado dos trabalhos do auditor independente KPMG Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria não apontou qualquer tipo de qualificação ou ressalva, e considerando também que o relatório de controles internos não trará qualquer apontamento, acataram a recomendação do Conselho Fiscal e aprovaram as Demonstrações Contábeis da Enerprev referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, por entenderem que refletem a situação econômico-financeira da Enerprev de acordo com a legislação em vigor e nos termos do material arquivado na sede da Entidade.

03. **Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo – IN34** – Considerando que por força da Instrução Normativa PREVIC n.º 34, de 28 de outubro de 2020, a Enerprev deve adotar procedimentos e controles internos com o objetivo de se adequar à Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre a prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como à Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016 que trata do financiamento ao terrorismo, observando também aos dispositivos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), os membros do Conselho Deliberativo aprovaram, por unanimidade, a revisão da “Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo” que passa a vigorar por 2 (dois) anos a partir da presente data, substituindo a anterior vigente deste 01 de março de 2021, podendo ser alterada extraordinariamente na ocorrência de fato relevante que influencie qualquer premissa que a norteie, conforme minuta arquivada na Entidade.

04. **Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal – 2 semestre/2020** – Os membros do Conselho Deliberativo tomaram conhecimento de que o Conselho Fiscal, com base nas avaliações de riscos realizadas, nas verificações e análises dos controles internos, e relatórios técnicos referente ao 2 semestre de 2020, concluiu que os controles internos da Enerprev estão adequados ao modelo de governança proposto pela Resolução CGPC n.º 13, de 1 de outubro de 2004, e são suficientes para garantir o adequado gerenciamento dos riscos, e que não houve nenhum registro de recomendações quanto à aderência aos controles internos da Enerprev, conforme material arquivado na Entidade.

05. **Rentabilidade dos Investimentos – fevereiro/2021** – Os membros do Conselho Deliberativo tomaram conhecimento da rentabilidade dos investimentos referente a fevereiro de 2021, conforme material arquivado na Entidade.

ENCERRAMENTO:

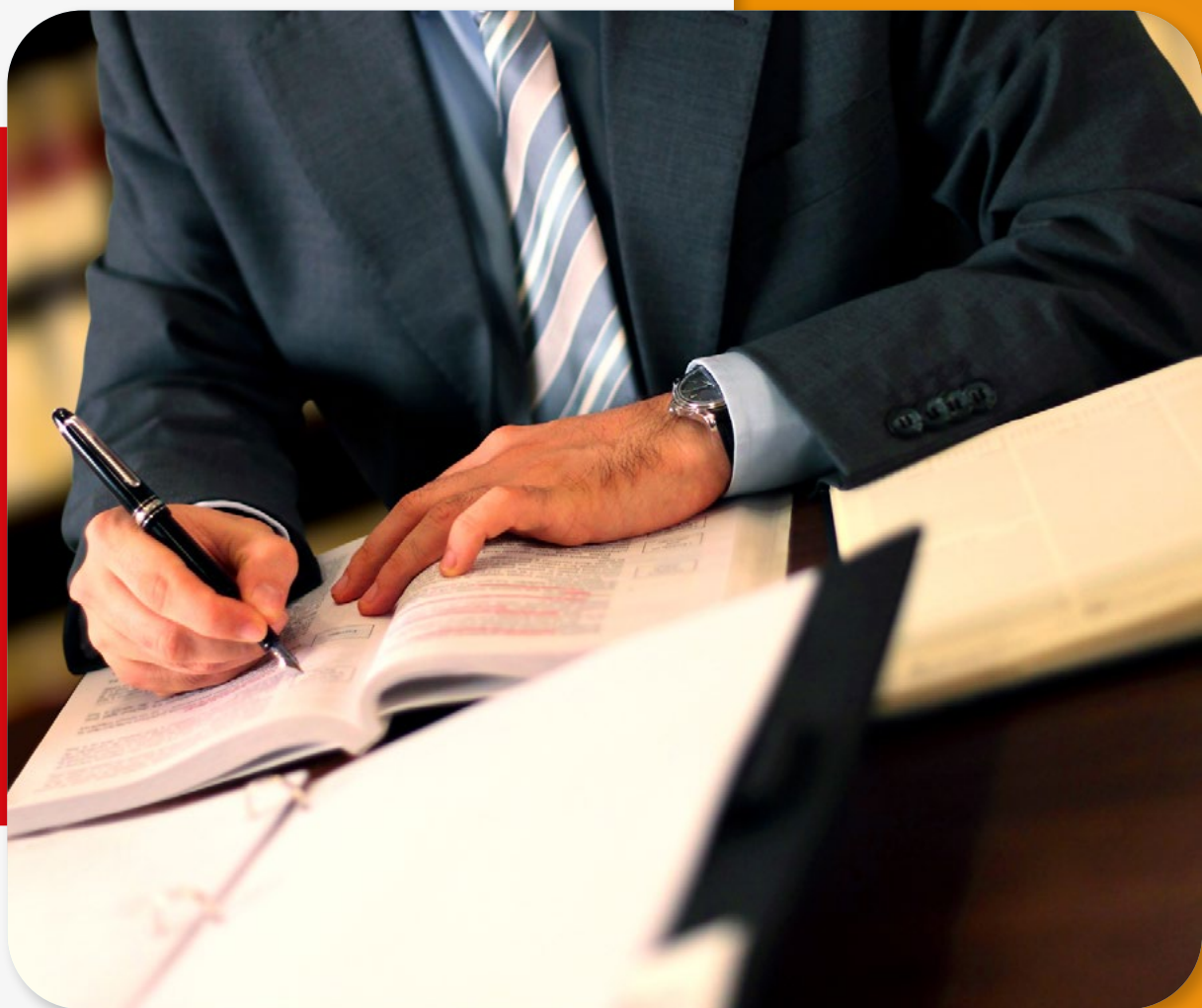
Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente da Mesa, por mim, na condição de Secretária, e por todos os Conselheiros presentes.

Conselheiros:

Fernanda Nascimento Pires Carsughi
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Sérgio Tadeu Nabas
Nélia Maria de Campos Pozzi
Edson Wilson Bernardes França
Júlio Galvão de Araújo Junior

Secretária da Mesa:

Miriam Cristina Carolino



INFORMAÇÕES ATUARIAIS

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988.0009-47)

1) INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios Escelsos I**, administrado e executado pela **Enerprev** – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria **Enerprev**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos I** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1988.0009-47** e encontra-se fechado para novas adesões. O Plano oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020 na data base de **31/12/2020**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria PREVIC/DITEC nº 512, de 16 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2017, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, posicionadas em **31/12/2020**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2020**, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado de “**PLANO 1**”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, sendo que consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988.0009-47)

2) RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO 1

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Escelsos I** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo **método de financiamento Crédito Unitário Projetado**.

Comparativamente aos resultados apresentados na Avaliação Atuarial de 2019, o custo do Plano, manteve-se em **0,00%** da folha de Salários de Participação.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Escelsos I**, existentes em **31/12/2020**, foram determinadas atuarialmente e montavam **R\$133.371.025,00**, sendo **R\$93.499.816,00** referentes aos **benefícios programados** e **R\$39.871.209,00** referentes aos **benefícios não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

O Plano não possui **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** na data base da Avaliação Atuarial.

O Plano não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31/12/2020**, **R\$133.371.025,00**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2019, houve uma elevação das Provisões Matemáticas do Plano de **7,83%**, tendo sido registrado o montante de **R\$123.684.407,00** em **31/12/2019**. A aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, pela redução na taxa de juros do plano.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para o **Escelsos I**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia **30/07/2020** por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer - **RE 023/20**, observando, assim os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.1.5 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I

(CNPB 1988.0009-47)

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.1.6 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O montante de **R\$22.791.729,30**, posicionado em 31/12/2020, encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização do superávit. Do montante, R\$6.689.868,15 correspondem ao saldo remanescente da destinação e utilização de superávit anterior, sendo R\$6.634.374,16 destinado ao patrocinador e R\$55.493,99 aos participantes e assistidos.

No encerramento do exercício de 2019 foi realizada nova destinação obrigatória de superávit, correspondente ao saldo integral da reserva especial registrada em 31/12/2018, resultando na constituição do Fundo de Revisão de Plano 2018. Em 31/12/2020 o Fundo registrou o montante de R\$16.101.861,15, sendo R\$12.071.469,07 do patrocinador e R\$4.030.392,08 de participantes e assistidos. A utilização do referido fundo será realizada na forma da legislação aplicável e conforme definido pela Conselho Deliberativo.

2.1.7 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$133.371.025,00**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2020, no montante de **R\$157.991.316,22**, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$24.620.291,22**, em 31/12/2020.

No exercício de 2020 a rentabilidade do Plano foi de **10,17%**, enquanto a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 4,70% acrescida do INPC de 5,45%, totalizou **10,40%** no mesmo período, gerando uma **perda atuarial de 0,21%**.

O superávit do Plano reduziu de **R\$27.999.629,87** em 31/12/2019, para **R\$24.620.291,22**, em 31/12/2020, representando uma diminuição de **12,07%**, ou **R\$3.379.338,65**. A diminuição do resultado superavitário justifica-se primordialmente pela alteração da premissa da taxa de juros juntamente com a perda atuarial. Cabe ressaltar que essa redução no resultado foi atenuada pela recomposição da reserva de contingência realizada no encerramento do exercício.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/18, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela Enerprev montava **R\$16.912.404,75** positivo, em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$41.532.695,97**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

2.1.8 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado na Avaliação Atuarial 2019. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988.0009-47)

Cumpramos ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº 30/18 e consideramos como base de cálculo a Duração do Passivo do Escelsos I, posicionada em 31 de dezembro de 2020, de 8,46 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2020, é de 18,46% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 24.620.291,22, sendo este valor alocado à Reserva de Contingência. Foi feita a Recomposição da Reserva de Contingência.

2.1.9 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.1.10 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº 30/2018 e alterações.

2.1.11 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano Escelsos I foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório Mercer - RE 023/20;
- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se a seguinte alteração:
 - a. Taxa de juros: 3,85% em substituição a 4,70%

- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2020;
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- 5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2020, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;
- 6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$23.566.652,46, sendo R\$22.791.729,30 referentes a Fundos Previdenciais, R\$565.094,50 referentes a Fundo Administrativo e R\$209.828,66 referentes a Fundos dos Investimentos;
- 7) Conforme Regulamento do Plano, os Assistidos devem realizar contribuição de 10% sobre seus benefícios de aposentadoria. Entretanto, o Fundo de Revisão do Plano suportará as contribuições dos Assistidos enquanto houver recursos que se refiram aos Assistidos neste Fundo;
- 8) Os Pensionistas fruirão do Benefício Eventual Temporário - BET, por meio de utilização da parcela do Fundo de Revisão do Plano referente aos Pensionistas.
- 9) Registre-se, também, que foi feita a Recomposição da Reserva de Contingência.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS I
(CNPB 1988.0009-47)

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2021, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir:

PLANO DE CUSTEIO		
	FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA (%)
PARTICIPANTES (1)	Até 1/2 Teto RGPS	0,00%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	0,00%
	Acima de 1 Teto RGPS	0,00%
	Contribuição Administrativa	0,00%
PATROCINADORES	Igual ao dobro da contribuição do participante limitada a 7% da Folha Salarial.	
	Contribuição Administrativa (1)	Estimada para 2021 conforme orçamento da Entidade, em R\$921.237,74, referente ao Custeio Administrativo Previdencial. (2)
AUTOPATROCINADOS	Contribuição Normal	Idêntica à do Participante acrescida a parcela da Patrocinadora
	Contribuição Administrativa (1)	0,00%
BPD	Contribuição Administrativa (1)	0,00%
ASSISTIDOS(3)	10% sobre o benefício	

(1) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(2) Conforme previsto no art. 52, § 4º do regulamento do Plano, no caso de Superávit Técnico, com formação de Reserva Especial destinada ao Fundo Previdencial de Revisão do Plano – Parcela Patrocinadora, o valor desse fundo poderá ser utilizado para redução das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas do Plano.

Desse modo, conforme decisão da Entidade, as despesas administrativas da patrocinadora Escelsa previstas neste Plano de Custeio serão inteiramente custeadas a partir da utilização de recursos advindos do referido fundo.

(3) Contribuições suspensas desde novembro/16, pela utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superávit. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios – Escelsos I, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31 de dezembro de 2020, é **superavitária** em R\$24.620.291,22, sendo a totalidade do superávit alocada na Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 22 de fevereiro de 2021.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Adriano Rodrigo Ferraz
Atuário – MIBA nº 2.330

Tiago Tadeu Montini Calçada
Atuário – MIBA nº 1.666

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

1) INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e suas alterações, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Escelsos II**, administrado e executado pela **Enerprev** - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria **Enerprev**, não solidárias entre si, em face da Avaliação Atuarial anual do **exercício de 2020**, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos II** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios CNPB nº **1998.0022 - 92** e encontra-se fechado para novas adesões, possuindo benefícios em forma de renda vitalícia, reajustados pelo índice do Plano (INPC), com características de Contribuição Definida (CD) na sua fase de captação e de Benefício Definido (BD) quando da sua concessão, caracterizando-se, portanto, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Contribuição Variável (CV).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, posicionada em **31/12/2020**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 46, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2016, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de **31/12/2020**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2020**.

Ressalta-se que, para o Plano **Escelsos II**, observa-se a existência de **três Grupos de Custeio**, uma vez que **não há solidariedade entre as Patrocinadoras**.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

2) RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ESCELSA

2.2 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/12/2020.

Com relação ao Grupo de Custeio - Escelsa, o custo médio total do Plano, em 31/12/2020, foi de 18,41%, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve um aumento no custo médio total do Plano, o qual, em 2019, registrou a alíquota de 16,21% relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

2.3 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC do Grupo de Custeio - Escelsa foram avaliadas em R\$348.104.792,92, sendo R\$278.752.885,92 referentes aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), e R\$69.351.907,00 referentes aos benefícios de renda vitalícia reajustada pelo índice do Plano, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), dos quais R\$54.242.490,00 referem-se a benefícios programados e R\$15.109.417,00 a benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC foram avaliadas em R\$140.194.113,09, sendo este valor integralmente referente aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Grupo de Custeio - Escelsa, não possui dívidas contratadas e nem Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava R\$488.298.906,01, em 31/12/2020.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2019, posicionada em 31/12/2019, houve um aumento das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio Escelsa de 1,18%, tendo sido registrado o montante de R\$482.600.468,64 em 31/12/2019. O aumento deveu-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de Benefício Definido (BD), motivado pela mudança da premissa da taxa de juros.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio - Escelsa, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais internacionalmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela Enerprev, conforme Extrato da Ata da 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30/07/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

meio do Relatório MERCER- RE 023/20, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Grupo de Custeio - Escelsa não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERPREV

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/12/2020.

Com relação ao Grupo de Custeio - Enerprev, o custo médio total do Plano, em 31/12/2020, foi de 2,00%, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma manutenção do valor do custo médio total do Plano, o qual, em 2019, registrou a alíquota de 2,00% relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC do Grupo de Custeio - Enerprev foram ava-

liadas em R\$3.250.330,13 , sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC foram avaliadas em R\$369.370,50 , sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD) .

O Grupo de Custeio - Enerprev não possui dívidas contratadas e nem Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2020, R\$3.619.700,63 .

Comparativamente à Demonstração Atuarial - “DA” de encerramento de exercício de 2019, posicionada em 31/12/2019, houve uma queda das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio - Enerprev de 0,80%, tendo sido registrado o montante de R\$3.648.854,56 em 31/12/2019. O aumento deve-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2020 e pelo ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio - Enerprev caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela Enerprev, conforme Extrato da Ata da 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30/07/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER- RE 023/20, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Grupo de Custeio- Enerprev não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERGEST

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2019.

Com relação ao Grupo de Custeio- Energest, o custo médio total do Plano, em 31/12/2020, foi de 15,09%, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução no custo médio total do Plano, o qual, em 2019, registrou a

alíquota de 7,57% relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC do Grupo de Custeio - Energest, foram avaliadas em R\$11.685.373,08, sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC foram avaliadas em R\$2.929.894,05, sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Grupo de Custeio - Energest não possui dívidas contratadas e nem Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2020, R\$ 14.615.267,13.

Comparativamente à Demonstração Atuarial - “DA” de encerramento de exercício de 2019, posicionada em 31/12/2019, houve um aumento das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio - Energest de 0,37%, tendo sido registrado o montante de R\$14.561.506,36 em 31/12/2019. O aumento deve-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2020 e pelo ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio - Energest caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmen-

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

te aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela Enerprev, conforme Extrato da Ata da 143ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30/07/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER- RE 023/20, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018 e suas alterações.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Grupo de Custeio - Energest não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais, o valor de R\$557.621,62, posicionado em 31/12/2020, encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora .

O Fundo de Revisão de - Utilização do Superavit (2011, 2015 e 2018) possuía em 31/12/2020 o montante de R\$25.399.344,4 4, destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinador as e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação , sendo R\$22.066.003,81 destinados às Patrocinadoras e R\$3.333.340,63 destinados aos Participantes e Assistidos.

O Fundo de Revisão de Plano Recomposição da Reserva de Contingência possuía, em 31/12/2019, o montante de R\$106.366,17 , e foi totalmente utilizado na Recomposição da Reserva de Contingência, em 31/12/2020.

Sendo assim, o Fundo de Revisão de Plano, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011, 2015 e 2018, totalizava, em 31/12/2020, o montante de R\$25.399.344,4 4.

Por fim, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante . Em 31/12/2020, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava R\$13.961.143,59 .

VARIAÇÃO DO RESULTADO

Considerando os valores posicionados na data de encerramento do exercício de 2020, temos que, na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$506.533.873,77 , com o Patrimônio de Cobertura do Planono montante de R\$520.445.866,30, verifica-se que

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

o Plano Escelsos II apresentou Superavit Técnico-Atuarial de R\$13.911.992,54, em 31/12/2020.

O superavit do Plano diminuiu de R\$14.102.835,34 em 31/12/2019 para R\$13.911.992,54 em 31/12/2020, representando uma diminuição de 1,35%, ou R\$ 190.842,790. Essa variação foi atenuada pelo processo de Recomposição de Reserva de Contingência. Contribuiu também para o resultado o não cumprimento da meta atuarial do Plano, que no exercício de 2020 foi de 10,40% (composta por 5,45% de INPC mais taxa de juros 4,70% a.a.), enquanto a rentabilidade do Plano no período foi de 9,87%, representando uma perda atuarial equivalente a 0,49%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc nº 10/18, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado, o ajuste de precificação apurado pela Enerprev montava R\$7.874.489,50 positivo, em 31 de dezembro de 2020, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$21.786.482,04. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da manutenção daquele observado na Avaliação Atuarial 2019. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superavit apurado em 31/12/2020, no montante de R\$13.911.992,54, sendo que este valor em sua totalidade fora alocado em Reserva de Contingência em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e alterações. Foram utilizados os Fundos de Destinação para a Recomposição da Reserva de Contingência.

Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi

apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº30, de 10, de outubro de 2018 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Escelsos II, posicionada em 31 de dezembro de 2020, de 10,06 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2020, é de 20,06% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$13.911.992,54, que implicou na alocação deste valor na Reserva de Contingência.

SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, estruturado em Contribuição Definida. Os benefícios de risco são avaliados pelo Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, dessa forma não há método de financiamento aplicável a esses benefícios, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº30/2018 e alterações.

OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais do Plano são aplicáveis exclusivamente ao cálculo dos benefícios de risco, especificamente em relação à determinação das obrigações para cobertura dos benefícios por invalidez ou morte de Participante, e para determinar a conversão do saldo acumulado em benefício por renda vitalícia, quando a opção do Participante recai neste tipo de renda, sendo que, neste caso, influenciam nos Fatores Atuariais e no cálculo anual das provisões matemáticas desses benefícios, considerando a modelagem descrita na Nota Técnica Atuarial do Plano. As hipóteses foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório MERCER - RE 023/20;

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procedeu-se à seguinte alteração:

a. Taxa de juros: 3,94% em substituição a 4,70%;

3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2020;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;

5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2020, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$41.349.297,10, sendo R\$39.918.109,65 referentes a Fundos Previdenciais, R\$691.242,52 referentes a Fundo Administrativo e R\$739.944,93 referentes a Fundos dos Investimentos;

7) Registre-se, também, que foi feita a Recomposição da Reserva de Contingência.

3) PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2021, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021*					
ALÍQUOTA (%)					
PARTICIPANTE	Contribuição Básica		Mínimo de 1% do Salário de Participação.		
	Contribuição Adicional		Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo		Grupo de Custeio - Escelsa: 0,000%		
			Grupo de Custeio - Energest: 0,000%		
Grupo de Custeio - Enerprev: 0,000%					
Contribuição Administrativa B ⁽¹⁾		0,00%			
PARTICIPANTES ELEGÍVEIS ⁽²⁾	Contribuição Adicional		Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾		0,00%		
PATROCINADOR	Contribuição Normal	Até 8 S.U. ⁽³⁾	1% sobre o Salário de Participação (4)		
		FAIXA SALARIAL/IDADE	Percentual Normal (sobre Contr. Básica)	Percentual Mínimo (sobre S.P.(4) - 8 S.U.)	Percentual Máximo (sobre S.P.-8 S.U.)
		Acima de 8 S.U. / Até 34 anos	50%	1,00%	4,40%
		Acima de 8 S.U. / Entre 35 anos e 44 anos	100%	1,00%	8,70%
	Acima de 8 S.U. / 45 anos ou mais	100%	1,00%	13,00%	
Contribuição extraordinária		Valor escolhido pela Patrocinadora, observando-se condições regulamentares.			
		Grupo de Custeio - Escelsa: 0,000% ⁽¹⁾			

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS
ESCELSOS II
(CNPB 1998.0022-92)

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021*			
PATROCINADOR	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Grupo de Custeio - Energest: 0,000% ⁽¹⁾	
		Grupo de Custeio - Enerprev: 0,000% ⁽¹⁾ .	
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	Estimada para 2021, conforme orçamento da Entidade	
		Grupo de Custeio - Escelsa: R\$ 1.628.449,57	
		Grupo de Custeio - Energest: R\$49.612,26	
	Grupo de Custeio - Enerprev: R\$0,00		
AUTOPATROCI- NADOS	Contribuição Básica	Idêntica à do Participante	
	Contribuição Normal	Idêntica à da Patrocinadora.	
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Equivalente a contribuição destinada a este fim dos Participantes e da Patrocinadora.	
	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	Não há contribuição.	
BPD	Não há contribuição.		
ASSISTIDOS	Não há contribuição.		

* As contribuições previstas neste Plano de Custeio, exceto a contribuição administrativa, serão integralmente custeadas através de utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superávit em andamento. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

⁽¹⁾ Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

⁽²⁾ Participantes que preenchem todos os requisitos de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria normal.

⁽³⁾ S.U.: Salário Unitário: R\$251,60, conforme informação disponibilizada pela Entidade posicionada em agosto de 2020.

⁽⁴⁾ S.P.: Salário de Participação.

4) CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios Escelsos II, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2020, é superavitária em R\$13.911.992,54, sendo a totalidade do superávit alocada na Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 22 de fevereiro de 2021.

Adriano Rodrigo Ferraz
Atuário MIBA 2.330 - MTPS/RJ
Atuário

Tiago Tadeu Montini Calçada
Atuário MIBA 1.666 - MTPS/RJ
Consultor Sênior

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

1) INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e suas alterações, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão – PSAP/Bandeirante**, administrado e executado pela **Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil**, patrocinado pela **Bandeirante Energia S.A.**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **PSAP/Bandeirante** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1982.0020-18** e encontra-se fechado à novas adesões. O Plano originou-se da cisão do PSAP/Eletropaulo Alternativo em 01/04/1998, momento em que abrigou a totalidade dos Participantes transferidos para a **Bandeirante Energia S.A.**, nascida da cisão parcial do Patrimônio da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Com isso, o Plano é subdividido em três grupos de benefícios: a **parcela BD** refere-se aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) segundo as regras constantes do regulamento vigentes após 01/04/1998; **parcela BPS** (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) refere-se aos benefícios saldados devidos aos Participantes do extinto Plano PSAP/Eletropaulo Alternativo, cujas regras regulamentares vigoraram até 31/03/1998 e estão estruturados na modalidade Benefício Definido (BD); e a **parcela CV**, referente ao benefício adicional previsto no regulamento vigente, cujo valor é calculado com base no saldo de conta do Participante, portanto, estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV). Sendo assim, estando o benefício pleno programado do **PSAP/Bandeirante** estruturado na modalidade Benefício Definido, o Plano, na forma prevista pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005,

classifica-se na modalidade Benefício Definido.

Em face da antedita divisão do Plano, e considerando que tais grupos apresentam **planos de custeio específicos e distintos**, estes são apresentados na Avaliação Atuarial, em consonância com diretrizes da Entidade, divididos em **três Grupos de Custeio**.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020 na data base de **31/12/2020**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 576, de 3 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2014, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de **31/10/2020**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2020**.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, alterada pela Resolução CNPC nº 37 de 13/03/2020;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020 estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020.

Cumpramos ressaltar que a Enerprev protocolou em 2018 na PREVIC o processo de estratégia previdencial, com possibilidade de migração entre planos e criação de plano salgado. Após a aprovação do processo pela PREVIC procedeu-se, em Outubro de 2020, à avaliação atuarial especial e foram apurados os resultados decorrentes da estratégia. Os resultados da avaliação especial encontram-se disponíveis no Parecer de Avaliação Especial – PA 002/2021 – e respectivo Demonstrativo Atuarial.

Adicionalmente, e em face de a Enerprev não ter informado nenhum fato relevante, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

2) RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BD

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O grupo de custeio BD do PSAP/Bandeirante, referente à parcela BD, possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da parcela BD, programados e não programados, estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Crédito Unitário Projetado, exceto a Suplementação de Auxílio-doença, que é avaliada pelo método Repartição Simples.

Para os benefícios da parcela BD, os custos foram apurados nesta Avaliação Atuarial, na data-base de 31/10/2020 em 9,47%, dos quais 8,96% referem-se aos benefícios programados e 0,51% refere-se aos não programados. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, houve uma redução do custo dos benefícios, passando de 10,01% para 9,47%, em razão, principalmente, das movimentações cadastrais e do processo de migração.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da parcela BD do PSAP/Bandeirante, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2020, e montavam R\$246.226.106,00, sendo R\$220.096.334,00 referentes aos benefícios programados e R\$26.129.772,00 referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da parcela BD do Plano e montavam R\$98.932.053,00, em 31/12/2020, sendo R\$95.266.133,00 referentes aos benefícios programados e R\$3.665.920,00 aos benefícios não programados.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

A parcela BD do Plano não possui **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC**. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava R\$345.158.159,00, em 31/12/2020.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2019, posicionada em 31/12/2019, houve um aumento das Provisões Matemáticas da **parcela BD** do Plano de **10,09%**, tendo sido registrado o montante de **R\$313.521.151,00** em 31/12/2019. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, da redução da taxa de juros além das atualizações dos salários e benefícios.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela BD** do **PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 145ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 29/10/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer - RE 023/20 e PPT 13/20, observando, assim os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que a **parcela BD** do Plano não apresentou insuficiência

de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este tema não é aplicável ao presente item deste Parecer.

A parcela BD apresentou um Superávit Técnico Acumulado de **R\$28.829.862,05**, em 31/12/2020, sendo a totalidade alocada na Reserva de Contingência Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$31.514.251,34 positivo**, em 31/12/2020, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$60.344.113,39 superavitário**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

2.2 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BSPS

2.2.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O **grupo de custeio BSPS** do **PSAP/Bandeirante** possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da **parcela BSPS**, programados e não programados, estão estruturados no regime de **Capitalização pelo método Agregado**.

Para os benefícios desse grupo de custeio há apenas o custo extraordinário da Patrocinadora referente à amortização do contrato de dívida relativa ao equacionado de déficit da **parcela BSPS**, avaliado com base no montante da Provisão a Constituir em 31/12/2020, que é amortizado conforme regras previstas em contrato celebrado entre a **Enerprev** e a **Bandeirante Energia S.A.**, única Patrocinadora do Plano PSAP/Bandeirante.

2.2.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da **parcela BSPS** do **PSAP/Bandeirante**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2020, e

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

montavam R\$700.831.063,00, sendo R\$639.578.735,00 referentes aos benefícios programados e R\$61.252.328,00 referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da parcela BSPS do Plano e montavam R\$46.430.344,00, em 31/12/2020, sendo R\$45.940.390,00 referentes aos benefícios programados e R\$489.954,00 aos benefícios não programados.

A parcela BSPS do Plano possui dívida contratada referente ao equacionamento de déficit. Assim, as Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial montavam R\$61.468.895,00.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava R\$685.792.512,00, em 31/12/2020.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, houve um aumento das Provisões Matemáticas da parcela BSPS de 27,10%, tendo sido registrado o montante de R\$539.579.212,81 em 31/12/2019. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, da redução da taxa de juros além das atualizações dos salários e benefícios.

2.2.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a parcela BSPS do PSAP/Bandeirante, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela Enerprev, conforme Extrato da Ata da 145ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 29/10/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer - RE 023/20, observando, assim os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.2.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela BSPS apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$229.897.186,52, em 31/12/2020. Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$41.648.354,83 positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$188.248.831,69**.

Entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc 10/18, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas, 1% das provisões em Benefício Definido.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2020 foi de 12,14 anos, o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2020 é de 8,14% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou R\$55.823.510,48.

Assim sendo, recomendamos à luz da Resolução CNPC nº 30/18 que deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

Atuarial de encerramento do exercício de 2020, até o final do exercício de 2021, considerando, no mínimo, o Déficit que excedeu o limite de 8,14% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$132.425.321,21.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.3 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - CV

2.3.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O grupo de custeio CV do PSAP/Bandeirante possui benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Variável. Os benefícios referentes à parcela CV estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira.

Os benefícios deste grupo de custeio, por estarem estruturados na modalidade de Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à parcela da contribuição patronal, que em 31/12/2020 resultou em 6,93%. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, houve aumento do custo dos benefícios, passando de 5,51% para 6,93%, em razão, de movimentações cadastrais e pelo processo de migração.

2.3.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da parcela CV do PSAP/Bandeirante, foram determinadas atuarialmente em 31/12/20120,

e montavam R\$80.819.161,71, sendo R\$1.795.112,71 referentes aos benefícios estruturados em Contribuição Definida, R\$75.514.710,98 referentes aos benefícios programados e R\$3.509.338,00 referentes aos benefícios não programados, os dois últimos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC montavam R\$34.948.218,71, em 31/12/2020, sendo integralmente referentes aos saldos de conta dos Participantes e Patrocinadora.

A parcela CV do Plano possui dívida contratada referente ao equacionamento de déficit. Assim, as Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial montavam R\$13.215.198,66.

Em função do Plano de Equacionamento, aprovado em Dezembro de 2020, em relação ao déficit acumulado no final de 31/12/2019, o montante efetivamente equacionado de R\$5.902.294,19 foi reduzido no Equilíbrio Técnico e provisionado em Provisão a Constituir de Déficit Equacionado.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2019, posicionada em 31/12/2019, houve uma ligeira queda das Provisões Matemáticas da parcela CV do Plano de 0,75%, tendo sido registrado o montante de R\$103.332.312,54 em 31/12/2019. O processo de migração juntamente com o equacionamento do déficit acumulado de 2019 compensaram o impacto da redução da taxa de juros.

2.3.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a parcela CV do PSAP/Bandeirante, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os nor-

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

mativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano foram indicadas pela Enerprev, conforme **Extrato da Ata da 145ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 29/10/2020 por videoconferência, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer - RE 023/20, observando, assim os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018 e suas alterações.

2.3.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela CV apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$23.175.802,09, em 31/12/2020. Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava R\$9.516.271,96 **positivo**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$13.659.530,13**.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 30/18, com redação dada pela Instrução Previc 10/18, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas, ou valor mínimo de 1% das provisões em Benefício Definido.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2020 foi de **13,64** anos, o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2020 é de **9,64%** das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou R\$7.617.918,32.

Assim sendo, recomendamos à luz da Resolução CNPC nº 30/18 que deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, até o final do exercício de 2021, considerando, no mínimo, o Déficit que excedeu o limite de **9,64%** das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$6.041.611,81.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.4.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.4.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de 2020, o Plano **PSAP/Bandeirante** possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí,

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de dezembro de 2020, data desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$1.892.087,33, o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2020, referido Fundo montava R\$5.575.721,72.

2.4.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$1.133.502.852,76, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2020, no montante de R\$909.259.726,20, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$224.243.126,54, em 31/12/2020.

O resultado do Plano reduziu do montante superavitário de R\$55.646.740,96, em 31/12/2019, para o montante deficitário de R\$224.243.126,54, em 31/12/2020, representando uma diminuição de 502,98%, ou R\$279.889.867,52. A redução do resultado justifica-se, principalmente, pelo processo de migração e pela redução das taxas de juros, principalmente para a submassa BPS, em conjunto com o não atingimento da meta atuarial para as 3 submassas, atenuado pelo equacionamento do déficit mínimo da parcela CV do Plano.

A meta atuarial do Plano no exercício de 2020, composta pela taxa de juros de 4,61%, na parcela **BD**, 5,02%, na parcela **BSPS** e 5,50% na parcela **CV**, acrescida do IGP-DI de 23,08%, totalizou 28,75% na parcela **BD**, 29,26% na parcela **BSPS**, 29,85% na parcela **CV**. As rentabilidades alcançadas no mesmo período foram de 12,59%, 13,45% e 8,93%, das parcelas **BD**, **BSPS** e **CV**, respectivamente. Portanto, nas partes **BD**, **BSPS** e **CV** o Plano apresentou perda atuarial de 12,56%, 12,23% e 16,11%, respectivamente.

2.4.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado deficitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

2.4.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Entendemos que em face do resultado dos grupos de custeio BPS e CV serem deficitários, deve ser avaliada a implantação de um plano de equacionamento para essas submassa, até o encerramento do exercício de 2021.

2.4.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme a Resolução CNPC nº30/2018 e alterações.

2.4.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano **PSAP/Bandeirante** foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório Mercer - RE 023/20 e PPT 13/20;
- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2020, procedeu-se às seguintes alterações:
 - a. Taxa de juros de 3,91% a.a., 3,93% a.a. e 3,77% a.a. em substituição às taxas de 4,61% a.a., 5,02% a.a. e 5,50% a.a. nas parcelas **BD**, **BSPS** e **CV** respectivamente.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2020;
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela ENERPREV, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- 5) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$6.465.548,10**, sendo **R\$5.575.721,72** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$757.487,51** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$132.338,87** referentes a **Fundos dos Investimentos**;
- 6) Ressaltamos que o PSAP/Bandeirante possui uma parcela referente ao pecúlio registrada em separado, o montante de **R\$115.343,43**, em Fundo Previdencial, na parcela denominada de PSAP Pecúlio;
- 7) Cumpre destacar que procedeu-se a uma Avaliação Especial de migração, em Outubro de 2020. Os resultados da avaliação especial encontram-se disponíveis no Parecer de Avaliação Especial – **PA 002/2021** – e respectivo Demonstrativo Atuarial.
- 8) Destaque-se que foi feito um Plano de Equacionamento do resultado deficitário apurado em **31/12/2019** para a parcela CV do Plano. O valor total a ser equacionado, a **31/12/2020**, foi apurado em **R\$5.902.294,19**, sendo **R\$4.591.473,40** atribuíveis a Participantes e Assistidos e **R\$1.310.820,79** atribuíveis a Patrocinadora.

PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2021, condicionado a prévia e formal aprovação pela (s) Patrocinadora (s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme as tabelas a seguir.

2.5 PARCELA BSPS

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021		
PATROCINADORA	Contribuição Administrativa	Estimada para 2021, conforme orçamento da Entidade, em R\$1.666.620,41 , referente ao Custeio Administrativo Previdencial.
	Contribuição Extraordinária	Conforme o Instrumento Particular de compromisso e assunção parcial de obrigações de ajuste de reservas, confissões de dívidas e outras avenças.
ASSISTIDO	FAIXA BENEFÍCIO	ALÍQUOTA (%)
	Até 1/2 Teto RGPS(1)	1,45%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	3,50%
	Acima de 1 Teto RGPS	7,50%
AUTOPATROCINADO	Contribuição Administrativa (2)	0,00%
BPD	Contribuição Administrativa (2)	0,00%

(1) Teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) vigente para o exercício de 2019.

(2) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

2.6 PARCELA BD

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021				
		FAIXA SALARIAL	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	
			EXERCÍCIO DE 2020	EXERCÍCIO DE 2021
PARTICIPANTE	Contribuição Mensal ⁽¹⁾	Até 1/2 UB ⁽²⁾	1,98%	1,87%
		De 1/2 a 1 UB	4,78%	4,52%
		Acima de 1 UB	18,98%	17,97%
	Contribuição Adicional	Conforme definido na Avaliação Atuarial, para custeio de inclusão ou alteração de beneficiários.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de déficit.		
PATROCINADORA	Contribuição Normal Mensal	100% da Contribuição Mensal obrigatória do Participante.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de déficit.		
	Contribuição Administrativa	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS.		
		FAIXA BENEFÍCIO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	
			EXERCÍCIO DE 2020	EXERCÍCIO DE 2021
ASSISTIDO	Contribuição Mensal	Até 1/2 UB ⁽²⁾	1,98%	1,87%
		De 1/2 a 1 UB	4,78%	4,52%
		Acima de 1 UB	18,98%	17,97%

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021			
AUTOPATROCINADO	Contribuição Mensal	Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Adicional	Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Extraordinária	Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	5,49%	0,00%
BPD	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	0,00%	0,00%

(1) Aplicado sobre 70% do Salário Real de Contribuição (SRC)

(2) Unidade Bandeirante: R\$3.394,24 em 31/10/2020.

(3) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

2.7 PARCELA CV

PLANO DE CUSTEIO PARA 2021			
PARTICIPANTE	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC	
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido	
ASSISTIDO	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2017)	10,03% sobre os benefícios em renda vitalícia da parte CV com DIB até 2017	
	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2018)	4,34% sobre os benefícios em renda vitalícia da parte CV com DIB até 2018	
	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2019)	10,57% sobre os benefícios em renda vitalícia da parte CV com DIB até 2019	
PATROCINADORA	Contribuição Voluntária Mensal	100% da Contribuição Voluntária mensal do Participante, limitada a 5% de 30% do SRC	
	Contribuição Suplementar	Definido conforme critério da Patrocinadora (exceto para autopatrocinados)	
	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2017)	R\$ 6.743,87 (parcela mensal a ser atualizada pelo índice do plano)	
	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2018)	R\$ 2.765,67 (parcela mensal a ser atualizada pelo índice do plano)	
	Contribuição Extraordinária de Déficit (Déficit 2019)	R\$ 8.449,33 (parcela mensal a ser atualizada pelo índice do plano)	
	Contribuição Administrativa	Exercício de 2020	Exercício de 2021
	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS	
AUTOPATROCINADO	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC	
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido	
	Contribuição Administrativa (1)	5,49%	0,00%
BPD	Contribuição Administrativa (1)	0,00%	0,00%

(1) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

PARECER ATUARIAL DEZ. 2020

PLANO PSAP BANDEIRANTE
(CNPB 1982.0020-18)

3) CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PSAP/Bandeirante, em 31 de dezembro de 2020, é deficitária em R\$224.243.126,54, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Avaliando o resultado das partes do PSAP/Bandeirante, ressaltamos que a parcela BD apresentou resultado superavitário, enquanto as parcelas BSPS e CV encerram o exercício com equilíbrio técnico ajustado negativo, acima do limite permitido nos normativos vigentes, então recomenda-se ser avaliada a implantação de planos de equacionamento até o encerramento do exercício de 2021, para cada uma destas parcelas.

Este é o Parecer.

Brasília, 23 de fevereiro de 2021.

Adriano Rodrigo Ferraz

Atuário MIBA 2.330 - MTPS/RJ

Atuário

Tiago Tadeu Montini Calçada

Atuário MIBA 1.666 - MTPS/RJ

Consultor Sênior



SÃO PAULO

Rua Gomes de Carvalho, 1.996 • 9º andar • Vila Olímpia
São Paulo/SP • CEP: 04547-006

ESPÍRITO SANTO

Rua Antônio Caron, 145 • Planalto de Carapina
Serra/ES • CEP: 29162-708

Central de Atendimento telefônico: 0300 313 0013 • E-mail: atendimentoenerprev@edpbr.com.br • www.enerprev.com.br

Consultoria de Comunicação e Editorial • Arte da Criação • (11) 3567-2011 • www.artedacriacao.com